

SALADA À FRANCESA

Receita: PS (22,5%), mais PC (20,5%), mais Extrema Esquerda (3,3%), mais MRG (2,1%), mais "diversas oposições" (1,1%).
E agora? Pág. 10

EM TEMPO:

Semanário nacional

número 5

Cr\$ 10,00

20/31 de março de 1978.



Edson Luiz - morto em 28 de março de 1968.
Alexandre Vanucchi Leme - morto em 17 de março de 1973.

Vida!

Dia 28 deste mês nas universidades do País é "Dia Nacional de Protesto", onde os estudantes lembram a morte dos colegas e denunciavam o caráter repressivo do regime.

A morte de Edson provocou na época uma mobilização nacional de repúdio. Compareceram a seu enterro 50 mil pessoas, que gritavam: Vida! Vida! Vida!

Na morte de Alexandre em 1973, o momento era de transformação, mas principalmente de medo. A resposta possível dada pelos estudantes e que abriu espaço para conquistas futuras foi a missa na Catedral da Sé de São Paulo. Nesta edição, na página 7, falamos de Alexandre, o "Minhoca". E na página 2, sobre Edson Luiz.

Argentina: a paz dos cemitérios.

Quando os militares derrubaram o governo peronista, na madrugada de 24 de março de 1976, prometeram acabar com o "festim dos corruptos" e assumir o "monopólio da violência".

Hoje, dois anos depois:

50.000 casos de assassinatos, prisões e desaparecimentos de militantes políticos, simpatizantes ou meros "suspeitos".

Exilados políticos argentinos, atualmente na Europa, relatam o clima de terror oficial

existente no seu país e dão,

com exclusividade para EM TEMPO,

um quadro da situação da esquerda na Argentina.

"La paz de los cementerios". (Pág. 9)

Os coronéis em posição de sentido

Punido com uma prisão de 20 dias, o coronel Tarcísio Nunes Ferreira lembrou que "os tenentes de 30 derrubaram Washington Luís por ter feito um décimo apenas do que Geisel está fazendo". Ao criticar o "Pacote de Abril" disse que suas idéias correspondem à "opinião da tropa". É verdade? Pág. 3

É ESTOU ACHANDO QUE HOVE UM ERRO DE IMPRESSÃO NESTA FRASE O CERTO NÃO SERIA "SO" VAI GOVERNAR QUEM FOR BOM LIVRO



- congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade
- aumento dos salários acima do aumento do custo de vida
- abono salarial imediato e sem desconto para todas as categorias de trabalhadores

TUDO ERRADO! 2 E 2 SÃO 8.

As três reivindicações do Movimento Custo de Vida divulgadas no lançamento público do abaixo-assinado que no último dia 12 reuniu cerca de 5 mil pessoas no Colégio Arquidiocesano de Vila Mariana, São Paulo, "geram pressões inflacionárias" - é o que afirma o Ministro da Fazenda, Mário Simonsen.

No entanto, o abaixo-assinado - com mais de 100 mil assinaturas -

continua a mobilizar os bairros da periferia paulista.

Afirma ainda o Ministro: "Se mostrarem como fazer eu gostaria de aprender, mas antes eles têm de provar que dois mais dois dá oito". O resultado impossível dessa conta não dá para provar. A manipulação dos índices de reajustamento salarial dá.

Aliás, foi o próprio Simonsen que admitiu os "erros" nos índices de

1973. Seu antecessor, Delfim Neto, tinha inventado e oficializado uma incrível taxa de inflação de 12%.

Pois é! Nem sempre a matemática dá certo.

Os trabalhadores já provaram há tempos que salário mais custo de vida não se soma.

A ampliação, os rumos e atuais impasses do Movimento Custo de Vida são discutidos, nesta edição, na pág. 6

Passeata operária

"O clima em Monlevade é de terror. Operário da Belgo chegou a adoecer quando soube que as dispensas iam começar. A insegurança é total até para trabalhar. Quem chega na fábrica, que tem 4.200 operários, não sabe se vai poder voltar ao trabalho no dia seguinte". Essa declaração é do presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade, João Paulo Vasconcelos, que está articulando a resposta dos operários às dispensas que já estão acontecendo. "A Companhia não esclareceu nada, diz João Paulo. O Sindicato decidiu fazer protesto junto a empresa e fazer protesto junto ao governo. Vamos organizar uma assembleia geral que será convocada através de uma passeata. A passeata sairá se o Sindicato tiver apoio dos operários. Será nesse fim de semana ou na segunda-feira. Vai ser uma manifestação de caráter político, com faixas e cartazes de repúdio ao FGTS e os instrumentos de pressão usados contra os operários. Cabe ao governo garantir emprego", ele conclui.

A Belgo não tem o que dizer. Na 6ª feira, dia 10 de março, a direção do Sindicato fez uma reunião com a direção da Belgo, que alega razões econômicas ("lucros estão caindo") que justificariam as dispensas. Em João Monlevade já foram despedidos em torno de 160 operários e já corre um zumbum de que serão dispensados 15% dos trabalhadores da usina local. João Paulo afirma que esse zumbum é exagerado. No entanto, diz ele, "as demissões têm se estendido à usina da Belgo em Sabará e à trefilaria de Contagem, e nenhum operário é admitido. Ele prossegue: a diminuição do quadro está sendo feita sem que haja inovação técnica. Essa já foi feita, de maneira que agora os operários remanescentes estão sendo compelidos a vencer os recordes de produção já existentes ou, pelo menos, a manterem os atuais. Os que ficam trabalharão mais, serão mais exigidos".

Quanto aos lucros da Belgo, que ela alega estarem caindo, a situação é a seguinte: em 1976 ela teve um lucro líquido global de 698 milhões; em 1977 o lucro foi de 519 milhões, correspondente a 42% do capital da empresa.

rentabilidade considerada essencialmente boa. A Belgo acusa o governo, mais precisamente o Conselho Interministerial de Preços (CIP). Ou seja, enquanto ela briga por seus lucros, ela quer os operários pagando o pato dessa briga que não é deles.

Assim, João Monlevade, cidade de 50 mil habitantes, a 110 km de Belo Horizonte, está se preparando para enfrentar o desemprego e o FGTS. (Suncursal de Belo Horizonte)

Massacre de Ipatinga

Magalhães Governador. A greve dos trabalhadores da Usiminas. Pág. 5



Reforma ou remendo?

3

Operários e Sindicatos

4

Luz, Câmera, Ação!

8

Ai de ti Israel!

2

MDB: agachar é preciso

4

Israel invade o Sul do Líbano

É sob o nome de "Operação de Purificação", iniciou a grande repressão contra os palestinos

Reunião do Conselho de Ministros em Tel-Aviv. O primeiro-ministro é o último a chegar. Enxuga o suor, abundante.

- Boa tarde, senhores. Como está a "Purificação?"
- Perfeita, senhor. Trezentas e quatro baixas palestinas até às 10 horas. Estamos às portas de Beirute.
- E a reação dos árabes?

O ministro das Relações Exteriores pára de brincar com seu tapa-olho, e o recoloca no devido lugar, para alívio de todos.

- A única importância partiu do Iêmen do Sul. Gargalhadas gerais. O primeiro-ministro impõe silêncio.

- E Sadat?
- Telefonou pedindo para nos visitar durante a Semana Santa? Ainda pensa em se converter?

Mais risadas. O ministro da Agricultura quebra um copo de água mineral com a mão direita e começa a sangrar. Um comando de paraquedistas invade a sala dando tiros para cima. O ministro da Defesa acalma-os e pede que saiam.

- Perdão, primeiro-ministro, mas nossos rapazes reagem imediatamente a cada vez que o sangue judeu é derramado.

O primeiro-ministro dirige-se à sua secretária.
- Dahlia, providencie um curativo para o Ariel. E prepare o chá, também.

A secretária sai e o primeiro-ministro pigarreia, abrindo uma pasta.

- Senhores, tenho aqui o planejamento detalhado de cada um dos nossos próximos passos. Depois desta "Operação Purificação" em território libanês, vamos iniciar a "Operação Benção de Jeová" invadindo o resto da Síria, da Jordânia, o Iêmen do Sul, o Iraque e, se preciso, a Arábia Saudita. A partir daí, desencadearmos a "Operação Paz na Terra aos Homens de Boa Vontade" contra os amigos de nossos inimigos. Nesta etapa, anexaremos a União Soviética e todos os seus satélites da Europa Oriental. O importante é cortar os canais de fornecimento dos terroristas palestinos, como os senhores estão cansados de saber, só então teremos fronteiras seguras. Para isso, é claro, teremos de ser vítimas de mais um ou dois atentados.

O ministro da Agricultura grunhe baixo enquanto uma enfermeira lhe faz um curativo na mão. O primeiro-ministro continua.

- A partir daí, poderemos cuidar da fronteira sudeste. Será a vez do "Operação Vinde a Mim as Criancinhas", quando tomaremos toda a África, menos é claro, nossas aliadas Rodésia e República Sul-Africana. Só então... Ah, chegou o chá.

A secretária distribui as xicaras. O primeiro-ministro dá um gole e faz uma careta.

- Dahlia! Este chá, prá variar, está muito fraco! Será que você não aprende a fazer chá, Dahlia? Será que eu não consigo tomar um chá que preste neste gabinete? Já não chega o sofrimento que eu e todos os judeus passamos há milênios, em todos os cantos do mundo? Será que não bastam os seis milhões de mortos nas câmaras de gás dos nazistas, Dahlia? NÃO CHEGA TREBLINKA, AUSCHWITZ E TODOS OS CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO, DAHLIA, E EU TENHO QUE AGUENTAR ESTE CHÁ HORRÍVEL!!! Você é uma anti-semite, Dahlia, isso é o que você é...

O primeiro-ministro cai num choro compulsivo. Todos se levantam e abraçam o primeiro-ministro. Dahlia atende.

- Senhor, um judeu foi assaltado no centro da cidade de São Paulo.

O primeiro-ministro pára de chorar.
- São Paulo? Onde fica isso?
- Brasil, América do Sul.

O primeiro-ministro enxuga as lágrimas e sorri.

- Senhores, um judeu foi agredido e roubado na América do Sul, provavelmente por algum comando palestino. O que vocês acham de uma expediçãozinha pra cima daqueles goys bebedores de tequila? Nossas fronteiras ficariam um pouco mais seguras...

Todos se abraçam, urrando de alegria. O ministro da Agricultura quebra mais uma xicara de chá com a outra mão, provocando a entrada dos fiéis paraquedistas.

- O braço de Israel é longo!
(Dagomir Marquezi)

Titulo precário...

Houve tempo em que ser funcionário público tinha lá suas vantagens. Apesar dos salários, a estabilidade funcionava para a maioria. Hoje, ser empregado do Estado é um dos piores negócios: tem-se que enfrentar um arrocho "extra". Segundo o DIEESE, de 72 para cá a perda salarial do funcionário foi de quase duas vezes a queda real do salário mínimo. Além disso, a maioria desses trabalhadores têm sido contratada sob um regime "sui generis": não são estáveis (sem direito à licença-prêmio, por exemplo) nem tampouco regidos pela CLT (que garantiria 13ª, férias, etc.). Sua classificação já diz tudo: contratados a título precário.

...e outro título.

Na semana passada, técnicos do setor de cinema da Escola de Comunicações e Arte (ECA) de São Paulo paralizaram suas atividades em função de uma velha reivindicação: o contrato pela CLT. Isto implicaria num aumento pendorável de salários, pois regulariza sua situação profissional - e a variação de salários entre mesmas funções em empresas privadas e no Estado é de 4 vezes menos para o servidor público. Mas a paralização não chega a durar um dia: a diretoria da ECA ameaça de

demissão sumária os que insistirem em levar à frente o movimento. Se considerarmos a pequena força numérica (7 funcionários, apenas) e a ausência dum organismo sindical que pudesse tomar a si a reivindicação (o funcionário público é proibido de se sindicalizar) poderíamos supor que a história para por aí. Só que aconteceu exatamente o contrário: o levantamento de algumas reivindicações trabalhistas evoluiu para um movimento de maior envergadura, questionando as condições de trabalho e ensino na escola, a partir da adesão de professores e estudantes. Não por mera simpatia ou em nome dum aliança abstrata. Mas porque a briga, além de ser comum aos professores igualmente precários, diz respeito diretamente às condições de ensino. Quanto aos técnicos, estes suspenderam a greve, mas apenas oficialmente, pois se recusam a cumprir qualquer tarefa fora do seu cargo específico. Resultado: paralização de fato, pois não há ninguém formalmente designado para ceder equipamento, montar negativos ou mesmo lidar com o laboratório fotográfico. (M. M.)

CONSELHO EDITORIAL E ADMINISTRATIVO: Augusto Marques, Álvaro Caldas, Antônio Carlos Carvalho, Antônio de Padua Prado Jr., Bernardo Kucinski, Fausto Brito, Gláucio Cozzani, João Batista Mares Guia, Jorge Baptista, Maria Moraes, Maria Rita Kehl, Otto J. Mattos Figueiras, Pauli Anglada Pomi, Robinson Ayres, Ronaldo Mota, Tibério Cantuário.
DIRETORES: Antônio de P. Prado Jr., Jorge Baptista, Robinson Ayres, Tibério Cantuário, Bernardo Kucinski (Chefe de Redação).
EDITORIAIS: Internacionais: Carlos Tiburcio (editor), Marlon Frank, Lionel Almeida, Altair Moreira, Elzeir Rizzo. Nacionais: Tibério Cantuário (editor), Maria Moraes, Rui Falcão, Eduardo Ferraz, Carlos Savio, Carlos Moreira, Paulo Sérgio Gerardo Nascimento, Antônio Roberto Spínola, Flávia Rezende. Cultura: José Arrabal, Maria Rita Kehl, Sérgio Squilanti (editores), Paulo Nassar, Ethel Lepri, Mateus Sampaio, Cláudio Carmo, Fátima Diniz, Nadine Inabart, Sérgio Rodrigues, Demétrius Magalhães, Gilberto Morga do Arns, Eurico Ugaya, João Bosco L. Brandão, Luiz Augusto Bicalho Fehi, Nelson Cordella, Nélis Andrade, Paulo Roberto M. Borges, Sérgio L. Pap, Arquivo-Pesquisa, Silvestre Prado, Rita Spínola, Gilson Andrade, Márcia Albuquerque, Maria Quiterio, Renato Passos, Celso L. Reis.

SUCURSAS - Brasil: Marco Antônio, Marina Juárez, Nelson Pentecoste, Paulo, Fô na Rita de Cássia. **Recife:** Orlando Mineiro, Paulo Magalhães, Sérgio de Souza (administração e coordenação), Fred Navarro, Paulo Santos, Rebecca Scatru, Virginia Botelho (redação), Aníbal Medeiros, Cecy Prestigio, Hilton Almeida, Marina Lima, Pedro Moreira, Riva Noqueira (distribuição). **Belo Horizonte:** Albeno Duarte (chefe da sucursal), Edgá da Mata Machado, Ernesto Passos, Fernando Miranda, Flámino Fantini, Flávio Andrade, Henrique Oliveira, João Antônio de Paula, João Machado, Lúcio Santos, Mazé Trindade, Maurício Godinho, Paulo Rêgo, Paulo Barcala, Paulo Vilela, Ricardo Rabelo, Sérgio Aguiar, Virgílio Guimarães, Virginia Pinheiro (redação), Mariza Araújo (administrativa), Curitiba: Carlos Ruggi, Elza de Oliveira, Renildo Alern, Porto Alegre: Ana Barros Pinto, Gérson Schmitter, Jandira César, Jorge Garcia, Leônia Meneses, Marcelo Matta, Marcelo Lopes, Paulo Fogaça, Rejane Fernandes, Salvador: Ademir Oliveira, João Henrique, Linávia Maria, Olídac Miranda. **Rio de Janeiro:** Adalno Novais, Ana Maria Mandim, Antônio José Mendes, Bernardo Karari, Berta Sichel, Clotilde Hasselmann, Eno Brauns Filho, Luiz Arnaldo Campos, Marcelo Barreto, Marcos Araújo Reis, Margarida Aulian, Maria Helena Maia, Paulo César Araujo, Ricardo Lessa, Ruth Joffily, Sérgio Sbragia, Suelly Caldas (redação), Alan de Albu-

Made in Brasil

De falta de solidariedade para com os países irmãos da América Latina ninguém pode acusar o Brasil. Sobre tudo com o Chile atual. Exemplo: A Cacex (Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil) informa que de 1973 para 1974 as exportações brasileiras para o Chile cresceram 428%, passando de 32 para 137 bilhões de dólares. Detalhe: em 1973 caía Allende.



foto Adriana Marcano

No final deste mês estão chegando ao Chile lanchas patrulheiras "made in Brasil" para a defesa do Canal de Beagle, em disputa com a Argentina. Para este mesmo país já chegaram a ser "exportados" economistas do tipo de Carlos Langoni e de Afonso Celso Pastori, especialistas em "milagre econômico". Pinochet, comovido, agradece. (A.L.)

Paraiso Terrestre

As vilas e lugarejos perdidos ao longo do litoral do Rio de Janeiro, da classe média e dos "farofeiros", aos poucos se transformam em projetos imobiliários astronômicos com clubes fechados e mansões espetaculares. Todos eles profundamente comprometidos com a preservação ecológica (para seus felizes proprietários). Um verdadeiro paraíso. Por trás, o inferno da agressão selvagem que as imobiliárias fazem aos caçeiros que habitam a região, legítimos proprietários, expulsos pelas armas ou pelo roubo "legal" dos títulos de posse.

Na Fazenda Campos Novos, em Cabo Frio (RJ), a Companhia Agrícola Campos Novos, com 10 quilômetros de terrenos à beira-mar, os posseiros resolveram se reunir e defender suas terras, que seriam "legitimamente" invadidas, pois já haviam sofrido todo tipo de violência: roças queimadas, mortes, estrago da terra por tratores, etc. A Delegacia de Cabo Frio não perdeu tempo e enviou uma equipe de 10 homens armados de metralhadoras, comandados pelo dono da fazenda, França Cury Miziara.

Em Trindade, também no Rio, a multinacional Brascan, "comprou" 7,5 milhões de metros quadrados, onde moram 50 famílias (eram 120 no início da grilagem). Ameaçadas, as famílias foram obrigadas a assinar procurações ao advogado da companhia que, em seu nome, efetuava a venda das terras. Mas aqui, os caçeiros apelaram ao advogado Sobral Pinto que conseguiu na Justiça o direito a continuarem morando em áreas que não foram "vendidas". Mas o mar, meio de subsistência da população, ficará para as "praias particulares" e ancoradouros dos iates luxuosos. (C.G.)

Peça no Parque

A lei é fraca para obrigar os loteadores a fazer as obras (imprescindíveis) de infra-estrutura, mas forte para cobrar da população da periferia os impostos e taxas. No Parque Belém (São Paulo), durante um encontro com representantes da Prefeitura e a Imobiliária Ramos de Freitas, dia 14 último, os moradores do local além de verem descartadas suas reivindicações, assistiram a agressão de um câmera da TV-Cultura pelo advogado da Imobiliária. Depois, em protesto, os moradores reproduziram o fato através de uma peça de teatro que está sendo apresentada na região. (F.R.)

"Vidal Vidal Vidal!"



Milton Soares

A polícia de Guarulhos (SP) descobriu uma resposta original às denúncias de violência que ela mesmo comete. Na verdade, ela não tem tanta originalidade assim, mas tem alguma eficácia e chega a ser simples: o jornalista que denuncia os atos violentos ocorridos nas delegacias do município passa a conhecer na pele o que é esta violência. Foi o que aconteceu com o jornalista Milton Soares, da Agência Fofhas, preso por ter denunciado, entre outras coisas, a morte de um menor no interior de uma delegacia de Guarulhos.

Além disso, o delegado preparou uma arapuca para o jornalista: colocou-o numa cela de marginais e fustigou estes marginais para que espancassem Milton Soares. Como a violência contra jornalistas já se tornou um ato de rotina, o sindicato da categoria realizou uma assembléia com 200 jornalistas e distribuiu uma nota, protestando contra a violência não só contra jornalistas, mas contra toda a população de São Paulo. (I.T.)

Mais uma vez o sr. Gustavo Corção tenta provar que ainda pertence ao mundo dos vivos. Em sua coluna no Estado de São Paulo, dia 11/3, depois em o Globo, imaginou quem foi que ele escolheu para apontar com dedo inflamado às Forças Armadas exigindo providências de força em defesa dos poderes estabelecidos? Justamente esse semanário EM TEMPO que lhe despertou a cólera e a indignação com sua edição sobre a anistia. É óbvio que o sr. Corção acha absurda até mesmo a proposta dos Gal. Perry Bevilacqua de anistia recíproca (porque tanta aflição, vovó? O senhor estaria anistiado também!). refuta os números de presos exilados e desaparecidos no Brasil em troca das "informações corretas" do Ministério da Justiça e volta a acusar a Igreja - que, se dependesse dele, ainda estaria fazendo inquirição por aí - a Comissão de Justiça e Paz e até mesmo a inocente Campanha da Fraternidade, de aninchalhe à religião, conluio com os comunistas, etc.

Gustavo Corção conseguiu alguma fama por ser o único sobrevivente dos que ainda não conseguiram engolir nem a Revolução Francesa. Assim, não é de se estranhar que lemas como Anistia, Liberdades Democráticas ou mesmo "Trabalho e Justiça para todos" (da Campanha da Fraternidade) despertem toda sua indignação. Em todo caso, se ele continuar interessado em divulgar EM TEMPO nessa coluna da qual ele se vale há tantos anos para defender um dinheirinho a mais, não faça cerimônias. Existem certos inimigos que sempre contam como pontos a favor da gente. (E.P.)

Obrigado, Corção.

GERAIS

"Convergência Socialista"

Dia 19 agora, o movimento intitulado "Convergência Socialista", fará sua segunda reunião nacional, em São Paulo, objetivando a "constituição de um amplo partido socialista dos trabalhadores". Para tanto, diz o manifesto da "Convergência", abre-se "uma nova perspectiva histórica que deverá concretizar para as grandes massas a ideia da independência dos trabalhadores". Se é correta a ideia de que a "independência dos trabalhadores" é obra dos próprios trabalhadores, no contexto em que ela é colocada (articulação de um PS), de saída a autonomia dos trabalhadores está condenada. O partido socialista, possível hoje, que viria no bojo das reformas do regime autoritário, já é uma articulação concreta de liberais progressistas que, neste momento, estão empenhados em amearhar base social junto aos setores populares, visando aumentar o seu poder de barganha. Mas, para quem vive as atuais condições de participação política, o surgimento de um partido, que visa congregos os opositores em geral, que não cabem mais no bipartidarismo vigente, é democraticamente saudável. Porém, fica a pergunta: será este o verdadeiro partido dos trabalhadores? (M. Quinteiro)

"O Precário"

"Sinceramente, não dá mais pé. Deixar que tal diretoria permaneça indefinidamente à frente da entidade será uma grave omissão do magistério. Essa é uma das principais razões do surgimento deste jornal. Organizar um movimento de oposição dentro da APEESP (Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo), tendo em vista, fundamentalmente, as eleições que se realizarão no segundo semestre, para renovação da diretoria". É com este objetivo que "O Precário" apareceu, em fevereiro, último. Um jornal "contra a situação precária do professor" e órgão da campanha pró-chapa de oposição da APEESP. A preocupação do movimento, recentemente criado é constituir esta chapa a nível estadual e a partir das bases. (N.L.)

AS DUAS FACES DO HOMEM RICO



Prá foral

Professores da PUC de Campinas (SP) denunciam a demissão arbitrária de 3 colegas seus do curso de Educação Artística e de uma professora do curso de Arquitetura. Motivo da demissão: os professores teriam discordado da orientação dos cursos, segundo a reitoria. Mas a Comissão pró-APROPUCC (Associação dos Professores da PUC) revela que a causa principal seria mais outra: os demitidos estavam participando da construção da sua entidade representativa - logo...

O clima de arbitrariedade naquela PUC não é de hoje. Ano passado, a reitoria chegou a chamar a polícia para impedir uma manifestação estudantil. E, no lance atual, o reitor Benedito Barreto, ganhou um firme aliado: o presidente da Federação dos Professores de São Paulo, Geraldo Mugayar, que teria pedido a demissão da professora de Arquitetura. (João Roberto).

FINAIS

TV-TUPI

Os jornalistas Carlos Augusto de Oliveira (diretor de programação) e Sérgio de Souza (diretor de jornalismo), foram demitidos da TV-Tupi de São Paulo, na última semana. Entre as causas da demissão, entra a jogada da censura interna e externa - ao trabalho dos dois profissionais. Tanto que, em solidariedade a Carlos e Sérgio, toda equipe de jornalismo da emissora entrou com pedido de demissão. E o Sindicato dos Jornalistas de São Paulo já entrou na briga, inclusive para exigir o pagamento atrasado - desde janeiro - de 36 funcionários da TV-Tupi.

O jornalista David Moraes, editor da Abritec, concorrendo em chapa única, foi eleito presidente do Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo, substituindo Audálio Dantas. O vice-presidente é Fernando de Moraes, autor do livro-reportagem sobre Cuba, "A Ilha". A chapa obteve 83% dos votos e tomará passo em maio.

MÉDICOS

Mais de 500 médicos residentes de hospitais do Rio de Janeiro vão entrar com mandado de segurança exigindo o pagamento do salário mínimo profissional e o cumprimento das leis trabalhistas. A mesma medida já foi tomada pelos médicos residentes do HC de São Paulo e de Belo Horizonte.

GREVE

Arroz com ovo a Cr\$ 14,00, três semanas de salários atrasados e falta de pagamento de salário-família: acabou dando numa greve de 5 dias e na demissão sumária dos 50 operários que trabalhavam na obra de uma ponte que liga a estrada Rio-Santos à Rio-Petrópolis, feita pela empreiteira Planobrás.

CAMARAGIBE

Cerca de mil trabalhadores de Camaragibe (PE), ou seja, 1/3 da população daquele distrito do Grande Recife, participaram de uma assembléia no último dia 26. Motivo: reivindica-se uma solução imediata para as deficiências do serviço de transportes, a cargo da empresa "Brasilisa". Os operários do lugar têm de sair de casa às 4 h da manhã, para chegar às 8 em suas fábricas.

ASSISTENTES SOCIAIS

Em Março, eleições para o Conselho Regional dos Assistentes Sociais do Rio de Janeiro, após 2 anos e 4 meses de intervenção do Ministério do Trabalho. Uma chapa de situação e duas de oposição estão concorrendo. A chapa Compromisso, oposição, propõe discutir as "contradições da profissão que não podem ser desligadas das contradições da realidade social".

DOMÉSTICAS

95% das empregadas domésticas de São Paulo são de famílias do interior, seus salários variam de Cr\$ 400,00 a Cr\$ 2.000,00, da periferia para os jardins. E o horário de trabalho ultrapassa mais de 10 horas de serviços por dia. São denúncias feitas pela Associação das Empregadas Domésticas, no debate "A Mulher em São Paulo", a EEMPLASA, dia 15/3.

A reação dos coronéis

Ou: quando a crise do "milagre" chega aos quartéis. E o caso do tenente-coronel Tarcísio Nunes Ferreira.

Quando saiu o último aumento dos militares - 38 por cento - houve cenas curiosas no "forte apache", como é chamado o Setor Militar Urbano, em Brasília. Oficiais do Exército, de lápis na mão, calculavam indignados a perda acumulada do valor real de seus soldos nos últimos dois anos.

Não se pode dizer que a política salarial do regime, criada especialmente para intensificar a exploração das camadas trabalhadoras chegou aos quartéis. Mas a perda de poder aquisitivo da classe média, essa sim, manifestou-se também no interior dos quartéis. Tal fato antes amaciado pela generosidade do "milagre econômico", dentro da tropa abalou a "fé revolucionária" de coronéis, tenente-coronéis, maiores e capitães, que depois de 20 a 30 anos de serviço, com todas as vantagens, adicionais, e outras regalias, não sabem bem como continuar sustentando um ou dois filhos na universidade e o pagamento do apartamento comprado pelo sistema BNH, a partir de um soldo de 15 ou 20 mil cruzeiros por mês. Com o agravante de que ninguém os considera membros das oposições. Ao contrário: eles são tidos e ditos como os culpados de tudo, da inflação, da falta de petróleo, da corrupção. Em nome deles, aliás, tudo se fazia; ou, da mesma forma, nada se fazia.

Contudo, seria simplismo atribuir apenas à perda de alguns privilégios, a irrupção de descontentamento entre oficiais, onde atitude deliberadamente provocativa do tenente-coronel Tarcísio Nunes Ferreira, do 13º Batalhão de Infantaria Blindada (Ponta Grossa, Paraná), foi apenas o episódio mais recente e mais importante. Mas pode-se localizar com alguma precisão o aumento de 38 por cento, concedido no ano passado, contra uma alta de custo de vida estimada em 47 por

cento, como episódio que fez transbordar a taça, provocando, ao longo de uns poucos meses, uma virtual quebra horizontal da unidade no Exército - a primeira grande quebra horizontal desde 1964.

Mordomias e Simonetas

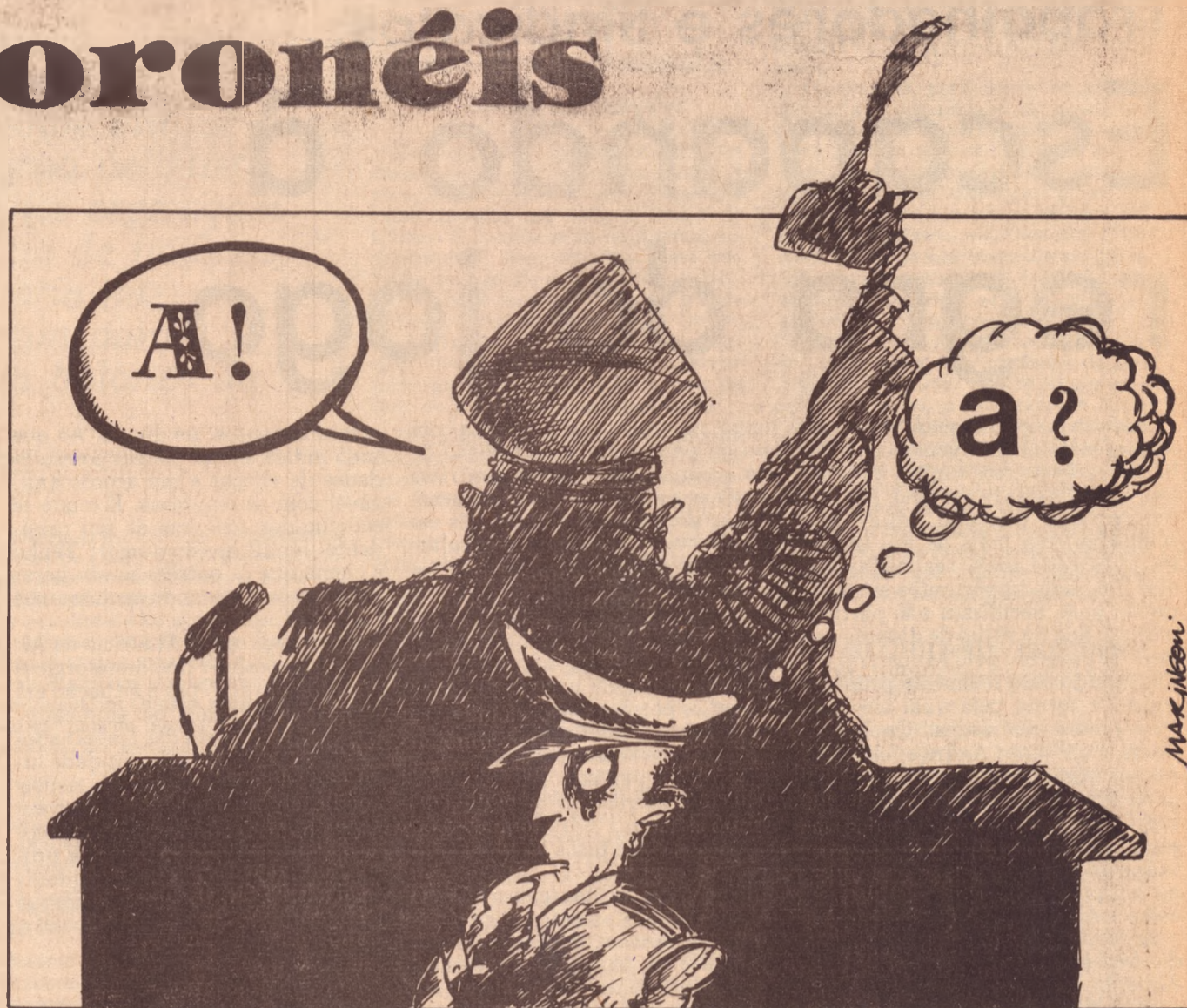
A carreira militar modificou-se muito a partir do governo Castelo Branco, que estabeleceu limites rígidos para permanência do oficial em cada patente, além de eliminar, por exemplo, a passagem premiada para a reserva, no posto imediatamente superior. Coronel que não consegue se promover até os 59 anos, vai compulsoriamente para a reserva. E como cerca de 40 por cento do salário de um coronel se compõe de vantagens que desaparecem com a passagem para a reserva, essa alta rotatividade representa uma grande pressão econômica. Somente um em cada quatro ou cinco coronéis consegue chegar ao posto de general. O posto de coronel é reconhecido, no regulamento, como de "fim-de-carreira".

No tempo do "milagre" não havia problemas porque numa primeira fase o governo aplicou deliberadamente uma política de aumentos de soldos militares superiores em muito aos aumentos do custo de vida. Além disso, expandiam-se as indústrias, e com elas a indústria da "segurança", dando empregos a oficiais reformados, e a indústria do "abre-portas", esta dando empregos de preferência a generais reformados. Expandia-se também o próprio aparelho de Estado, ampliando as vagas em comissionamento, e o fenômeno da estatização, dando empregos para oficiais superiores ainda na ativa, ou na reserva. A alta rotatividade das forças armadas, instituída por Castelo, por um lado estimulava mesmo a estatização, por outro era absorvida por essa expansão econômica de cu-

nho burocrático-estatal-autoritário-monopolista.

O fim do "milagre" acabou com quase tudo isso ao mesmo tempo. Saturou o mercado de emprego fora da caserna; aumentou, dentro da caserna, o custo de vida. Vivendo frequentemente longe de suas famílias por períodos de meses e até anos, esses oficiais passam a sentir o custo da gasolina, por exemplo. Oficiais da Força Aérea, em especial, a partir de um determinado momento, passaram a receber menos porque a FAB reduziu horas de voo por economia, e parte de seus soldos é proporcional às horas de voo. Ao mesmo tempo, tiveram sua mobilidade reduzida exatamente porque foram reduzidos os vãos. Quando o governo teve a infeliz idéia, em março de 1977, de introduzir as "simonetas", houve clima de indignação entre oficiais - contumazes viajantes de fim de semana entre o quartel e a residência familiar.

Num Exército expurgado de sua ala mais progressista - e hoje se sabe como o AI-5 existiu para promover também esse expurgo - a crise de identificação com o regime iria afetar, paradoxalmente, a facção mais identificada com o próprio regime, a direita udenista, aquela que restou com algum arsenal intelectual. É nesse meio "sorbologista", ou "castelista", como passou a ser chamado mais recentemente, que nasce o principal processo de revisão dos valores do movimento de 1964". Passam a se lembrar que o golpe foi dado contra a subversão e o "comunismo internacional" (seu pretexto ideológico), mas também para a "instauração da democracia". Nesse meio passa a atuar uma outra componente - a externa. A direita udenista, inspiradora de tantos golpes anti-populistas, desde o que levou ao suicídio de Getúlio, até o de Aragarças, no qual partici-



pou o coronel Tarcísio, e principalmente, até o golpe vitorioso de 1964, essa direita sempre se inspirou na proposta operacional e ideológica norte-americana dos tempos da guerra-fria. E quando a palavra de ordem, sob Carter, passa a ser outra, contrária a formas de dominação brutais e favoráveis, ao contrário, a forma de dominação por "hegemonia ideológica e consenso" essa política norte-americana encontra nos coronéis e tenente-coronéis, o ambiente preparado para a revirada. Os próprios coronéis, dissidentes vacilantes de um regime que ajudaram a impor, sentem a força da legitimidade que vem por cima do próprio poder local, quando passam a reclamar pelas promessas de "democratização da revolução de 1964".

É essa a tônica da carta que coronéis da Vila Militar tentam sem sucesso entregar ao general Geisel em

31 de março do ano passado. Num movimento que nunca chegou a assumir forma organizada, e que de certo modo, dissolveu-se após contar com a adesão formal de mais de uma centena de coronéis, há a produção feérica de documentos e manifestos, cartas e proclamações, que nunca vêm ao público e nunca são assinadas. Mas um entre esses muitos papéis, de peso incerto, toma o nome de "Manifesto dos Coronéis", divulgado em nome de um Movimento Militar Democrático Constitucionalista (óbvia alusão à revolução de 1932), e pede: (a) Imediata convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte; (b) anistia política plena; (c) estabelecimento de um governo provisório e (d) restabelecimento de todas as garantias à magistratura e do habeas corpus.

Com ou sem movimento organizado, sabe-se que coronéis em apreciável número e posteriormente tenente-coronéis, passam a estabe-

lecer contatos entre si em todas as unidades do País. O próprio tenente-coronel Tarcísio, como se informa, fez 52 visitas desse tipo nos últimos tempos.

Em agosto do ano passado o coronel Ruy Castro, da reserva, faz a crítica pública do regime, e pede a volta das "prerrogativas constitucionais", exatamente porque não sendo da ativa, podia assumir o risco. Assim mesmo é preso por 15 dias. Faz parte do mesmo movimento a ação da semana passada do tenente-coronel Tarcísio Nunes Ferreira, que aliás, na época, havia se solidarizado com Ruy Castro. Em nenhum dos dois casos se trata de gesto isolado. A importância do último episódio está exatamente nisso: além de estar falando em nome de muitos, se não da maioria dos oficiais de sua patente ou patente próxima, o tenente-coronel Tarcísio é o primeiro que o faz na condição de oficial da ativa. (B.K.)

EDITORIAL

Além da economia

Os trabalhadores, a economia e a política.

Engana-se quem pensa que a vida nacional está sendo determinada apenas por incidentes palacianos ou nos bastidores dos Ministérios e Congresso. Ou quem acredita na ilusão de que os trabalhadores estão de braços cruzados, alheios a tudo que os cerca. Estes - como demonstram a luta pela reposição salarial e os diversos episódios visando a conquista e o fortalecimento dos sindicatos - não podem mais ser ignorados como uma força a influenciar o próprio desenvolvimento da conjuntura.

Pode-se contrapor a tal constatação o argumento de que os trabalhadores ainda não conseguiram sair da esfera econômica e do estreito círculo sindical. Ou ir um pouco mais longe: constatar que a política ainda é um terreno estranho aos operários. Não deixa de ter certa razão quem chega a tais conclusões. Contudo, é um equívoco subestimar - ou restringir seus efeitos exclusivamente à vida econômica - fatos recentes como a vitória da oposição no Sindicato Metalúrgico do Rio de Janeiro, a tentativa de formação de comissões de fábrica em Belo Horizonte e também no Rio, o ato público realizado pelo Movimento do Custo de Vida em São Paulo, os manifestos dos sindicatos do Rio Grande do Sul e dos trabalhadores de Pernambuco, o surgimento de uma oposição metalúrgica em Osasco e em outros importantes centros operários, a greve da Fiat no Rio de Janeiro e até mesmo as inúmeras manifestações espontâneas que fazem o cotidiano das fábricas e dos bairros populares.

Em outras palavras: mesmo confinados na esfera sindical e econômica, tais fatos repercutem de uma forma ou de outra no conjunto da sociedade. Em parte por se integrarem às manifestações de outros setores sociais; em parte porque suas reivindicações constituem mais um problema a ser solucionado pelos detentores do poder. Enfim, quem não quiser brincar de cebra-cega, deve extrair algumas lições destes acontecimentos operários. Primeiro passo: levantar o véu e procurar entender porque os trabalhadores romperam o marasmo do período Médico, voltando à cena após o longo período de refluxo (pós 1968). É impossível dissociar a reanimação dos trabalhadores do atual momento político, que (vale o jargão

em moda) é marcado por uma profunda crise do regime. Embora a crise seja determinada pela impossibilidade de o regime formular um projeto que recomponha sua base social, não se pode menosprezar o papel que as manifestações populares - e por extensão as dos trabalhadores - jogaram no aprofundamento desta mesma crise. É o próprio espaço por ela criado para o desenvolvimento destas manifestações.

Já no final de 1973 ocorreu uma série de greves e operações tartarugas em algumas fábricas e seções, revelando um amplo descontentamento com a política econômica baseada na intensificação da exploração do trabalho. Ou seja: as condições de vida a que estavam submetidos os operários já tinham chegado ao nível do insuportável, a ponto de provocar explosões espontâneas. Com isto, estreitava-se, objetivamente, a margem de manobra do capital para enfrentar a crise que se avizinhava, pois sua superação não poderia se dar com a terapêutica tradicional de comprimir cada vez mais os salários.

E, para surpresa de muitos, os trabalhadores foram mais além: como as demais camadas populares, eles despejaram, em 1974, seus votos no MDB, por ter então representado o partido de oposição o único canal disponível para manifestarem seu descontentamento com o regime.

Quebrou-se o marasmo. As assembleias sindicais passam a ganhar vida nova, ao tempo em que surge um movimento reivindicatório nas periferias dos grandes centros urbanos - onde a deterioração da qualidade de vida se apresenta com toda sua intensidade. Em 1976, um fato inédito: quatro mil pessoas se reúnem em São Paulo, na primeira Assembleia do Povo, para discutir o custo de vida (ato, aliás, reprisado no último dia 12).

E vem 1977. A crise já não era apenas econômica, mas também política. Tornava-se então viável os trabalhadores levantarem a cabeça de forma mais ativa, e é o que vai acontecer com a luta pela reposição salarial.

É verdade que os fatos de 1977 e os acontecimentos do corrente ano não justificam uma atitude baluartista diante os operários, como se estes estivessem em pé-de-guerra. Contudo, eles indicam algo de no-

vo: há uma tendência de superação da fase de atomização da luta dos trabalhadores e estas não se dão mais apenas de forma espontânea e em pequenos acontecimentos fabris.

Sua importância deixa de se circunscrever ao campo puramente econômico por chocar-se com dois pilares do regime: o autoritarismo e a política econômica oficial. Com o autoritarismo porque este é antagônico a qualquer mobilização social, mesmo quando estas buscam apenas satisfazer determinadas reivindicações que por si só não abalam o poder constituído. E com o modelo econômico porque neste não há espaço para uma política salarial que não seja baseada no arrocho. Em suma: a reanimação dos trabalhadores é uma pedra no sapato do regime, a incomodar seu esforço para superar a crise na qual ele se encontra perdido.

Por mais que incomodem o regime com suas movimentações, os trabalhadores ainda não disputam, entretanto, com outras classes o rumo a ser dado à sociedade. Contudo, qualquer política que não contemple as suas aspirações corre o risco de não ser bem sucedida. Por outro lado, se suas manifestações são um sintoma do que são capazes, elas só superarão os seus limites se esta força social avançar na sua organização autônoma; tanto ao nível sindical como no plano propriamente político.

O salto para o plano político não se faz necessário apenas ao nível orgânico. Para que os avanços dos trabalhadores não fiquem comprometidos, torna-se importante que eles empunhem a bandeira de liberdades democráticas, dando-lhe a sua marca registrada. Isto é, não encerrar esta bandeira como um simples enunciado jurídico formal capaz de ser atendida num hipotético "Estado de Direito". E que seja combinada com a plataforma social e econômica na qual fiquem evidenciadas as graves contradições originadas do modo de produção capitalista, impossíveis de serem solucionadas nos quadros da atual sociedade. Quando isto acontecer, eles não serão apenas uma força presente no cenário político brasileiro, mas o próprio agente transformador deste cenário.

Reforma

A mudança na forma

Geisel não estava brincando quando afirmou que as reformas virão sob "a égide do Pacote de Abril". Eis a prova dos nove: as mudanças constitucionais - divulgadas pela Folha de São Paulo - vão na linha do autoritarismo que instituiu o senador biônico. Resolve-se o problema do AI-5 da forma mais simples: ele deixa de ser transitório e passa a fazer parte da Constituição, tornando permanente os poderes presidenciais de cassar mandatos, fechar o Congresso e decretar o estado de sítio.

Naturalmente, a eternização do AI-5 será feita de maneira sofisticada. Volta a existir o habeas corpus, mas só na retórica, pois ele pode ser suspenso a qualquer momento pelo presidente de plantão. Burla-se o arbítrio, dando um prazo de oito dias para que os ameaçados de cassação se defendam, em segredo, na Justiça. Mas isto é apenas um ritual, pois continuará o rolar de cabeças no Congresso e em toda sociedade.

As mudanças constitucionais são também a prova dos nove da continuidade do autoritarismo e da incapacidade do regime de solucionar a sua crise. O afastamento de Silvío Frota não representou o fim da "li-

nha dura" e esta continua a influenciar o próprio regime, pois Geisel não pode realizar uma reforma que descontente profundamente os que se opõem, pela direita, às mudanças institucionais.

Em contrapartida, as concessões ao iceberg frotistas descontentam os que preferem a "abertura do regime" antes que seja tarde, pois a caldeira pode explodir. As suas anunciadas medidas autoritárias levam água ao moinho de Magalhães, que com um programa mais "liberalizante" bate às portas de militares e empresários na busca de convencê-los de que é bom mudar, antes que as camadas populares mudem a situação por conta própria. Ai está o episódio do coronel Tarcísio Nunes a comprovar que as reformas tendem a aprofundar as fissuras na área militar. Diante das mudanças, o apelo patético à hierarquia será insuficiente para conter os coronéis que reivindicam "o retorno da revolução às suas origens democráticas" e defendem a entrega do poder aos civis antes que os militares tenham que prestar conta ao conjunto da sociedade por tudo que aconteceu nos últimos 14 anos.

As mudanças constitucionais não vão recompor as bases sociais do re-

gime e não têm o poder de solucionar a crise econômica. E de se prever, portanto, que ela só vão jogar mais lenha na fogueira. Mas isto não é o mais importante. Inevitavelmente, haverá um crescimento das manifestações populares contra o regime, pois este, como era de se esperar, fez ouvido de mercador às vozes que se levantaram pela conquista da liberdade democráticas, logo após o Pacote de Abril. E uma das consequências imediatas das mudanças constitucionais se fará sentir nas eleições de novembro, quando os trabalhadores e as camadas populares irão demonstrar o que pensam das reformas.

Mas não ficará aí. É previsível surgir manifestações de porte superior às reações ao Pacote de Abril. E diante de tais manifestações o regime só tende a reprimi-las, o que terá graves consequências. Assim, as mudanças constitucionais só vão engrossar o caldo dos que lutam pelas liberdades democráticas e jogam uma pá de cal nas ilusões dos que chegaram a balançar face a propalada intenção de "liberalização do regime". Para este, as reformas podem ser uma espécie de pedra que ele jogou para cima e que pode cair sobre seus próprios pés. (T.C.)

Leia e Assine EM TEMPO

Nome	Profissão
Idade	Endereço
Fone	Cidade
End Comercial	Estado
.....	CEP
.....	Horário
.....	Fone
Estão enviando: (Requisito nº) do Banco	
em nome de Editora Aparte S/A - Rua Bernardo Guimarães, 1884 - Lourdes - Belo Horizonte (MG), CIP 30.000	
Anual Cr\$ 450,00	Semestral Cr\$ 230,00

PREÇO ESPECIAL PARA OS PRIMEIROS ASSINANTES (ATÉ ABRIL)

Trabalhadores e Sindicatos: Escapando à regra do jogo

A ainda incipiente reanimação do movimento operário já começa a esbarrar nos estreitos limites da política trabalhista do governo. No fim de semana passado, duas assembleias com mais de mil trabalhadores cada uma, realizadas em dois dos mais importantes sindicatos do país, decidiram não participar este ano do ritual de dissídio salarial promovido pelo Ministério do Trabalho, como forma de protesto contra a forma pela qual eles são anualmente realizados. Os metalúrgicos de Santo André e São Bernardo chegaram à conclusão de que participar de negociações numa situação em que lhes é retirado todo o seu poder de barganha é "compactuar com uma farsa em que o governo sempre nos dá as migalhas que caem embaixo da mesa".

Agora, ou a gente se conforma com isso ou parte para uma posição de não compactuar com as diretrizes salariais impostas pelo governo. Entrar no dissídio é entrar nas regras do jogo, aceitando os resultados". Na segunda-feira, dia 13, os presidentes dos dois sindicatos compareceram à Delegacia Regional do Trabalho para comunicar a sua recusa em participar do processo de dissídio e propor a negociação direta com os patrões, visando chegar a um contrato coletivo de trabalho. Os representantes patronais, por sua vez, propuseram um reajuste salarial de acordo com o índice fixado pelo governo, o que foi prontamente rejeitado pelos dois sindicatos.

Está criado, portanto, um impasse cujos desdobramentos são dificilmente previsíveis. Sem esperar pelos resultados da reunião convocada para quinta-feira, dia 15, com representantes patronais, o sindicato de São Bernardo já marcou outra assembleia para discutir novos encaminhamentos, no dia 23. Ao que tudo indica, ele vê poucas possibilidades de chegar a um acordo amigável com as empresas. E o que se conclui das palavras de seu presidente, no último domingo: "Tenho a cisma que os patrões só vão parar para nos ouvir quando as máquinas pararem".

Para o advogado Maurício de Almeida, a posição dos metalúrgicos do ABC rompe "com a situação em que se encontram os sindicatos, onde a maior parte dos trabalhadores deixa a diretoria da entidade lutar sozinho pelo reajuste e depois criticam porque nada conseguiram além do índice estipulado pelo governo". Ele acredita que essa proposta deverá desencadear a mobilização de toda a categoria, porque "se com reajuste não dá para viver, imagine sem ele".

Minas e Rio

A organização pela base é também a principal característica da proposta aprovada pelos metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem para encaminhar a sua campanha pela reposição salarial. Ela prevê a negociação direta com os patrões por meio de reuniões com grupos de trabalhadores por fábrica, superando na prática as limitações da estrutura sindical do país, profundamente atrelada ao Ministério do Trabalho. Além disso, ele permite contornar os obstáculos colocados por uma diretoria pelega, que já havia anulado uma assembleia anterior onde as propostas da oposição haviam sido majoritárias.

A criação de comissões de fábrica é também a primeira preocupação da diretoria de oposição recém-empossada no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro. Para evitar a perseguição das empresas e a repressão comumente exercida sobre o movimento sindical, ela propõe que a estabilidade e os direi-

tos adquiridos pelas diretorias dos sindicatos sejam estendidos também para os membros dessas comissões. "É necessário um sindicato capaz de fazer com que dezenas de metalúrgicos, não sindicalizados se sindicalizem e passem a lutar pelos seus direitos, fazendo do sindicato um órgão de luta, união e solidariedade de classe", afirma a EM TEMPO Osvaldo Pimentel, o presidente. E constata que, diante da situação em que encontraram a entidade, totalmente desligada da categoria e voltado apenas para a ação assistencial - que é, aliás, a situação em que encontraram a entidade, totalmente desligada da categoria e voltado apenas para a ação assistencial - que é, aliás, a situação da maioria dos sindicatos brasileiros - "ainda há muita coisa a se fazer".

Processo do MEP: quem julga quem?

No julgamento do MEP, no Rio, um passo adiante na campanha pela anistia ampla, geral e irrestrita.

No dia 20 de março, serão julgadas, na 1ª Auditoria da Aeronáutica, no Rio, 17 pessoas acusadas de pertencerem ao Movimento pela Emancipação do Proletariado (MEP). O inquérito começou no ano passado depois do sequestro dos indicados no meio da rua, invasões de domicílios, prisões de familiares, tornando-se um caso rumoroso após as denúncias de torturas feitas pelos presos em carta aberta à população e confirmada em seus depoimentos na Justiça Militar. O julgamento poderá encerrar o caso. Mas a sorte dos acusados é incerta, tantas foram as irregularidades cometidas durante a fase processual.

As prisões. A explicação: trata-se de julgar logo no início do ano, antes que o movimento popular denunciue as torturas, as irregularidades, assumindo a defesa dos acusados.

No Jornal do Brasil foi publicada reportagem dedicada exclusivamente ao escândalo que causaram as contradições em que caíram os policiais da Delegacia de Polícia Política e Social (DPPS). Realizaram prisões e apreenderam objetos (geladeira, fogão, livros, filmadora etc...) sem qualquer mandato de busca ou apreensão. Diziam ter assistido os depoimentos dos presos, mas não os conheciam nem sabiam onde tinham estado antes de chegarem ao DPPS.

Aliás, o processo é farto em denúncias. Os acusados, ainda na prisão, realizaram duas greves de fome: a primeira contra a volta de três deles ao DOI/CO-DI; a segunda contra o isolamento e a insegurança do ambiente carcerário. As denúncias de torturas foram consideradas "impressionantes e sérias" pelo coronel Toledo Camargo, porta-voz do Palácio do Planalto, e o presidente da Anistia Internacional afirmou que sua entidade enviará um observador ao julgamento.

O depoimento de três testemunhas de defesa foi cerceado pelo Conselho Militar, que impediu que respondessem perguntas feitas pelos advogados a respeito das torturas que sofreram ou viram seus companheiros sofrerem. O promotor Gastão dos Santos Ribeiro chegou a afirmar que para o Ministério Público "não interessava saber se a testemunha recebeu choques, perfumes ou coca-cola". Além disso, diversas diligências (como o interrogatório do médico que realizou o exame de corpo delito e não comprovou torturas) solicitadas pelos advogados foram negadas, e um deles só foi permitido da abertura do prazo para os pedidos quando este já havia expirado.

As prisões realizadas em julho último teriam o objetivo de golpear a resistência ao regime, prendendo engenheiros, estudantes, professores e um operário, participantes de suas entidades de classe. Mas, ao mesmo tempo que atacava, o governo tratava de cuidar das aparências, respeitando o prazo de dez dias de incomunicabilidade, e desmentindo através do I e II Exércitos os métodos empregados pelos órgãos de segurança. Embora a repressão tenha se "legalizado" em alguns pontos não conseguiu iludir a opinião pública sobre a continuidade da prática da tortura. Inúmeras cartas de leitores chegaram às redações de jornais e revistas cariocas, protestando contra os maus tratos aplicados aos presos políticos. Agora, com a proximidade do julgamento, a indignação pode se transformar em manifestações de protesto contra a violência da polícia política.

O processo

Um dos aspectos característicos do processo é a rapidez com que vai ser julgado. Embora na Justiça Militar existam vários casos que se arrastam por anos a fio, os acusados do MEP se apresentarão à Corte Militar sete meses após

Na semana passada, o Comitê 1º de Maio reuniu-se no Rio com a presença de 40 entidades representativas de estudantes, professores, médicos, psicólogos e outros profissionais, que aprovaram um abaixo-assinado pela absolvição dos acusados, o lançamento de um jornal de denúncias, e um debate sobre julgamentos políticos no Brasil. Tais decisões foram anunciadas como "passo importante na luta pela anulação de todos os processos políticos em curso, dentro da campanha pela anistia ampla e irrestrita".

(Sucursal do Rio de Janeiro)

Rumo ao Sindicato

Jornalistas do Rio: abrindo caminho para a Unidade e Ação.

Foi um parto difícil esse dos jornalistas cariocas para tirar a Chapa de Oposição que, daqui a quatro meses, irá disputar as eleições sindicais. Pela primeira vez nos últimos anos, eles se organizam para tentar romper com a inércia, a omissão e o autoritarismo do atual presidente do sindicato, José Machado. A questão democrática está na ordem do dia: através de eleições livres, diretas e secretas em todas as redações do Rio, dois mil profissionais - sindicalizados ou não - se mobilizaram para escolher os representantes da Chapa Unidade e Ação. Unidade que vem se construindo mais em cima de nomes e de uma vontade difusa de combater o peleguismo do que de uma ação em torno do programa da frente: poucos foram os candidatos que fizeram campanha e se elegeram com o compromisso de lutar contra o arrocho salarial, pela liberdade de expressão e organização, pelo direito de greve e pela democratização do sindicato. Dar a frente eleitoral a unidade política expressa pela plataforma da Oposição é tarefa imediata. E ela que vai garantir não apenas a derrota eleitoral de José Machado, mas a derrota política do peleguismo e seus herdeiros.



Jornalista Carlos Alberto

ET - De que meios de pressão dispõem os jornalistas para encaminhar suas reivindicações?

CAO - A estratégia é o sindicato livre, a tática é a mobilização permanente. E não só isso, é preciso também fazer-se valer dos instrumentos legais e das instituições existentes que possam oferecer contribuição para a solução dos problemas. Em questões fundamentais, como a do sindicalismo livre (o direito de greve, a liberdade de organização e expressão), só avançaremos na medida em que se forme uma grande frente de unidade nacional dos sindicatos dos assalariados. Em questões também fundamentais, embora de interesse imediato da categoria, como a liberdade de imprensa, já há perspectivas de os jornalistas contarem, em certas circunstâncias, com o apoio do empregador. Há outras questões, como o cumprimento da jornada de trabalho, definida legalmente, que podem ser objeto de negociação com os patrões...

ET - Mas direito não se barganha? CAO - ...que podem ser objeto de ampla discussão entre as partes e os órgãos governamentais para uma imediata solução.

ET - Algumas atitudes suas durante o processo eleitoral para a formação da chapa de Oposição estão, até hoje, atravessadas na garganta de muito jornalista. Por exemplo, a imposição de uma chapa passando por cima da frente e de resoluções tomadas em assembleia que você mesmo presidiu.

CAO - Não me afastei nem me afastei um milímetro do programa Unidade e Ação. Até o pronunciamento das redações, elegendo os representantes dos colégios eleitorais e a cabeça de chapa, alguns erros foram cometidos: eles fizeram parte do processo difícil de eleger tendências e aproximar pessoas. Esses erros pertencem à história da ampla unidade alcançada com o resultado eleitoral e servem de experiência.

Clotilde Hasselmann

Os desafios atuais do MDB

"O grande desafio não é tanto ter um líder como Tancredo, mas a própria sobrevivência enquanto frente de oposições".

A eleição de Tancredo Neves para a liderança do MDB na Câmara Federal provocou as mais diferentes reações. Ele é sem dúvida uma figura controversa: foi ministro da Justiça, diretor do Banco do Brasil, líder do governo, primeiro-ministro e, acima de tudo, esteve presente na crista das principais crises que abalaram o país desde o segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954). Essa sua enorme capacidade de sobrevivência política, tão própria daqueles que, como ele, viveram nas entranhas do ex-PSD, é a responsável pelas reações diferentes entre as correntes do seu partido.

Os moderados ficaram eufóricos com a possibilidade de Tancredo abrir um sólido canal entre a oposição e o governo para as negociações das chamadas reformas políticas. Já os autênticos estão temerosos de que essa ansia de se chegar a um bom termo nas negociações afaste o MDB das reais aspirações da sociedade brasileira de retorno ao Estado de Direito. É claro que ainda está na memória o comportamento de Tancredo no episódio da votação da reforma judiciária, ano passado, quando ele insistiu para a oposição votar favoravelmente, apesar do projeto governamental contrariar fundamentalmente o programa do partido, usando como argumento a necessidade de não se interromper o "diálogo com o governo".

Ainda que tanto a euforia quanto o temor se justifiquem, a ascensão de Tancredo à liderança não parece que, ele por si só, poderia alterar substancialmente o comportamento político do partido da oposição. Mesmo porque pouca coisa, de fato, vai mudar. O novo líder há muito tempo é poderoso dentro do partido. Juntamente com Ulysses Guimarães, presidente do MDB e Thales Ramalho, secretário, forma um triunvirato que tem exercido um controle quase soberano sobre a organiza-

ção partidária. O que se assistiu então na sua apertada vitória sobre Freitas Nobre foi uma consolidação, de direito, da posição de mando que de fato Tancredo já tinha dentro do MDB. Mas ainda: também, há muito tempo, já estavam sendo construídos canais entre o governo e a oposição. Não há quem desconheça que o apertado de Thales Ramalho, que por sinal foi o principal articulador da candidatura de Tancredo, é frequentado por notórias figuras do governo, inclusive importantes militares, habituadas mesmo a sugerir normas de bom comportamento para a oposição. Em síntese, o problema não é só se o líder do partido é um autêntico ou um moderado, pois é o partido que faz o líder e não o inverso, e as passagens de Alencar Furtado e Freitas Nobre pela liderança estão longe de se constituírem em exceção a essa regra. Na verdade, o grande desafio que o MDB enfrenta hoje não é tanto ter um líder como Tancredo mas sim a sua própria sobrevivência. Não se trata da sua sobrevivência como partido político, porque realmente ele nunca o foi, de fato, mas como frente de oposições. Num curto espaço de tempo, isto é, a partir do primeiro semestre de 1977, o chamado partido da oposição foi politicamente eclipsado pela enorme revitalização dos movimentos da sociedade civil, pela arrojada ofensiva de algumas dissidências do poder como Magalhães Pinto, Severo Gomes e até mesmo pelo próprio governo com a missão Portela e o dislocado projeto de reforma política.

O ressurgimento do movimento estudantil, dos movimentos de classe média pelo retorno ao Estado de Direito, da atividade sindical mais autônoma, dos movimentos populares de bairros e periferia além da combatividade da Igreja Católica na luta pelos direitos humanos colocou em cheque a existência do MDB como uma frente capaz de catalizar os

movimentos oposicionistas. Em primeiro lugar, esses movimentos são independentes da atividade parlamentar onde se circunscreve por excelência a atividade emedebista que não tem, salvo raríssimas exceções como no Rio Grande do Sul, o interesse de alinhavar politicamente este amplo espectro de movimentos sociais ainda dispersos e desarticulados. Em segundo lugar, as propostas de luta pela democracia que vieram no bojo desses movimentos são muito mais avançadas que as defendidas pelos dirigentes do MDB que já incorporaram as famosas "salvaguardas" ou mecanismos de defesa do Estado.

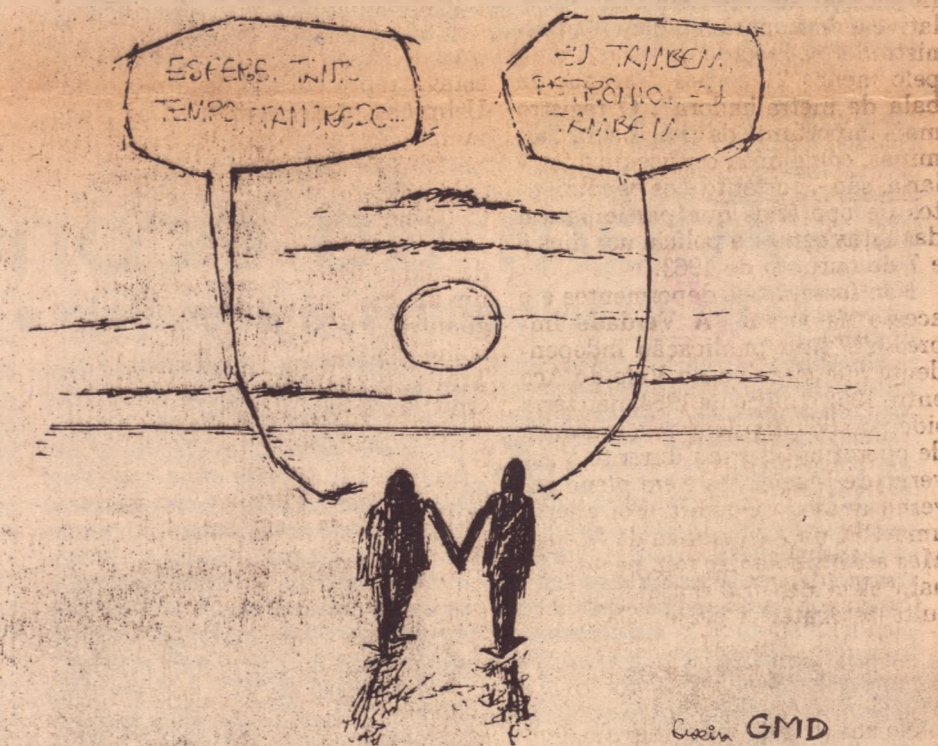
Essa timidez programática de alguns setores do MDB, os situam à direita até mesmo de dissidentes do regime. Parece fora de dúvida que as propostas contidas no programa político da candidatura Magalhães Pinto - Severo Gomes estão à esquerda, por exemplo, do discurso de posse de Tancredo. O cronista Carlos Castelo Branco, numa entrevista à Folha de S. Paulo (26/2/78) interpreta essa timidez como resultado de um acordo entre Magalhães Pinto e o presidente do MDB, Ulysses Guimarães. Segundo Castelo, houve conversas entre o senador e Ulysses e no curso dessas conversas se convencionou que o MDB se retiraria para deixar que dentro da Arena o grupo de Magalhães ganhasse consistência e passasse a reivindicar a existência de uma candidatura civil capaz de atrair apoios não só civis como militares. Essa, sem dúvida, é uma boa explicação e é provável que esses encontros tenham havido e que o compromisso tenha sido selado, o que poderia explicar até mesmo o comportamento recente do MDB. Entretanto a timidez programática antecede muito aos contactos Magalhães-Ulysses. Desde fins de 1975, quando começou a derramar sobre ele a lava da crise institucional já em plena erupção, que o MDB não con-

segue se assemelhar àquele da anti-candidatura de Ulysses, da campanha eleitoral de 1974 e do decidido debate parlamentar. O MDB está diante do desafio de sobreviver como uma frente de oposições e somente repetir 1974 não é uma saída. Com a reativação política da sociedade, principalmente com o aumento significativo na participação dos trabalhadores e outros setores populares com o apoio da Igreja e de setores da classe média, a frente oposicionista mudou qualitativamente. Isto sem levar em conta, por outro lado, a crescente oposição burguesa ao regime, formada principalmente de desertores como Magalhães e Severo.

Acreditando nas informações de Castelo Branco, o MDB já fez acordo com os desertores e acreditando na tão propagada eficiência de Tancredo Neves nos contactos com o governo. Fica a indagação: como o MDB ganhará o apoio da ampla massa dos trabalhadores e dos assalariados que constituem o maior setor oposicionista, além do que são solidários com eles?

A sobrevivência do MDB como frente oposicionista passa principalmente pela resposta a essa indagação e ele está desaparelhado para isso. A questão da Constituinte ilustra bem: foi o passo mais usado, mas entretanto a campanha não correspondeu. É claro que o regime impõe limitações, mas a inércia política da estrutura partidária e, em particular da direção, é extremamente responsável. Como aconteceu em 1974, talvez seja necessário que setores dentro do MDB possam ir além de todas as limitações e avançar em direção às reivindicações e aspirações dos trabalhadores e dos assalariados, conseguindo ajudar na sobrevivência do partido como frente ainda que, como sempre, só nos períodos eleitorais.

Fausto Brito



Form for BAGAÇO magazine subscription, including fields for name, address, city, state, ZIP, and profession, along with a payment section for a 50,000 unit subscription.

Minas Gerais, 1963. Magalhães Governador: a fuzilaria da Polícia Militar ataca grevistas da Usiminas, em Ipatinga, matando dezenas de operários (cerca de 80, segundo depoimentos de gente que enfrentou a situação).

Um episódio de difícil reconstituição, em detalhes, mas revelador de uma certa prática patronal, que pode assumir maior ou menor grau de violência toda vez que o movimento operário surge em cena como "um perigo" (...)

Chacina

Reportagem: Haroldo Quintão e João Batista Mares Guia.
Fotos: Arquivo de EM TEMPO

Em outubro de 1963 os operários da Usiminas, em Ipatinga (MG), fizeram uma greve geral contra a repressão policial dentro e fora daquela empresa. Foi imediata a resposta do então governador Magalhães Pinto, através da Polícia Militar, de pleno acordo com a direção da Usiminas.

Mais repressão! No dia seguinte ao estouro da greve, uma fuzilaria dirigida por 19 militares da PM atacou os trabalhadores, matando cerca de 80 deles e ferindo várias dezenas, segundo testemunhas oculares do ocorrido.

A Usiminas jogou a "culpa" desta chacina em cima de supostos "comunistas" da cidade vizinha de Valadares. Não pegou. Daí, a culpa caiu na cabeça de "policiais despreparados". A grande imprensa abafou o fato. Noticiou que foram 7 mortos, que o incidente era um caso isolado (...)

"Foram mais de 80 mortos. Os hospitais, Casa de Saúde de Coronel Fabriciano, Belgo-Mineira, Casa de Saúde Santa Terezinha de Ipatinga e o Ambulatório da Usiminas ficaram todos cheios de mortos e feridos. Na Casa de Saúde de Fabriciano, por exemplo, chegaram de uma só vez dez mortos, que foram empilhados e que os médicos nem tiveram o que fazer, por que os feridos eram muitos e precisavam de atendimento rápido. Nem os familiares dos mortos e feridos podiam entrar no Hospital porque os policiais cercaram a entrada para que ninguém visse". (Depoimento de um antigo operário da Usiminas, que pede compreensão para que seu nome não seja revelado).

O cartório de óbitos de Ipatinga, contudo, não acusa a ocorrência de mais que duas mortes entre os dias 7 e 10 de outubro de 1963. O cemitério de Ipatinga não tem registro relativo a essa época, embora o administrador se recorde de ter recebido pelo menos 21 corpos "furados de bala de metralhadora". O registro mais importante da chacina da Usiminas, como ficou conhecida a fuzilaria, são - portanto - os depoimentos de operários que participaram das lutas contra a polícia nos dias 6 e 7 de outubro de 1963.

Não fossem tais depoimentos e o acesso ao jornal "A Verdade Imprensa", uma publicação independente que circulou no Vale do Aço entre 1962 e início de 1964, não teria sido possível divulgar essa matança de operários ocorrida durante o governo de Magalhães e em pleno governo de João Goulart. Foi aberta uma CPI na Assembléia de Minas. Mas até hoje ela não tem parecer final. Além disso, é proibido a consulta ao material dessa CPI.

As engrenagens

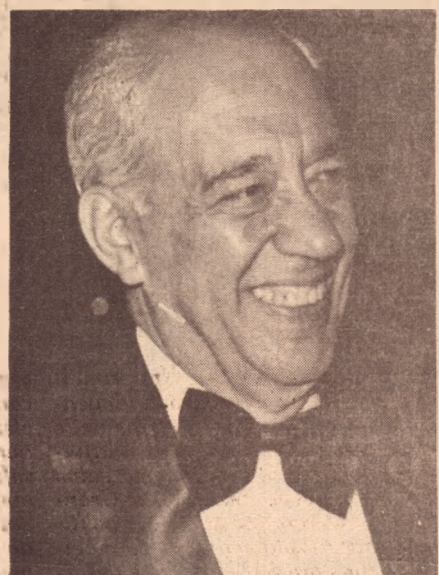
No ano de 1963 trabalhavam dentro da Usiminas, em torno de 30 mil operários. Desse total, apenas 6 mil operários eram fichados pela empresa como empregados. Os demais trabalhavam nas empreiteiras contratadas pela Usiminas para realizar obras de construção civil, principalmente. Eram chamados "ticavacos" porque trabalhavam cavando buracos e eram recrutados pela A.B. Cavalcanti e Filhos Ltda., empreiteira de mão-de-obra especializada no negócio de alugar força de trabalho sob regime de semi-

mente dirigida contra os "ticavacos": era tanta que eles logo criaram uma maneira de, entre si, avisar a todos a chegada da polícia. A Cavalaria Montada usava esporas. Eles diziam entre si: "tá tinindo", quer dizer, cai fora que já vem a Cavalaria.

Os "ticavacos" não eram empregados da Usiminas, mas a Cavalaria Montada - curioso - era assalariada da empresa e ficava subordinada a dois comandos distintos: o militar e o comando político-administrativo dado pela direção da usina, em Ipatinga. Dentro da usina a situação não era diferente em matéria de repressão e violência policial. A empresa tinha uma polícia própria, chamada de Corpo de Vigilantes, composta de 150 homens armados e bem treinados por uns militares da reserva. Aconteciam roubos estranhos dentro da usina. Tintas, ventaneiras e até ponte-rolante eram roubadas. Eram os "graúdos", diziam os operários. São os "peões", diziam os graúdos. E a vigilância da usina, por "ordem superior" resolveu reverter até marmitta, e as sacolas, na entrada e saída para o trabalho.

Enquanto a Cavalaria Montada e o Corpo de Vigilantes faziam a sua repressão ostensiva, um pequeno exército de "operários agentes secretos", recrutados nos órgãos de segurança, trabalhava na produção preocupada mais com os "comunistas infiltrados" na usina. Assim, a Usiminas montou o seu tripé de sustentação da ordem e da produção. Magalhães Pinto era governador de Minas. João Goulart era o presidente da República, e o PTB estava representado na direção da Usiminas através do sr. José Raimundo, ex-candidato (derrotado) a prefeito de Belo Horizonte.

No dia 6 de janeiro de 1963, às 22:00 horas em ponto, milhares de operários se dirigem para o portão de saída da usina. Terminava mais um dia de trabalho. O Corpo de Vigilantes, conhecido também pelo nome de Setor de Disciplina do Trabalho, introduziu naquela noite uma nova regra de vigilância. A usina distribuía leite para os operários. Os vigilantes decidiram que era proibido levar o leite para casa e decidiram também fazer revista mais rigorosa. Passava um operário de cada vez pelo portão de saída, já



João Goulart: ele era o superintendente da Usiminas em 63. Comente-se que os operários, revoltados, colocaram o corpo de um dos mortos sobre a sua mesa de trabalho, chamando-o de assassino.

o editor faz a seguinte acusação: "A polícia, depois de quebrar os dormitórios de Santa Mônica prendeu 120 servidores da Usiminas e os levou em caminhões cedidos pela Usiminas, presos para o quartel de cavalaria, onde foram humilhados e pisoteados. Houve casos em que soldados urinaram nos servidores que estavam no quartel". Prossegue a denúncia: "O Dr. Gil Guatimozin (superintendente da empresa) teve conhecimento de tudo e nada fez para impedir esta humilhação..." (p.3).

A greve geral

A greve surge na madrugada do dia 7 de outubro. Um ex-operário da Usiminas conta o que aconteceu. "Ali mesmo nas barricadas, um grupo de operários dos alojamentos se organizou para um possível novo ataque da polícia durante a madrugada, e outros grupos, que saíram dispersos, se encontraram com os que haviam sido espancados nas portarias e ali mesmo, nesses encontros, começou a surgir uma articulação para que no outro dia ninguém entrasse para trabalhar". Prossegue o operário: "Assim, às 6:00 horas, já no dia 7 de outubro, havia uma multidão de mais de 10 mil operários na portaria da Usiminas, em frente ao escritório central, de modo que já estava formado o piquete de greve. Greve essa que não



Gil Guatimozin: ele era o superintendente da Usiminas em 63. Comente-se que os operários, revoltados, colocaram o corpo de um dos mortos sobre a sua mesa de trabalho, chamando-o de assassino.

estava planejada nem coisa nenhuma e que foi fruto da intervenção da polícia".

De sua parte, a polícia estava preparada. Bloqueou a estrada que liga Ipatinga e Acesita para impedir que os operários dessa companhia siderúrgica se dirigissem para a Usiminas em solidariedade aos grevistas. As 8:00 horas da manhã já haviam mais de 20 mil operários em frente ao escritório central da usina. "Estava criado o impasse, diz o trabalhador. Lá dentro do escritório ia começar uma reunião com participação do Sindicato dos Metalúrgicos, da direção da usina, do capitão Robson Zamprogno, que comandava a Cavalaria Montada, de representantes do governador e de uns deputados demagogos, que sempre aproveitavam essas oportunidades para vir fazer sua política, ganhar mais prestígio populista, funcionando no sentido de evitar uma maior tensão". Ele prossegue: "Ocorre que quando ia começar essa reunião, esse comandante da Cavalaria passou um papel para um subordinado imediato, o tenente Jurandir Gomes de Carvalho. Não se sabe até hoje o conteúdo desse papel. O fato é que o tenente fez ameaças contra os operários e depois mandou os 18 militares que ele comandava dispararem contra o piquete de greve".

O destacamento sob comando do tenente Jurandir havia se colocado entre os operários e o escritório central da Usiminas. Estavam todos os militares armados de fuzis e metralhadoras, e sobre um caminhão havia metralhadora de tripé armada. Antes dos disparos o padre Avelino, vigário local, falou para os operários. Diz uma testemunha, extênico da Usiminas: "O padre sugeriu que se buscasse o dr. Gil Guatimozin para dar a posição da Usiminas sobre os acontecimentos,



Altair Ferreira Polpeir: um dos operários fuzilados.

mas o dr. Gil se recusou a comparecer dizendo que não se rebaixaria a conversar com grevistas e que a autoridade policial poderia fazer o que julgasse conveniente para os trabalhadores retornarem ao trabalho".

Os soldados tomaram posição de ataque. O padre e um dirigente sindical tentaram acalmar a multidão dizendo que as balas eram de festim, pois estavam convencidos disso. O ex-técnico da Usiminas conta o que aconteceu: "O tenente Jurandir disse de público que tinha recebido ordens diretas do dr. Gil Guatimozin e do governador Magalhães Pinto para abrir fogo, caso os operários não evacuassem o local. Foi o que ele fez".

A memória operária

Um ex-operário da Usiminas, participante da greve de 1963, recorda para EM TEMPO os lances da fuzilaria em Ipatinga. O entrevistado, hoje aposentado, residente em Belo Horizonte, solicitou que seu nome não fosse divulgado "para evitar velhos problemas".

- Por que a PM disparou? O que aconteceu?

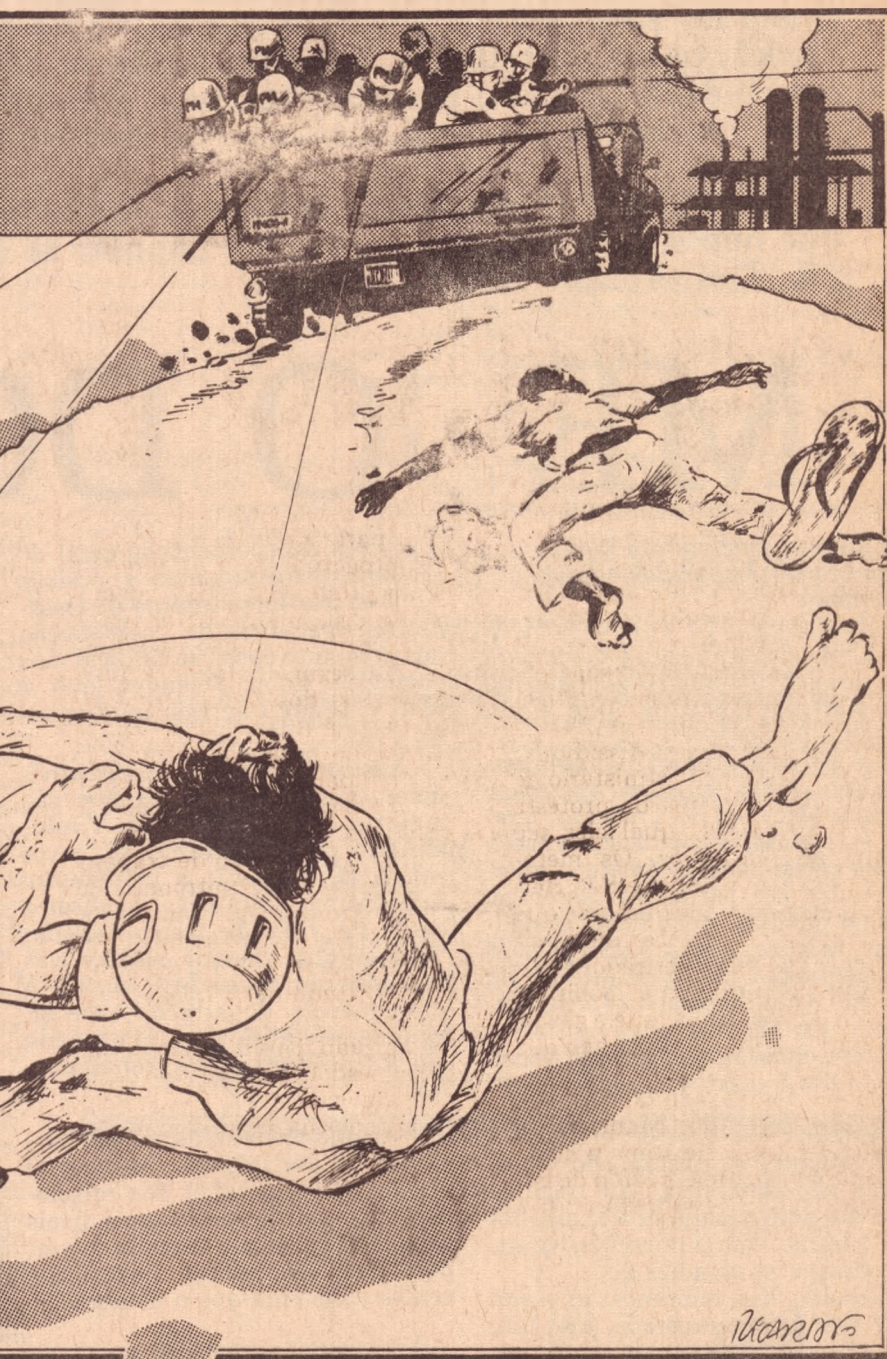
- Não se pode culpar esse comandante da polícia porque ele, pessoalmente não iria dar uma ordem de fogo. Prá mim tem coisa grossa por trás. Formalmente não vale a pena dar o número de mortos. Tendo como base pessoas que participaram desse movimento, inclusive pessoas que se retiraram desse conflito se rastejando pela usina e que encontraram mortos em moitas de capim colônias, essas pessoas afirmam que morreram mais de cem pessoas. Todos os hospitais e casas de saúde ficaram lotados de feridos e de mortos. Morreu uma criança de colo atingida por uma bala de fuzil, um mendigo cego, um alfaiate, um fotógrafo amador, que levou uma rajada de metralhadora no peito e ficou preso numa cerca de arame farpado. A grande maioria dos operários mortos não teve enterro em Ipatinga. Cada um foi enterrado lá na sua terra.

- Houve reação dos operários?

- Em seguida à chacina o que se viu foi um verdadeiro caos. Os operários não estavam preparados para uma batalha daquele nível, já que inclusive estavam desarmados. A maioria saiu numa retirada desesperada, enquanto que um pequeno grupo esboçou uma resistência a esses disparos. Esse grupo queimou um caminhão da polícia e as guardias do Corpo de Vigilantes. Depois tomou a cadeia de Ipatinga, libertou dois presos e pôs fogo nela. Os policiais parece que não esperavam aquela reação e se retiraram apavorados e se entrencharam num morro perto do escritório central da Usiminas.

- O que fizeram as pessoas que participaram da reunião, por exemplo, os dirigentes do Sindicato dos Metalúrgicos, os representantes do governo estadual?

- Como sempre, os pelegos e outras autoridades agiram no sentido de to-



mar as primeiras providências para a saída da polícia. Eles funcionam mais como desarme dos ânimos, desarme do espírito de luta dos operários. Houve inclusive propostas das mais furadas aí, no sentido de que se substituisse a Cavalaria pela Polícia Federal ou até mesmo por tropa do Exército. O Magalhães Pinto disse que disso ele não abria mão. Certamente ele já tinha em vista o que aconteceu em 64. Ele não abria mão da Polícia Militar, estadual. Acho que ele já tinha em vista a conspiração contra o Jango. Mas então se chegou a um acordo de retirada da polícia. Quero deixar registrado, também, como esclarecimento para trabalhadores de outras regiões e que ainda possam alimentar ilusões com certos tipos de governo como o de Jango... Não passou também de um governo de defesa do capital.

- Depois da chacina a direção da Usiminas introduziu alguma modificação em sua política interna?

- A diretoria da Usiminas tirou lições da chacina. A primeira medida que ela tomou foi de não forçar os operários a voltar para o trabalho. Quer dizer, uma medida de cautela, de simpatia. Como quem diz: "Coitadinhos, nós lamentamos etc. etc., vocês são ótimos, são trabalhadores e não passam de trabalhadores. É a polícia que não presta, porque se tivesse uma polícia capaz não teria acontecido etc. etc.". A diretoria da Usiminas aconselhou os operários a descansar uns dias para que fosse recuperada a paz, a compreensão, a segurança. Quer dizer, medidas enganadoras, mas inteligentes, sem coerção, sem dispensa. A verdade é que se fala. "Os operários da Usiminas" Mas esses operários ativos na cena da chacina não eram principalmente da Usiminas. Eram principalmente das empreiteiras.

A partir da chacina a Usiminas começa uma política agressiva de organização produtiva. Na medida em que

são introduzidas novas unidades produtivas, como alto-forno, laminação, aciaria. Incentivando os operários, criando políticas incentivadoras da produtividade, como torneio de seção contra seção. Criando o prêmio por assiduidade. Com isso, a Usiminas foi criando uma política do operário sentir bem dentro da produção, do operário se sentir responsável pelo patrimônio e se sentir como se fosse elemento realmente integrado na produção.

- Essa mudança de método adotada pela Usiminas aconteceu imediatamente após a chacina ou isso foi introduzido após o movimento de 31 de março de 64?

- A política começou a ser implantada imediatamente após a chacina, sendo que antes de abril de 64 era uma política ainda em implantação. O movimento de 64 veio trazer todas as condições para que essa política vingesse, já que houve uma dispensa em massa - não só aqui, mas no Brasil inteiro -, e todos aqueles elementos que estavam na lista negra da diretoria foram dispensados. A Usiminas partiu para uma política de aumento da produção e de racionamento de mão-de-obra. Ao mesmo tempo eram dispensados elementos combativos, muitos outros foram presos, muitos desapareceram, e com as medidas tomadas a partir de 64 no sentido de uma recuperação econômica, só vieram ao fim essa tentativa da Usiminas em 64 o Sindicato dos Metalúrgicos sofreu intervenção. A diretoria anterior não defendia os interesses reais dos operários. Era ligada a interesses politiquês do PTB. Depois de 64 foi criado o Sindicato dos Metalúrgicos de Ipatinga, com verdadeiros capachos da Usiminas na direção. Assim, acabou o Sindicato único dos metalúrgicos do Vale do Aço. Os trabalhadores da siderúrgica Acesita permaneceram ligados ao antigo, os da Usiminas ficaram ligados ao de Ipatinga, que foi transformada em município.

Governo Magalhães Pinto

Como (e por que) Magalhães entra na história?

Resuscitem os mortos porque os mortos não morreram! Seria este o resultado do IPM instaurado pela Polícia Militar para apurar a responsabilidade de 19 militares da corporação na matança dos operários. O major Silvio Sousa, hoje coronel reformado e diretor do Instituto Brasil-Estados Unidos, em Belo Horizonte, presidiu o inquérito. O exame de balística foi o exame de "culpa sem dono". A polícia de Ipatinga enviou armas trocadas, e as balas que mataram os operários não foram disparadas pelas armas examinadas.

Enquanto isso acontecia, o governador Magalhães Pinto incriminava os operários através do jornal "Diário de Minas", de sua propriedade, na época. Numa edição saiu publicada a seguinte nota: "Quatro soldados do destacamento de Ipatinga foram mais felizes que os operários, pois as balas que teriam sido disparadas por estes perfuraram seus uniformes sem lhes causar o menor arranhão, enquanto do outro lado houve oito mortos e dezenas de feridos".

O IPM foi uma brincadeira da Polícia Militar. O coronel José Guilherme, comandante da Polícia Militar, aprovou e estimulou um movimento de tenentes em solidariedade de aos seus colegas do destacamento de Cavalaria de Ipatinga, sendo que os integrantes da Cavalaria Montada tinham mais de 20 processos correndo contra eles na Justiça Comum da Comarca do município de Fabriciano, ao qual pertencia Ipatinga. Por último, o coronel José Guilherme sugeriu que os soldados foram provocados pelos operários que haviam "jogado pedras na polícia".

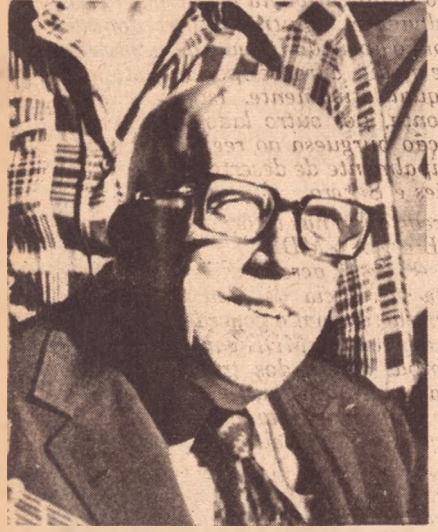
"Encerrado o problema".

Finalmente, após a conciliação, em que deu o inquérito da Usiminas?

1963, novembro: o presidente da Usiminas, Amaro Lanari Júnior, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Fabriciano, Geraldo Reis Ribeiro (do PTB), o comandante-geral da Polícia Militar, coronel José Guilherme, Secretários de Estado do governo Magalhães, os deputados Sinval Bambirra e José (Dazinho) Gomes Pimental, dentre outros signatários, firmaram um acordo político com vistas a dar por encerrado o problema da chacina da Usiminas.

São termos do acordo:

- 1 - a Usiminas se compromete a rever o seu quadro de vigilantes, admitindo à função pessoas de idoneidade, segundo modelo adotado pela Petrobrás e outras empresas;
 - 2 - compromete-se a realizar inquérito administrativo, por uma comissão integrada, dentre outros, por três representantes do Sindicato dos Metalúrgicos;
 - 3 - adotar a norma salarial de igual remuneração para funções idênticas;
 - 4 - compromete-se a pagar diferença (em débito) correspondente ao acordo salarial;
 - 5 - exercer humanamente o controle de saída e entrada dos operadores na usina;
 - 6 - e, por último, a Usiminas se compromete a não punir seus empregados que tenham participado direta ou indiretamente do movimento.
- Ou seja, na mesa de conciliação a vitória seria afinal entregue de mão beijada à direção da empresa e ao Estado. Na Usiminas houve um grande inquérito. Isto nos dias posteriores ao 31 de março de 1964. Os punidos: operários que participaram do movimento.



Magalhães Pinto, então Governador.

escravidão. A Usiminas servia-se direta e indiretamente da "mercadoria" oferecida pela A.B. Cavalcanti. Eram homens vindos de todas as partes, com experiências variadas, a maioria vinda do campo. Moravam amontoados em alojamentos no lugar chamado Ipatinga, localizado fora da área da usina. A manutenção da ordem ficava por conta do grupamento de Cavalaria Montada da Polícia Militar de Ipatinga. A violência policial especial-

Na elaboração desta reportagem o contato com a base do Movimento Custo de Vida, deixou perceber que palavras como: reivindicar, contradições, base, consciência, conflito, habitam hoje descontraidamente seu vocabulário. Deixou perceber também que junto à consciência sobre as péssimas condições de vida e trabalho existe a consciência da falta de liberdades.

EM TEMPO tem como um de seus objetivos abrir suas páginas para que nelas, o movimento operário e popular se expresse. Um espaço amplo. Um espaço crítico.

MEDO DO CUSTO DE VIDA?

"Estamos perdendo o medo. Esse medo de sermos sempre prímidos".

A concentração para o lançamento público do abaixo-assinado do Movimento Custo de Vida é um medo a menos.

Os depoimentos de representantes dos clubes de mães, operários, Frente Nacional do Trabalho, igreja, estudantes e coordenação geral, mais várias moções de apoio apresentadas por entidades presentes, foram ouvidas, aplaudidas e algumas vaiadas, pelas 5.000 pessoas concentradas no pátio interno do colégio Arquidiocesano de Vila Mariana, em São Paulo.

Uma manifestação que provocou estímulos e insatisfações.

Enquanto a ciranda do abre-fecha-não-abre-fecha do regime, não ata nem desata, os trabalhadores mesmo com limitações, se expressam e se organizam.

Quando nos referimos ao medo que vem sendo superado, esse fato se relaciona diretamente com esta conjuntura, na qual as reivindicações políticas e econômicas dos trabalhadores, começam a ter maior peso.

Infelizmente porém, não é sempre que se tem uma crise no regime. Hoje, é também nos espaços abertos por ela que manifestações, como a do dia 12, canalizam reivindicações, mostram disposição de continuar a briga, repercutindo sem sombra de dúvida, de maneira amplamente positiva no conjunto dos trabalhos das oposições e conse-



quentemente abrem novos espaços, criam novas expectativas.

Não foi sem razão que o Movimento Custo de Vida (M.C.V.) foi iniciativa de mulheres, dos clubes de mães, das associações de donas de casa. Foram esses tipos de organização que serviram de canais de manifestação dos trabalhadores, num momento em que a repressão ao movimento operário, as oposições sindicais, continuava extremamente violenta. Essa situação só recentemente foi atenuada.

O histórico do M.C.V., amplamente conhecido, aponta como marco importante a Carta dos Clubes de Mães às autoridades em 1973.

Hoje, esses clubes desempenham importante papel como unidades de base do Movimento, de divulgação do abaixo-assinado.

A discussão sobre o custo de vida nasceu justamente dentro deles por volta de 1972 e 73. Depois de um período de descenso completo dos movimentos oposicionistas de massa, é através deles que apareceram as primeiras respostas às duras condições de vida e trabalho. O início na periferia da capital paulista, de campanhas por creches, escolas, esgotos, condução...

Onde e como lavar a roupa?

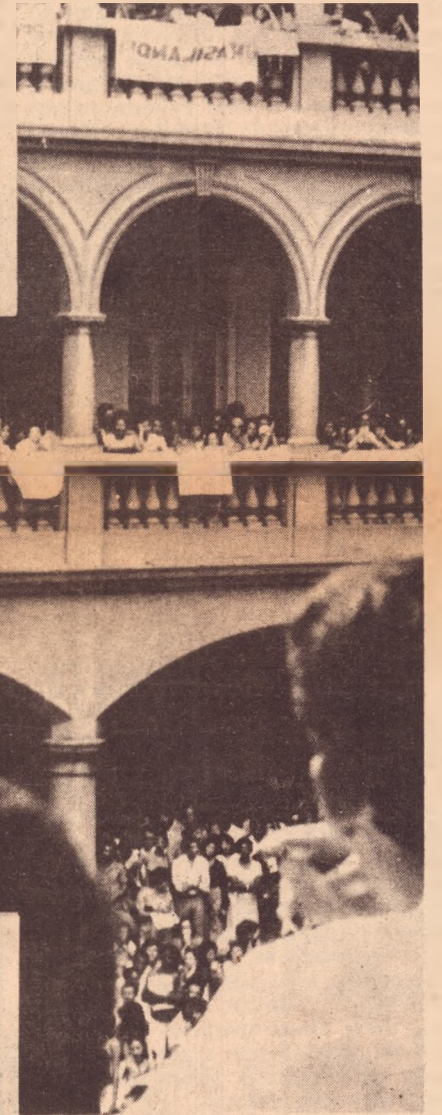
No debate sobre o custo de vida realizado dia 9 na USP, entre

membros da coordenação geral do movimento e estudantes, a oposição sindical dos metalúrgicos de Osasco, que participa da coordenação não enquanto oposição sindical mas enquanto setor, defendeu que o M.C.V. tende a agregar muita gente.

A envolver parcelas de trabalhadores não sindicalizados que são maioria na Grande São Paulo, abrindo para eles também, novos canais de discussão e politização. Acha porém, impossível analisar o custo de vida de forma isolada: "Temos que discutir alternativas de continuidade ao M.C.V. Ele é consequência do arrocho salarial, de uma estrutura sindical atrelada que dificulta a luta dos trabalhadores.

As oposições sindicais são hoje canais de participação política. O M.C.V. deve estreitar seu relacionamento com as oposições sindicais pois a luta contra a carestia é também uma luta contra o arrocho e contra o sistema que o mantém".

Até agora, porém, as oposições sindicais não insistiram muito em participar. Por outro lado, a coordenação geral do Movimento venha a tempos adiando a sua discussão sobre sua ampliação e inclusão das oposições.



denação geral do Movimento venha a tempos adiando a sua discussão sobre sua ampliação e inclusão das oposições.

Nem oposição, nem situação

Outros representantes da coordenação presentes ao debate defenderam que o nível de consciência política dos operários é muito baixo. Segundo eles, os operários entendem pouco de política. "Política para operário ainda é ARENA e MDB".

Com base nessa análise defendem que por enquanto o M.C.V. não deve assumir o caráter de um movimento político de oposição, levantando bandeiras explicitamente políticas como: liberdades democráticas, liberdade sindical. Defendem inclusive que grupos da ARENA participem do Movimento.

Insistem ainda que hoje, "Os operários são contra a carestia e não contra o governo".

Outros setores dentro da coordenação no entanto defendem que é impossível lutar contra a carestia, ainda que mantendo apenas as três reivindicações atuais, sem identificar os responsáveis, o regime político que mantém os trabalhadores em permanente carestia.

Nesse sentido, na coordenação, a intervenção da oposição sindical de Osasco na última reunião afirmou: "Os trabalhadores não podem participar desse Movimento inocentes, desconhecendo que mesmo sendo a luta contra a carestia, é uma luta contra o regime".

Mexendo em questões centrais da política de manutenção das altas taxas de lucros, do arrocho salarial o movimento reivindica:

- * congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade;
- * aumento dos salários acima do

O jornal pode e deve - na medida em que divulgue, discuta e polemize com esse próprio movimento - contribuir para levantar e avançar questões.

Sem receio deste artigo estar "tomando partido" (mesmo porque a neutralidade é uma farsa), mais do que tudo ele pretende - no quadro da rearticulação das oposições, mostrar a importância desse movimento em termos de sua continuidade, o que desde já permite perguntar:

TEM QUE ARROCHAR OS SALÁRIOS E O PREÇO DA MERCADORIA SUBIR NÃO ACEITAR NENHUMA RECLAMAÇÃO BAIIXAR O CACETE SEM COMPAIXÃO SE ALGUM PROTESTO SURGIR

Tem medo do que?

No Movimento do Custo de Vida a questão do medo é levantada no sentido de justificar a não politização. Essa posição é majoritária por exemplo, na mesa que dirigiu os trabalhos na concentração. Vários de seus membros defendem que: "Os companheiros nas fábricas têm muito medo, não sabem o significado das bandeiras políticas". "A luta agora é contra a carestia, depois poderemos travar outras".

Existe medo porque se tem pouca consciência e pouca consciência porque se tem medo. E assim o círculo se fecha.

Isso determinou que na concentração, a comissão de segurança definida pela coordenação, e também a mesa diretora dos trabalhos, atuassem muito mais no sentido de evitar, controlar qualquer extravazamento político do que simplesmente garantir a realização da manifestação.

Mais ou menos como desdobramento dessa mesma idéia que o depoimento da coordenação a ser lido no dia da concentração, elaborado pela Comissão de redação, foi consi-

Causou insatisfações a diluição do documento da coordenação que acabou por não garantir o caráter unitário da manifestação. Por exemplo, o depoimento da Frente Nacional do Trabalho por apresentar maior combatividade foi bem mais aplaudido e citado.

O que vem de baixo

Um dado objetivo hoje, é a existência de um certo descompasso entre as bases e a coordenação do M.C.V.

Na questão de se abrir ou não a palavra à ARENA e MDB para que pudessem falar - "por serem os partidos políticos existentes" - quando votada pela primeira vez na coordenação em caráter pessoal, foi aprovada. Ao retornar de discussões nas bases foi derrotada por 17 votos contra 5 a favor sob a justificativa de que "além de nada representarem, não trabalharam pelo desenvolvimento do Movimento".

Mesmo que na concentração aproximadamente 50% fossem estudantes, fato que merece sérias reflexões, surpreendeu a receptividade que tiveram os depoimentos que mostraram maior firmeza, que identificaram os responsáveis pela política econômica atual. Bem recebida foi também a explicitação na concentração da luta por liberdades democráticas e pelo ensino público e gratuito para todos - no depoimento dos estudantes.

A luta pelo direito de greve, no depoimento da Frente Nacional do Trabalho foi sem dúvida o mais intencionalmente aplaudido.

Mesmo que nas várias reuniões da coordenação, nos debates na universidade, os representantes dos estudantes no Movimento, defendessem que: "O M.E. não pode tentar impor sua própria dinâmica à dinâmica do movimento operário popular", o receio do que poderiam fazer os estudantes esteve sempre presente. Preocupação em alguns momen-



tos extremada. Hoje, vemos o início do trabalho conjunto entre movimentos com ritmos de desenvolvimento bem diferenciados.

derado radical.

Proposta sua alteração, foi aprovada na coordenação por 12 votos a favor e 8 contra, dos 20 setores presentes que votaram. O radicalismo do documento original estaria em responsabilizar o governo - de maneira direta - pela alta do custo de vida. Ilustra bem o episódio o exemplo citado na discussão, de que o trecho em que o governo era acusado da manipulação dos índices de reajuste salarial em 1973, poderia ser substituído por: "houve erros nos cálculos".

O processo de discussão no entanto é extremamente rico e as posições que afloraram mais explicitamente podem não ser definitivas, sofrendo na própria dinâmica dos debates, alterações.

Ô MÃE! VAI SAIR OUTRA VEZ?

Rapidamente três mulheres atravessam a rua gesticulando. Espalham um cheiro de banho-sabonete na curva da morte na Estrada do Imperador. O destino é a reunião na igreja de Ponte Rasa, em São Paulo, pra discutir o Dia Internacional da Mulher. O Movimento Custo de Vida será no entanto o grande assunto da reunião. 15 horas do dia 8 de março.

No caminho encontram outras, e outras e mais outras. Convidam pra reunião aquelas que nos jardins, soleiras e janelas - varrem, lavam e costuram. Discutem em voz alta no meio da rua, a quantidade de assinaturas já conseguidas. Algumas reclamam de dores nas pernas das horas passadas nos portões dos colégios do bairro, avisando os dias de reunião, passando o abaixo-assinado. Estão descontraídas e não há medo.

São mulheres fora de casa. Os maridos não gostam e os filhos soltam cada vez com maior frequência um: Ô mãe! a senhora vai sair outra vez?

E no entanto, 90 delas, estão aqui reunidas. Nesta igreja cercada por um temporal, onde a Via Sacra, foi substituída nas paredes, por uma fileira de cartazes do Movimento Custo de Vida.

Um movimento que politiza o cotidiano da família operária. Que tem demonstrado na prática as possibilidades da mulher exercer um papel politicamente mais ativo.

Mulheres fora de casa. E isso é bom.

Trabalhando fora como fazem os homens. Mesmo que a causa da expulsão do lar tenha sido a necessidade de conseguir mais dinheiro - em condições desvantajosas, recebendo salários menores - para comprar o que os salários arrochados dos maridos já não compravam mais. Como diz Valdete, dois salários arrochados não dão conta de melhorar as necessidades familiares; imagine se trabalhasse então?

A participação da mulher diretamente na produção abre-lhe novas possibilidades de atuação política.

Olé, mulhé!
Relevo - Olé, mulhé rendeira! Olé mulhé renda!
Tu me ensina a fazer renda! Eu te ensino a reclamar! } Bis

Com o salário do marido
 Sua vida é passar fome.
 E o portão condena
 Diz que está atrás de home.
 Um patrão já tem no lar,
 Um segundo na fição.
 Em casa ao regressar
 Vai direto pro fogão!

Sua jornada é dobrada,
 Seu salário é menor
 Sua criança abandonada
 Seu serviço bem maior

Na máquina ela produz
 Igual ao seu colega
 Mas se está pra dar a luz
 Sua vaga a firma nega.

E a mulher que é viúva
 Ou que foi abandonada?
 E então a mãe solteira,
 Que não tem direito a nada?
 Lavadeira, passadeira,
 Pagem, faxineira e costureira,
 Tudo isso faz todo dia
 Sem ninguém valorizar...

A tarde está cansada
 E o marido a chegar,
 Ouve barulho de crianças
 Diz "Vai, teus filhos educar!"

A mulher toma a palavra:
 "Sou gente, vou trabalhar!"
 O marido ainda responde:
 "Tu tem roupa pra lavar!"

que é utilizado pelo governo para corrigir os salários. Com isto, os trabalhadores terão aumentos cada vez mais distantes da elevação real do custo de vida.

O tempo do Delfim, quando o nível de repressão era intenso, o milagre era badalado e os trabalhadores se encontravam totalmente desorganizados e sem condições de lutar, a coisa era simples. Delfim costumava fixar o início de inflação do ano com 12 meses de antecedência, no início de janeiro, e tinha que dar certo, como aconteceu em 1973. O ministro decidiu que ia dar 13% e no final do ano sua previsão bateu com os dados da FGV.

Agora, no momento em que os trabalhadores estão lutando para reaver a diferença dos salários de 73, a manipulação grosseira

começa a ser feita de novo. Logo que substituiu Delfim, Simonsen procurou criar algumas fórmulas mais sofisticadas para evitar que a inflação refletisse realmente o aumento dos gêneros, bolando a tal da acidentalidade: ou seja, todos os aumentos de preços que eram decorrentes de "fenômenos acidentais", tais como secas, geadas ou chuvas, eram expurgados dos índices.

Não bastou. Foi preciso baixar o custo de vida na marra de novo. Isto mostra que a luta pela recomposição salarial só vai acabar quando os trabalhadores contarem com uma capacidade de organização e de luta maior, capaz de fazer valer os seus direitos. O governo admitiu que "errou" uma vez, mas as diferenças vão continuar aparecendo sempre.

Em janeiro, a diferença entre o índices foi tão flagrante que o ministro pediu ao secretário da Fazenda de Minas Gerais que desse "um jeito" e acabasse com os "defeitos" da fórmula de cálculo utilizada pela Fundação João Pinheiro, de Belo Horizonte.

Para se ter uma idéia da distorção, enquanto a taxa de aumento do custo de vida acumulada nos últimos 12 meses em Belo Horizonte é de 67%, o que significa que os salários deveriam estar sendo reajustados por aí, no Rio a Fundação Getúlio Vargas diz que o aumento não passou dos 39%. Em fevereiro, o índice fixado pelo governo para reajustamento dos salários caiu para 39%.

ÁLVARO CALDAS

A prática de manipulação dos índices de custo de vida é antiga, já deu rolo na época do Delfim Neto no Ministério da Fazenda mas continua sendo aplicada. Como explicar (até o ministro Simonsen, da Fazenda, admitiu que não tinha jeito) que a taxa de inflação de janeiro calculada pela Fundação Getúlio Vargas, cujos dados são utilizados oficialmente pelo governo, tenha sido de 2,2%, enquanto o DIEESE em São Paulo encontrou o dobro, 4,3%?

Comparada com outros Estados, a diferença ainda foi maior: em Porto Alegre o aumento do custo de vida em janeiro foi de 5,13%, enquanto em Belo Horizonte, chegou a 5,60%. Quer dizer, somente no Rio a inflação foi menor, porque é este o índice

$$8 + 8 = 88$$

"ah como é difícil tornar-se herói só quem tentou sabe como dói vencer satã só com orações dominus dominios juro além todos esses anos agnus sei que sou também mas ovelha negra me desgarrei"

(Agnus Sei, Aldir Blanc)

A morte de Alexandre não foi a morte mas a missa. Conversar sobre ele, foi emendar o tempo, fazer essa roda girar, soltar um tempo prá correr. Comemorar 5 anos de sua morte? Sei que ele foi um entre muitos... que os vivos são mais importantes. Mas falar dele é falar de vivos. Quis saber mais, procurei gente prá saber de seu tempo e ouvi uma palavra: medo. Perguntei e tive ram medo de mim, não quiseram que eu anotasse. O tempo para e fica silêncio, todos pensando, lembrando. Ninguém fala alto, ninguém discorde. Tudo é proibido. Descrevê-lo na escola? Bom aluno, inteligente. E se não fosse? La sempre às aulas? E se não fosse? Eu não vou! Insistir seria desrespeito, violência. Essa é uma intimidade de em que não se pode entrar, era preciso estar lá.

Não faltou quem me falasse na missa e no medo de ir lá. Na missa todo mundo foi, levou pijama escova de dente. Dentro da missa colocamos uma tarja negra no braço, muita gente que resolveu sair com ela foi presa... "Foi uma primeira reação. Admitir a impotência dessa vez não era mais possível, a indignação era maior que o medo".

Alexandre foi preso em meio a uma onda de prisões. Quem primeiro soube da notícia, ouviu no rádio no final da tarde de 22 de março. No dia 23 a nota oficial dos órgãos de segurança nos jornais. A geologia indignada realiza assembleia da escola, (a primeira em qualquer escola da USP desde 1969). O que nessa Assembleia foi decidido, o Conselho de Centros Acadêmicos encampou:

"Em reunião realizada dia 24 último, o Conselho de Centros Acadêmicos da USP teve como objeto principal de discussão a morte do colega Alexandre Vanucchi Leme, da geologia, ocorrida no dia 17 e divulgada no dia 22 deste mês. Além da declaração de luto, em toda a Universidade de São Paulo, demonstrada entre outras formas, pela colocação de faixas pretas a serem espalhadas por todo o Campus e por bradeiras negras distribuídas entre todos os estudantes. O Conselho encampou a proposta da Geologia que consistia na realização de uma missa de sétimo dia (do anúncio da morte do nosso colega) a ser celebrada dia 30, sexta-feira, na Catedral da Sé, às 18:30 horas".

"Uma vez eu li num livro que um cara da resistência italiana que passou dez anos na clandestinidade depois que a guerra acabou, levou 12 prá conseguir sair"

"Eu era Calouro na época, conheci o Minhoca no trote, e pela primeira vez a mentira ficou clara. Até então eu acreditava no Médico, que ele fosse o melhor presidente que o Brasil já teve, eu vim do interior... Mas a classe toda dele, a escola toda falando, eu vi que tudo era mentira, não apenas em relação ao Alexandre, mas a coisa toda. Fiquei sabendo que ele estava no hospital em dois dos dias em que disseram ter assaltado e num outro estava com a classe toda numa excursão. Tem também o caso daquele cara chamado Benetazzo, que deu no jornal, a história era a mesma, até a rua a mesma, só mudaram o nome do cara..."

Por toda a Universidade tarjas negras nas fachadas.

"A primeira a ser arrancada foi a da escola de Comunicações e Artes e para pregar de novo o Centro Acadêmico convocou uma assembleia na escola e todo mundo foi pregar junto. Prá fazer um mural, tinha que ir para a casa de alguém, chegar cedo na escola, alguém vigiar, pregar e sair correndo. O medo era tanto que se você falasse muito das coisas, o pessoal pensava que era dedurado".

Para nós da família foi um choque

Foi um telefonema anônimo de São Paulo, no dia 18 ou 20 de março, atendido pelo irmão mais novo do Alexandre, dizendo: "O Alexandre foi preso". E desligou. Então começou a busca, o pai do Alexandre foi para São Paulo, aquilo de procura aqui, procura ali... E depois então, só no dia do choque que 25, no dia 25 é que a gente soube a realidade. E essa realidade, não aquela que os jornais deram no dia, de atropelamento, mas uma realidade muito mais violenta, de prisão, tortura, lá na OBAN, na rua Tutóia. E tudo muito rápido, primeiro porque ele era realmente franzino e ao mesmo tempo tinha sido operado menos de um mês antes, então eu tenho a impressão que eles não imaginaram que... Por outro lado o que eles fizeram era prá matar até um lutador de box. Eu acho que o fato deles não terem devolvido o corpo até hoje é sintomático, revela assim uma total incapacidade de responder o problema perante a nação. Isso é uma gota d'água na realidade nacional, não apenas perante a nós da família, mas perante a nação. Por outro lado eu também sei que isso não é problema de consciência do atual governo. Um governo que protege o Fleury, por exemplo, e que inclusive chega a elogiar publicamente, um governo desses não está absolutamente preocupado em fazer uma revisão, anistia, em reconhecer falhas e erros do passado. O Alexandre era assim um líder intelectual, nunca líder de massa, nunca líder de praça. Líder pela lucidez intelectual dele, e sobretudo pelo embasamento cultural. Tinha convicções muito bem formadas e uma dedicação à causa do povo. Sobre tudo no sentido nacionalista. Acho que isso caracterizou muito a consciência política do Alexandre. Uma preocupação sobre o conjunto de forças estrangeiras que estavam espoliando o Brasil. Ele estava atravessando uma fase de total decepção com a instituição Igreja. Mas ele estava ao mesmo tempo nessa época se deslumbrando com a descoberta de líderes da Igreja totalmente voltados para o povo. Isso eu digo com base, porque justamente nos primeiros dias de fevereiro houve uma assembleia da CNBB perto de São Paulo e ao lado dessa assembleia houve um debate de cinco bispos, no TUCA, o teatro da PUC. Um debate aberto com universitários, super-vigilados pela polícia. E Alexandre não só ouviu, mas fez perguntas, apartou e sobretudo aplaudiu e vibrou. E esse encontro por sua vez deve ter sido o momento último em que a polícia o marcou para pegá-lo logo depois, eu acho, porque havia muitos policiais do DOPS naquela altura. Eu acho que foi uma homenagem justa ter posto o nome dele no DEC-Livre. Ao mesmo tempo é um modo a mais de atuação estratégica dos estudantes. Eu acho que tanto é assim que dói a citação do nome dele e o apadrinhamento que o nome dele dá ao DCV. Isso dói para o governo e para certas publicações que existem por aí. Para nós da família isso faz um bem enorme, porque a lembrança dele nunca é lembrança triste. E sempre uma saudade funda de alguém que é muito nosso, mas mais do que nosso, ele é realmente do povo brasileiro. E a história continua".

"Em 69 só o Centro da Letras e da Química estavam abertos. Em 71 teve um show do Abílio Manuel que a polícia invadiu procurando os responsáveis. A plateia em abaixo-assinado assumiu a responsabilidade, mas o show não teve. O prego do CRUSP subiu, se tentou um boicote, não adiantou: o prego continuou o mesmo".

"O DCE era eleito indiretamente, ninguém sabia quem era do DCE. O BICHUSP (recepção aos calouros) de 71 foi organizado por ele através dos Centros Acadêmicos: os calouros faziam teatro, música, shows, etc."

Em 72, surge o CCA - Conselho de Centros Acadêmicos. Aparece o papo de cobrar a Universidade. O conselho fez um plebiscito sobre ensino pago, 97% dos alunos da Universidade foram contra. Isso foi muito importante, repercutiu, mereceu até resposta do ministro da Educação - na época, Jarbas Passarinho - até hoje a USP é a única Universidade que não cobra taxa de matrícula".

A missa que estava marcada para 18:30 horas ocorreu sem incidentes graves, e mesmo na saída, quando os estudantes se concentravam na escada cantando "Vem vamos embora que esperar não é saber, quem sabe faz a hora não espera acontecer..." não houve choques com a polícia, que mobilizou forte aparato. Toda a cerimônia religiosa foi filmada pelo Canal 11 TV Gazeta, cujas câmeras focalizaram os assistentes, um a um, banco a banco, embora não houvesse qualquer programa para a exibição de vídeo-tape e muito menos transmissão direta. "As pessoas escondiam o rosto com o folheto da missa, e se o câmera percebesse, aí é que ele chegava perto. Eu vi um cara que estava sentado na ponta de um banco se esconder, a câmera foi chegando perto dele e ele se encolheu, se encolhendo, no final ele estava a um palmo da cara dele!"

A polícia tomou a praça: carros, homens armados por todo lado, metralhadoras na mão. As sirenes permaneceram ligadas o tempo todo durante a missa. Na saída muitos permaneceram cantando. Os estudantes estavam com muito medo, olhavam muito, deson-

fiavam de todos. O grupo foi aumentando, o zoro cada vez mais forte, até às 20:00 horas. Aos poucos os estudantes foram se dispersando, cantando ainda...

Depois da missa de Alexandre as prisões se intensificaram, muitos documentos foram distribuídos pelas entidades estudantis divulgando as prisões.

Carta Aberta dos Centros Acadêmicos ao Cardeal Arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns: "A missa em memória de Alexandre catalizou os sentimentos reprimados dentro de cada um de nós. Há algum tempo, a música

que se tornou um hino dizia: "a minha gente hoje anda/falando de lado/olhando pro chão". Na missa falamos de frente, todos juntos, bem alto e de cabeça erguida... Como que em repulsão, foram presos ilegalmente dezoito universitários. Ou seja, nós vimos protestando repetidamente contra as prisões arbitrárias... Em resposta prenderam mais dezoito..."

Os estudantes nunca abdicaram de seus ideais... Em meio a todas as arbitrariedades sonham com um Brasil Livre e Justo que virá" (assinado por 21 Centros Acadêmicos: março de 73)

- Lia Campos - Regis Cartin

1973 - março, 17 - assassinato do estudante de geologia-USP Alexandre Vanucchi Leme.

março, 23 - comunicado oficial da morte de Alexandre. Assembleias por escola na USP (as primeiras desde 1969)

março, 30 - concentração estudantil com mais de 3000 pessoas na Catedral da Sé, em protesto pelo assassinato do estudante. Missa rezada pelo Cardeal-arcebispo de São Paulo.

abril, 10 - prisões ilegais de dezenas de estudantes na USP, o que continuou por todo o ano.

outubro - semana de direitos humanos - conferências e debates.

1974 - abril, 6 - Em resposta à prisão de 33 pessoas ligadas ao meio universitário (estudantes, professores e intelectuais) de São Paulo, em assembleia que reúne na USP cerca de 2000 pessoas, (1ª assembleia da USP depois da 1969) é criado o Comitê de Defesa aos Presos Políticos (CDPP) abril, 10 - A cidade Universitária é cercada e a luz cortada pela repressão, durante uma assembleia do CDPP

maio - Estudantes são chamados a depor em razão do CDPP setembro - Greve em São Carlos (Faculdade de Engenharia da USP) contra o corte de bolsas pela COSEAS.

1975 - abril - luta contra a tentativa de enquadramento de colegas no decreto-lei 477. - plebiscito - ninguém é enquadrado.

abril/jun. - greve da Escola de Comunicações pela demissão do Diretor junho - toda a USP em greve em apoio à Escola de Comunicações (1ª greve geral da USP)

outubro, 25 - assassinato de Vladimir Herzog - greve na USP outubro, 31 - manifestação de protesto pelo assassinato de Vladimir Herzog, Missa na Catedral da Sé, 5000 pessoas presentes.

A Marca

da cruz

para trás ficou

No Exterior: Abril-73

L'Opinion, Argentina: "... Toda esta história começou dia 23 de março com uma notícia publicada nos principais jornais brasileiros. Os organismos de segurança (polícia política) comunicavam que o "terrorista" Alexandre Vanucchi Leme, 22 anos, tentando fugir, morreu atropelado por um caminhão no dia 17 de março". Já o haviam enterrado. A família do jovem se inteirou do fato através da imprensa. Não pode sequer reclamar o corpo.

"A morte de Alexandre motivou o comunicado de nº 17. Em vários anteriores também se anunciava a morte de um "terrorista" em circunstâncias semelhantes à do estudante. A vítima é detida, levada a determinado ponto para denunciar cúmplices e morre atropelada ao tentar fugir. Quando os familiares reclamam o corpo, a polícia recomenda "muita discrição e nada de perguntas".

"Quando há autópsia, um "atropelamento" ou um "suicídio" do 5º andar da chefatura de polícia, explicam as escoriações, fraturas e hemorragias internas provocadas pelas torturas. As histórias se repetem quase todas as semanas..."

"... A celebração da missa, sua repercussão e a própria presença do Cardeal arcebispo, recentemente consagrado, demonstrou claramente que ninguém acreditou na versão policial".

"A 31 de março houve uma resposta oficial. Segundo ela Alexandre fora um terrorista integrante da Ação Libertadora Nacional e descreveu o atropelamento citando alguns testemunhos. E mais, a nota divulga uma série de fatos, dos quais Alexandre teria participado, mas nem sequer tem o trabalho de conferir os fatos. Em dois deles, o jovem estava internado num hospital convalescendo de uma operação.

"Não parece, portanto, um exagero dar uma dimensão política à missa de 30 de março, que teve um caráter de protesto contra a barbárie do regime militar brasileiro. Em seu sermão o cardeal Arns fez uma vigorosa defesa dos direitos humanos, no mesmo sentido do recente documento da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil".

"... No dia seguinte, 31 de março, o governo comemorava o nono aniversário do que chama de "A Revolução Democrática de 1964". Jogo de seleção brasileira de futebol, olimpíadas do exército, discurso sobre a paz social e exaltação à "disciplina dos trabalhadores brasileiros".

"... Uma Comissão Popular de Defesa dos Direitos Humanos (CPDDH) divulgou clandestinamente sua própria visão dos acontecimentos. Segundo o documento que circula nos meios universitários brasileiros, Alexandre Vanucchi Leme foi sequestrado no dia 16 de março por agentes da polícia do Exército e faleceu no dia 20 nas salas de tortura da OBAN (DOI), centro de repressão militar do Estado de São Paulo".

A morte de Alexandre não foi a morte, foi a missa. Que não foi missa mas uma manifestação política, um enfrentamento que aparece e transforma enfrentando o regime, na possibilidade de luta, reorganizando o setor estudantil.

Eu não sei situar o ano

exatamente, inclusive eu lecionei para o Vanucchi meio semestre. Depois ele foi para São Paulo. Mas eu fiquei muito impressionado com ele, desde o primeiro momento. Ele se destacava de uma maneira muito discreta. Ele se destacava... Você olha para os alunos num todo e vê a fala do olhar que pega longe as coisas. Então, houve uma sintonia imediata, eu senti que havia uma sintonia imediata. Eu creio que ele devia ver em mim mais um idealista do que prático. Mas, depois desse ano, para dizer a verdade eu encontrei com ele uma vez. Mas você sabe o que é você encontrar uma pessoa e sentir que os dois participavam da evolução? O que ele falou, entendi imediatamente. Aquela classe foi muito boa... ele foi meu aluno em 69. Era o terceiro ano do antigo científico. Eu não tenho gravado assim, eu não tenho, mas eu me lembro perfeitamente até sala, era a última do corredor... A gente batia papos, assim... Ele tinha uma participação discreta. Ele não queria se apresentar como vencedor, como o mais consagrado. Mas ele tinha uma oase muito profunda, mesmo. Eu não deixo de guardar do Vanucchi sempre um ideal de paz. Ele morreu e na escola nada se falou. O que eu achei interessante foi a coragem da diretora em participar de uma visita à mãe dele. Essa visita foi uma situação muito embaraçosa.

A mãe dele falava sobre a proibição idiota de não poder visitar o túmulo do filho, que não sei se já foi liberado... O que eu soube é que era no Cemitério de Vila Formosa, em São Paulo. Particularmente, várias vezes eu falei abertamente em classe que eu tinha perdido filho e que ele tinha morrido como a demonstração do vazão da nossa época. Eu perdi um filho, ou melhor dizendo, eu ganhei um filho. Eu morri com ele, por isso eu vivi com ele. Principalmente naquela época, e quase sempre, o pro-

fessor é um castrado por natureza. Falava-se, eu me lembro que alguém dizia: "E, esse rapaz eu nunca podia imaginar que fizesse uma coisa dessas". Alguns, outros não, outros diziam: "Mas morrer dessa maneira? Que estúpida essa maneira de morrer". Alguns diziam que guardava uma bela recordação dele. Não ouvi um professor dizer um til de mal dele. Eu não sei se as outras escolas, os outros diretores estão aí funcionando. A gente podia dizer: "Onde é que existe diretor?" Mas o Colégio Estadual já teve grandes diretores. O professor Paschoalim era diretor. Era um diretor! Alguém interessado, dentro da linha dele. A situação era outra, mas... você sabe que ele foi mandado embora, foi transferido para um outro lugar, sabe porque? Ele não quis colocar a fotografia do Ademar de Barros na escola. Então, veja, a situação não era tão outra. Com a morte do Alexandre, eu caí numa prostração. Ao mesmo tempo, eu já antevia. Eu vi nele o início de um processo irreversível. Foi contraproducente para o sistema ter feito isso. Porque a história é irreversível, não adianta queimar todos os papéis, não adianta queimar o corpo dele. E até pior; parece que brota mais. Mas eu fiquei numa prostração... O Alexandre era muito nacionalista. Mas não é um nacionalismo mesquinho, que isso não é nacionalismo. É visando aqui, mais todos. É interessante essa última conversa que eu tive com ele. E foi na rua a última vez que eu vi o Vanucchi. Nós estávamos conversando em frente onde hoje é o Center-Fabril, o Cine Caracante. Eu não tenho o costume de parar assim na rua. Eu nunca paro para conversar. Então são momentos que a gente guarda indelevelmente. Eu vi como se fosse um painel, enquanto ele falava comigo. Mas ele conseguia dar assim um quê de esperança. Eu bebi esperança nele. E quem é que se lembra, agora, do Vanucchi? Mas até que ponto ele é o encontro do ideal que todos os homens são capazes de encontrar? todos, até aqueles que mataram..."



No Parlamento: Abril de 73

Deputado Nina Ribeiro (ARENA): "... Sr. Presidente, todos lamentam sempre a morte, sobretudo quando se trata de estudantes e quando se trata de morte não natural, já foi noticiado pela imprensa - e tenho em meu poder amplas informações sobre isso - a forma pela qual se deu o atropelamento do infeliz rapaz, um caminhão "Mercedes Benz", chapa T-6903, vinha em desabalada carreira no sentido do lado direito da rua Bresser. Esse rapaz que tinha sido preso, empreendera fuga. Ao cruzar uma artéria das mais movimentadas, foi colhido pelo caminhão. Essa versão de respeito repito, já divulgada pela imprensa - entre outros periódicos, pela "Folha de São Paulo", de sexta-feira, dia 23 de março do corrente ano - é pura expressão dos fatos e, evidentemente traduz uma corte maior de acidentes que infelizmente, há de vitimar muitas outras brasileiras. O Sr. deputado Lygia Maciel, deve saber que só no ano passado, em estradas federais, tivemos 22.630 colisões, 2.178 óbitos, além de 14.800 feridos. Esta estatística foi objeto de discurso que fiz nesta casa. Por que aqueles que fogem, aqueles ligados inclusive à subversão, neste país teriam uma espécie de proteção carismática ou algo semelhante a uma vara de condão, que os tornasse imunes de serem atropelados e de sofrerem ocorrências várias de trânsito, quando pelo menos 2.178 outros indivíduos também pereceram em idênticas

condições? Razão pela qual Sr. Presidente, não há neste momento qualquer eiva de dúvida que possa pairar em relação a denúncias desse tipo. ... Por que no momento em que estamos a buscar cada vez mais o aperfeiçoamento das nossas instituições, no clima vigente, que é de prosperidade, da ordem, da paz e do trabalho, por que Sr. Presidente, intranquilizar uma Nação, quando as autoridades constituídas cumprem o seu papel, exercem a lei com critério de justiça e punem os responsáveis quando são desrespeitados os cânones que caracterizam o nosso estado de Direito? Tenho dito. (Muito bem! palmas)"

"Eu sei que o meu gesto não levará a nada porque o que levará a alguma coisa está sendo feito por outros e eu lamento muito, mas não posso acompanhar esses outros porque estou marcado pelo sangue, marcado pelo compromisso de ser fiel aos que acreditaram como eu e talvez eu seja o último daqueles que começaram isso e por isso irei até o fim, até o fim. Ao fim que já se vislumbra e que será a afirmação definitiva de tudo que já foi negado. Foi negado mas vive em mim e vive em todos os mortos, uma bandeira desesperada, esfarapada e sangrenta, mas que eu levanto, último sobrevivente de um exército derrotado e vitorioso porque nossa derrota mostrará o caminho..."

(R.C.T.)

os alunos da Geologia usp convidam v.s. para a missa de 7: dia de alexandre vanucchi leme dia 30 às 18:30 hs. na catedral da sé sp 27/3/73

"Polícia nos meus filmes só entra no final e para levar os bandidos em cana". A confissão, de um diretor/produzidor da "Bóca" de cinema de SP ilustra em poucas palavras como se concebe, frequentemente, a participação dos policiais em grande parte dos filmes brasileiros. Acomodação excessiva ou senso prático incomum para enfrentar a realidade circundante? Se por um lado é difícil responder prontamente à pergunta, por outro o resultado ainda reverencia normas desacreditadas no cinema, e que os filmes da TV ainda veiculam diariamente: policial prende e bandido rouba e/ou mata.

"Lucio Flávio O passageiro da Agonia", baseado no livro-reportagem de José Louzeiro, foi lançado com estardalhaço incomum em São Paulo e cidades do interior através de um esquema de divulgação, dentro dos padrões brasileiros, à altura de "Star Wars". Não faltou nem mesmo o lançamento de uma revista em quadrinhos (fotonevela policial, Editora Carneiro Bastos) e o destaque para os olhos verdes do personagem-título, o que não desmerece o filme enquanto sintoma de uma nova fase para o cinema brasileiro. O filme traz ao grande público - de uma vez só - os fatos pingados diariamente pela grande imprensa brasileira e fornece ao mesmo tempo uma nova configuração do relacionamento polícia-bandido em que à primeira vista a simetria é perfeita, ainda que este último surja como exceção à regra. Os policiais em "Lucio Flávio..." parecem saltar de "press-releases" e pronunciamentos da Secretaria da Segurança que divulgam estatísticas tranquilizadoras sobre uma minoria perniciosa que insiste ainda na prática de violências indiscriminadas. Entretanto, é necessário reconhecer o avanço representado pelo filme de Hector Babenco dentro deste tema, fato reconhecido amplamente pela crítica e público em termos quase unânimes. Depois de "Lucio Flávio..." vai ser difícil, para o público, aceitar personagens construídos segundo as velhas dicotomias rigorosas.

"Somos um cineclubista nacionalista, e por que não?... Vamos só passar filme e tá muito bom assim... e depois nós num sabe nada de cinema... vamu passá filme brasileiro, falô?" (documento do Cineclubista Capitães de Areia, de São Paulo)

Há algumas semanas, como acontece tradicionalmente todo o ano, realizou-se um encontro de cineclubes, desta vez numa cidade escondida no interior do Rio Grande do Sul, Caxias. Um acontecimento razoavelmente rotineiro para os que acompanham de perto esta atividade não fosse o rumo totalmente diferente desta XII Jornada; e que permite supor, para além de seu aspecto episódico, alterações radicais na forma como vem sendo concebido e conduzido o movimento.

Foram cinco dias de muita novidade e muita briga: pela primeira vez ocorriam eleições diretas para o organismo central do movimento (o CNC, Conselho Nacional de Cineclubes), surgia uma oposição estruturada a nível nacional. E o que é mais importante, pela primeira vez nos últimos tempos as discussões abandonaram o campo entediante de balanços administrativos para tomar o caminho da contraposição de propostas culturais e organizativas. Em duas palavras: polarização, muita mesmo, mas "equilibrada" o suficiente para gerar certos impasses. Uma discussão saudavelmente pública, e não mais em conversas de pé de ouvido. Novas concepções, novas tendências no interior do cineclubismo vêm avançando em alta velocidade, mas devido à própria condição atual da atividade, não conseguiram se fazer hegemônicas, ao menos em termos eleitorais. Se o lado de impasse fica bem caracterizado na votação para novos estatutos do CNC - a maioria das propostas da oposição foram majoritárias mas não atingiram os dois terços exigidos pelo antigo estatuto, o que trocado em mútuo implica em adiar para o próximo ano sua aprovação definitiva, reprimando o processo - fica mais difícil escolher este ou aquele acontecimento como medida do grau de polarização das discussões. Simplesmente porque ela esteve presente em todas as situações. Nas reuniões de grupos de trabalho foi impossível - fato absolutamente inédito - a tirada de documentos consensuais. Nas discussões programadas, a tônica inevitável era a necessidade de democratizar o funcionamento do movimento, e isto inclusive em reuniões de temário estritamente téc-

Notícias Populares

HERÓI DE OLHOS VERDES MORRE NO FIM DO FILME!

"Eu acho que eles exageraram... mas é isso mesmo" (ouvido na saída do cinema)

Trata-se sem dúvida de um momento significativo para o cinema brasileiro; talvez um trabalho mais importante que as recentes baianidades, jornadas épicas ou adaptações literárias que nos remetam a um Brasil nostálgico e de preponderância rural. A vantagem do "thriller" policial está na sua própria condição: ele é a reflexão, sim, plória ou não, sobre o pesadelo urbano - seja Chicago durante a "Lei Seca", a Máfia italiana ou mesmo o "Esquadrão da Morte", produto nosso - e no contexto brasileiro, ainda apresenta a vantagem adicional de diminuir a defasagem entre a realidade urbana concreta e os resultados da produção cinematográfica.

Violência crua é simplesmente violência

"Lucio Flávio, o Passageiro da Agonia" por sua própria concepção atinge uma faixa de público de amplitude inusitada. Para os fãs de perseguições, tiros e lutas não há o menor risco de insatisfação, uma vez que a tradição narrativa americana é adotada - com todo seu fascínio pelas consequências, a ética da vingança, etc. Não traz, nesse sentido, grandes novidades quanto

aos modelos passados. Mas a violência apresentada extrapola estas simplificações para se encaixar suavemente no universo "retratado".

As imagens cruas da violência expressas no filme são apenas um prolongamento lógico da imagem coercitiva das relações humanas na sociedade atual. O argumento de que elas possibilitam uma catarse e por isso perderiam sua força original tende a ser limitado: o público reage também ativamente às imagens e realiza algum tipo de reflexão sobre elas. Há também o fato de

que a violência no cinema é mais extremada do que aquela da vida cotidiana que se expressa de maneira mais sutil e frequentemente também através de outros meios que não os físicos.

A insistência na solução violenta não é exclusiva do submundo policial-marginal. Ela se limita a repetir um modelo cultural em termos dramáticos, um modelo que pode ser encontrado em outros "departamentos". Só que, "Lucio Flávio..." foi melhor servido (compare-se por exemplo com outro filme baseado em acontecimentos atuais, como "Os amores de uma pantera" de Jace Valadão) que os outros congêneres. O filme se limita a ocupar seu lugar na cadeia de casualidade, sabendo-se de antemão o que vai acontecer ao personagem. Nesses termos, o instrumento regulador de nossa atenção é a curiosi-

dade mórbida - já sabemos dos resultados - relativa ao desenrolar dos acontecimentos. Aqui, as cenas de violência adquirem um significado extremado.

Para o público adepto de um cinema com propostas objetivamente críticas, "Lucio Flávio..." corre o risco de se mostrar insatisfatório pois ao refletir sobre certas condições da violência urbana em que a maior parte da população brasileira se vê envolvida, ela vai perdendo substância pelo caminho.

Polícia e "saneamento social"

Explica-se: são apenas alguns policiais que surgem e que mantêm as relações mais íntimas com os bandidos. O restante é preservado cuidadosamente. Os agentes da polícia federal não se diferenciam em nada dos homens do FBI nos velhos filmes americanos, e a instituição permanece intacta. É uma situação que guarda analogia com os casos de pessoas perturbadas mentalmente e que inconscientemente (mesmo ao nível familiar) exercem funções de grande importância para preservar a "sanidade" da família. Mui-

tas vezes os sintomas psicopatológicos desse tipo atuam como mera camuflagem para a dinâmica doentia da família. No caso da polícia, em relação com a sociedade brasileira, coloca-se a questão de se ela não exerce a mesma função aglutinadora e camufladora.

Mas o filme precisava ter acesso às salas de exibição, daí o que se deixou na trajetória entre a concepção e o resultado final para o consumo público. De qualquer maneira, entre as sugestões e restrições da censura - uma delas seria a inclusão do texto que fecha o filme: "os policiais envolvidos foram punidos, blá blá blá..." - algumas provocam risos gerais no público. Afinal, os jornais desmentem isso diariamente. E sendo um investimento de aproximadamente 3 milhões de cruzeiros - média atual para longas metragens nacionais - não é de se admitir a priori que alguém jogue dinheiro no vazio e no incerto. As arestas aplainadas não prejudicaram a obra como um todo, pois ela passa o principal. O que é perceptível à saída dos cinemas: "Eu acho que eles exageraram... mas é isso aí mesmo!"

Como resultado, "Lucio Flávio..." deixa a impressão de competência em todos os níveis da produção - um saldo ainda mais positivo em relação a um aspecto decisivo para o cinema brasileiro atual: com esse filme o público ganha maior motivação para conceder credibilidade aos filmes produzidos aqui. Este é um dado fundamental, pois se um governador, um Secretário de Segurança ou qualquer outra autoridade declara preempertivamente que não existe "Esquadrão", não cabe ao produtor cultural aceitar docilmente essas considerações. Tera o público afluido aos milhares se o "Esquadrão da Morte" fosse apresentado no filme de Babenco como uma criação da imprensa ou uma invenção de indivíduos insatisfeitos? IFS

essa dissociação dos aspectos econômico e político-cultural (melhor seria dizer, subordinação do segundo ao primeiro, com o resultado natural da escolha dum projeto cinematográfico que melhor atenda os vícios que esse circuito pode adquirir do comercial) redundaram numa verticalização interna da atividade, num distanciamento entre organismos centrais e cineclubes de base. Daí a imensa dificuldade de se consolidar os cineclubes existentes, que têm uma alta rotatividade de pessoal.

Fruto da confusão e dispersão no momento da remontagem do movimento ou política deliberadamente construída, o importante é que no pós-68 a orientação imprimida ao cineclubismo rompeu mais uma vez com as propostas anteriores. Garantidas as diferenças, ainda havia algo que aproximava concepções tão distintas como círculo de debates e cinema de doutrinação: ambas pensavam o cineclubismo prioritariamente pelo seu lado de construção dum fazer cinematográfico - quer como instrumentação dos diretamente interessados, quer explorando sua relação com o público. Ambas pensavam num projeto de interferência na realidade cultural. Com todos os erros e limitações dessas iniciativas - hoje diríamos, um recetário do bom cinema universal e um substituto apressado da ação política das massas - elas foram mais felizes que a proposta posterior, no mínimo porque apontavam para a criação duma tradição cineclubista. Pois é impossível enraizar uma atividade "administrativamente": ninguém se seduz com a perspectiva de buscar dois ou três filmes por ano e participar mal e mal das jornadas. Ou o cineclubista discute e elabora aspectos significativos da sua atividade - como a relação com a comunidade com a qual trabalha, do ponto de vista dum projeto mais global de intervenção cultural - ou seu núcleo jamais se consolidará, e menos ainda estará contribuindo para a experimentação e generalização de propostas estéticas/políticas.

Hoje, quando se reorganizam entidades de massa, sindicatos, associações de bairro, quando o debate político se reaviva, abre-se ao cineclubismo uma frente imediata: familiarizar parcelas da população com o processo de produção da cultura, via cinema. Isso não é pouco. Tornar o cinema acessível, fazer com que sua linguagem e história sejam compreendidas é condição indispensável para se pensar em novos métodos de criação - apropriação da cultura. Não se trata de sacar um projeto de antemão, mas tentar moldá-lo através do contato com estes públicos diferenciados. Capacitar maiores parcelas da população no manuseio da experiência cinematográfica é capacitá-las a transformar o cinema num instrumento voltado para suas aspirações. Uma garantia para que não se reproduzam discussões de gabinete nem ilusões sobre valores pretensamente autênticos, que são tão empobrecidos na sua espontaneidade como o é, hoje, o arsenal de conhecimentos de que essa grande massa dispõe.

Márlia Maria



1 projetor + 1 sala ... ?

nico, como a que discutiu a situação financeira da distribuidora dos cineclubes, a Dina.

4 votos a menos: um empate!

Embora a maioria das contraposições se demarcasse a nível das propostas organizativas para o movimento (uma democracia que não comprometa a eficiência, segundo a chapa da situação; uma democracia ampla como condição de consolidação do movimento, vide oposição), as divergências iam bem mais fundo. Sobre a controversa questão da cultura nacional, alguns trechos da oposição: "a luta pela ampliação do mercado nacional para os filmes aqui produzidos só será importante se a expulsão de filmes estrangeiros mistificantes for sucedida pela ocupação desta faixa de mercado por películas comprometidas com valores culturais que não sejam os da classe dominante". Talvez por cautela, a situação não desenvolve esta discussão na sua plataforma eleitoral. Mas eis o que tem a dizer o Cineclubista Capitães de Areia, situação: "somos um cineclubista nacionalista, e por que não?... vamos só passar filme e tá muito bom assim... e depois, nós num sabe nada de cinema... vamu passá filme brasileiro, falô?" De passagem, apesar dos bem-cuidados erros de ortografia, este cineclubista reúne para o desenvolvimento posterior do cinema local.

77, hoje reúne a oposição paulista e carioca, além das federações nordestina e mineira) indicam no mínimo que suas bandeiras - liberdade de criação e democratização da atividade - são as que falam mais de perto às necessidades do cineclubismo, hoje.

Em ritmo de "Brasil grande"

Se lembráramos a história desse movimento, os acontecimentos desse ano adquirem um duplo sentido de recuperar velhas preocupações e manejá-las em sintonia com a nova situação. Para começar, cineclubismo aqui nunca foi uma mesma coisa. Do Chaplin Clube de 1928 ao cineclubista da Faculdade de Filosofia, fundado em 40 entre outros por Paulo Emilio Salles Gomes e dissolvido pelo DIP dois anos depois, até meados da década de 50 o cineclubismo foi um espaço ocupado por intelectuais que buscavam, na discussão dos clássicos da filmografia mundial, elementos para sua própria intervenção no campo da cultura. Se a preocupação com a formação dum público de não-especialistas estava ausente, é inegável que daí saíram cineastas, críticos e experiências fundamentais para o desenvolvimento posterior do cinema local.

Estes caráteres de desenvolvimento foram abandonados com o avanço do populismo em início dos anos 60. Sob influência do Centro Popular de Cultura - CPC e do cinema novo emergente, fundam-se inúmeros cineclubes, quase todos de base universitária. O espírito populista é incorporado à risca: o filme passa a ser visto como arma de doutrinação

e os cineclubes são estoques de bombas em 16mm. Esta confusa proposta político-cultural não consegue, porém, seu propósito maior de chegar a parcelas populares; no duro, mesmo, só o movimento estudantil oferecia público para suas projeções, mesmo sendo o maior público da sua existência (em 63, o total de cineclubes chega a somar 300). O golpe de 64 não chegou a abalar seriamente o movimento, nem diminui seu ritmo. É em 68, com o golpe dentro do golpe, que ele enfrenta sua maior crise. Certamente por ser o período em que são atingidas com maior violência as entidades da pequena-burguesia, a violenta repressão que recai sobre o movimento estudantil e o refluxo que se segue esvaziam as bases de atuação do cineclubismo. Agora pouquíssimos cineclubes conservadores vinculados a exibidores comerciais, a atividade se paralisa durante 4 anos.

O tremendo impacto de 68 vai ser o principal objeto de atenção do grupo, que retoma a atividade em 73, 74. Havia consenso: as raízes da semidestruição do movimento estariam na ausência duma infraestrutura própria, o que acabou por deixá-lo absolutamente à mercê tanto das exigências episódicas das entidades-públicas como das injunções políticas que estas sofressem. Tratava-se, então, de ganhar autonomia para garantir a mínima preservação mesmo nos períodos mais negros. Criar e fortalecer um mercado próprio, para não ser pego de surpresa por ele. A jornada de Curitiba, primeira pós-refluxo, tira uma carta de princípios centrada nesta questão: expandir o movimento, então com menos de 40 entidades, reamarrá-lo nacionalmente num

mercado "paralelo" e pautá-lo pela defesa irrestrita do cinema nacional. O coroamento dessas diretrizes deu-se em 76, com a implantação da Dinafilmes. Mas esta preocupação com a viabilização material da atividade não veio acompanhada duma reflexão sobre seu caráter específico: o papel que lhe cabia enquanto difusão da cultura. A partir daí, cineclubismo foi cada vez mais sinônimo de consolidação do mercado, empresarialmente entendido. A (ou as) política(s) culturais, seu público especial, a participação na formação duma cultura cinematográfica, todas essas questões eram supostamente resolvidas na predominância duma prática vagamente nacionalista. De fato, eram mesmo relegados para um momento posterior, quando estivesse liquidada a tarefa de conquista do mercado. Só para se ter uma idéia, o programa eleitoral da situação para a Federação Paulista em 77 resumia-se ao rol de realizações da Dina; isto, numa conjuntura repleta de assuntos bem mais promissores. Assim, o movimento foi adquirindo uma feição nitidamente utilitarista: um circuito exibidor que não explorava suas outras potencialidades.

Tarefairos e espectadores?

Esta orientação não é exatamente novidade. Além, tem múltiplos correlatos no campo do cinema. O apoio incondicional ao filme nacional, em nome também duma cultura despreocupadamente definida por nacional e popular é um dos axiomas do pequeno-empresário brasileiro em cinema. Um discurso altamente comum nestes nossos tempos. No caso do cineclubismo.

“La paz de los cementerios”

Ricardo Martin, da agência Prensa Mundo Nuevo (Holanda)

Na madrugada do dia 24 de março deste ano, a Junta Militar argentina completa dois anos de poder. No mesmo dia, em 1976, as Forças Armadas argentinas proclamaram: “Viemos acabar com o festim dos corruptos e assumir o monopólio da violência”. Desas duas promessas dos primeiros comunicados oficiais, hoje é possível ter certeza do cumprimento de apenas uma: mais de 50 mil mortos, presos ou desaparecidos. A própria Junta reconhece a existência de 8 mil casos de morte, prisão ou desaparecimento de militantes políticos, simpatizantes, ou meros suspeitos. O que faz com que a ordem imposta pelos novos governantes seja cada vez mais conhecida no país como “la paz de los cementerios”.

O saldo macabro desse “monopólio da violência” alcança índices que vêm surpreendendo a opinião pública internacional e fazendo com que as comparações com os genocídios nazistas se tornem a cada dia mais comuns. E não faltam dados para facilitar a comparação: dezenas de campos de concentração, espalhados por todo o país, que são denunciados por exilados argentinos, em todas as partes, como centros de tortura e de morte; prisões e assassinatos, todos os dias, de suspeitos de simpatia ou colaboração com organizações de esquerda; ação contínua e impune de grupos para-militares de extrema direita; repressão oficial a jornalistas, advogados de presos políticos, médicos, líderes sindicais, operários, estudantes, religiosos, cientistas.

Na economia, as medidas adotadas pelo regime militar revelam que o “festim dos corruptos” ainda beneficia velhos participantes: os bancos foram

desnacionalizados; a comercialização da gasolina foi devolvida à Shell e a Esso; os contratos fabulosos com a IIT - Standard Electric - e a Siemens foram renovados (no último período constitucional, sob o governo peronista, o Parlamento Nacional anulou tais contratos). Os resultados dessa política econômica mostram-se desastrosos: a inflação anual atinge cerca de 170 por cento; os salários têm sido reduzidos drasticamente; e a participação dos trabalhadores na renda nacional é de apenas 30 por cento (o que tem correspondido a uma taxa de exploração da mais valia que chega a 230 por cento).

Os alvos principais da Junta Militar nunca foram escondidos: os trabalhadores e as organizações de esquerda. Dois anos após a escalada repressiva sobre os trabalhadores, a situação indica que os militares argentinos só atingiram esse alvo em parte. Apesar de enfraquecida, a classe operária e os trabalhadores em geral demonstram sinais de resistência generalizada. A todo momento, mesmo de forma espontânea, ocorrem sabotagens na produção, operações tartaruga, ausências coletivas do trabalho, ou mesmo greves, como recentemente no setor ferroviário. E a luta sindical prossegue, principalmente por meio das chamadas “greves selvagens”, encaminhadas por setores combativos do sindicalismo de classe, isto é, aquele desligado da burocracia sindical.

O quadro das principais organizações de esquerda

O alvo das organizações de esquerda

Enquanto os generais, almirantes e brigadeiros comemoram o segundo aniversário do golpe militar que derrubou o governo peronista, exilados argentinos organizam uma nova agência de notícias, com sede provisória na Holanda, e enviam para EM TEMPO um balanço da situação da esquerda no país.

foi atingido mais próximo da mosca. Ouvindo militantes políticos, atualmente exilados em vários países da Europa, eis o quadro que é possível compor:

As organizações de esquerda atravessam atualmente um período de refluxo ou retração. Setores inteiros foram exterminados pela ação das forças militares ou para-militares de extrema direita. De modo geral, contudo, quase todas as organizações permanecem existindo. A partir de suas posições táticas e estratégicas, elas podem ser agrupadas em cinco tendências principais.

Primeira: “As que propõem a luta pelo socialismo e libertação nacional, se identificam ideologicamente como marxistas-leninistas e defendem uma guerra revolucionária popular. Defendem também a luta armada como meio de tomada do poder. Comporiam principalmente essa tendência: o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT), de origem trotskista, que assume hoje posições pró-soviéticas e que tem como braço armado, o Exército Revolucionário do Povo (ERP). Outra organização dessa tendência é a Frente Revolucionária 17 de outubro (FR-17), de origem peronista, cujo setor armado é o Exército de Libertação Nacional (ELN). A FR-17 afastou-se completamente do peronismo. O seu nome vem do dia em que, em 1945, uma grande mobilização popular levou Peron ao poder. Por fim, existem a Frente Argentina de Libertação (FAL) e o Poder Operário. A expressão armada dessa última são as Brigadas Vermelhas”.

Segunda: “Essa tendência seria composta basicamente pelos nacionalistas revolucionários. Nela se enquadra os Montoneros e a organização política liderada por Raymundo Onga-

ro, originada na CGT de los argentinos (diversa da CGT). Os Montoneros propõem uma luta de libertação nacional, seguida pela construção do socialismo com peculiaridades argentinas. Estratégicamente, consideram a burguesia nacional como uma aliada e não se declaram marxistas. O Peronismo de Base, liderado por Ongaro, adota posições mais radicais do que as dos Montoneros dentro do movimento peronista”.

Terceira: “Seria composta pelos partidos que defendem uma posição evolucionista: o comunista e socialismo que tendem para a social-democracia. A principal organização dessa tendência é o Partido Comunista Argentino, que conjuntamente apóia o general Jorge Rafael Videla”.

Quarta: “as organizações trotskistas formariam a quarta tendência. De modo geral, estão filiados à Quarta Internacional. Elas opõem-se à luta armada e propõem uma atuação de caráter sindical e político nos marcos da legalidade. Esse é o caso do Partido Socialista dos Trabalhadores (PST) e da Política Obrera (PO). Uma exceção é o Grupo Operário Revolucionário (GOR), que aceita a posição de luta armada”.

Quinta: “estariam nessa tendência os partidos maoistas. Os principais são o Partido Comunista Revolucionário (PCR) - que apóia Isabel Perón (ex-presidente, derrubada pelos militares, atualmente presa) e a burocracia sindical, na pessoa, por exemplo, de Lorenzo Miguel -; o Partido Comunista Marxista Leninista (PCML) - que defende a luta armada e não apóia Isabel Perón -; e a Vanguarda Comunista (VC), que adota posições semelhantes às do PCR”.

Reavaliação, discussões, resistência e reorganização

Os militantes argentinos exilados consideram que “a esquerda argentina vive um momento de reavaliação das lutas travadas nos últimos anos e de intensa discussão entre as diversas organizações”. Segundo eles, “esse trabalho está sendo desenvolvido principalmente no exterior, devido ao grande número de exilados políticos”. Dentro da Argentina, de acordo com as mesmas fontes, “há um pequeno grupo que prossegue num trabalho lento, mas tenaz, de resistência e reorganização”.

No balanço político dos últimos anos surgem naturalmente algumas divergências. Uma das questões importantes é sem dúvida a da luta armada. Os setores de esquerda que defendem a “tomada violenta do poder” consideram reformistas as organizações tipo PC e PST, pois tais organizações adotariam a “luta pela democracia”, no atual estágio, numa perspectiva estratégica e não tática. Isto é, a “luta pela democracia estaria convertida na finalidade da própria luta política”. Os setores que defendem a “tomada violenta do poder” consideram, portanto, que o “atual recuo da esquerda caracteriza apenas uma derrota tática”, o que não invalidaria a proposta da luta armada. Para esses setores, “teria havido uma confusão de etapas na avaliação do processo argentino: parte importante da esquerda teria falhado na previsão do processo da luta política e social. E, na base desse equívoco, estaria uma caracterização inadequada da etapa que vai da eleição de Hector Cámpora (março de 1973) ao golpe militar de 24 de março de 1976. Basicamente, teria se confundido essa etapa com o período anterior - o que vai de Onganía a Lanusse (1966 a 1972). Se, consideram eles, durante os governos militares anteriores teriam existido condições objetivas e subjetivas para uma tática de luta armada, durante o período do retorno do peronismo as condições subjetivas teriam desaparecido, na medida em que havia sido al-

cançado um processo democrático de acordo com as aspirações da grande maioria do povo, isto é, a massa peronista.

Atualmente, para alguns setores da esquerda, permanecem as condições objetivas para a luta armada - miséria, fome, péssimo padrão de vida da população - mas faltam as condições subjetivas: debilidade das organizações revolucionárias e a incerteza política das massas populares, confusas que estariam depois de sua frustrada experiência com o peronismo. A tarefa principal agora, portanto, seria o “recuo organizado”, a “unificação das forças”, a “reorganização das estruturas de luta”, para poder criar condições de “recobrar a iniciativa”. Esses grupos consideram, assim, a luta armada como “um processo longo”. Nesse momento, a tarefa da esquerda seria lutar pela democracia. Seria preciso esperar o desenvolvimento da resistência popular. Nas palavras de um dirigente sindical exilado na Holanda, seria preciso agora “reorganizar as forças revolucionárias, recuperando um vínculo consistente entre as vanguardas e as massas”.

As principais tarefas realizadas no exterior

Uma das principais atividades dos grupos de esquerda no exterior é, segundo os exilados, a de denunciar a situação existente na Argentina. Para isso, formaram-se vários comitês de solidariedade, sendo que o mais famoso deles é o Comitê Argentino pelos Direitos Humanos (CADHU), com sede em Paris.

Dentro do país também funcionam alguns comitês de defesa dos presos políticos e de denúncia da repressão generalizada. São os Comitês de Famílias de Presos Políticos e Desaparecidos; a Liga pelos Direitos Humanos e a Assembleia pelos Direitos Humanos. O antigo presidente da Assembleia está preso. Duas freiras francesas, da mesma organização, encontram-se desaparecidas. E um dos seus principais líderes, o pastor protestante José de Luca foi obrigado a deixar o país depois que sua igreja e casa foram invadidas pela polícia.



Os soldados livres de Augusto César Sandino

que o senador Elihu Root, a 13 de janeiro de 1917, fez a seguinte declaração: “... podemos celebrar um tratado tão sério, feito por um presidente que não representa nem a quarta parte dos governados de seu país, mantendo-se no posto apenas pelo apoio militar que fornecemos?”

Adolfo Díaz, substituído ainda em 1917 por Emiliano Chamorro, voltaria à presidência da Nicarágua em 1926, após inúmeras pressões por parte de Washington. Enquanto o Departamento de Estado reconhecia o seu governo, Juan Batista Sacasa, um ex-presidente nicaraguense também deposto por pressões norte-americanas, proclamou-se presidente constitucional, designou o general José María Moncada como ministro de Guerra e anunciou o início das operações militares para a destituição do usurpador Adolfo Díaz.

A notícia de rebelião irritou profundamente o governo americano. O que resultaria numa nova intervenção dos EUA na Nicarágua. A 24 de dezembro de 1926, o almirante Latimer apoiado por dois cruzadores americanos, Den-

ver e Cleveland, deu um prazo de 48 horas para que Somoza abandonasse as suas posições em Puerto Cabezas e se rendesse. Porém, antes que o prazo se extinguisse, Latimer ordenou o desembarque das tropas, provocando uma retirada desordenada dos revoltosos.

Muita coisa aconteceria, entretanto, durante esses dois dias de ocupação. Prostitutas do porto cobraram dos “marines” armas e munições, ao invés de dólares. Cerca de 400 rifles e 7000 cartuchos foram assim reunidos. Eles passaram então às mãos de um homem de estatura baixa, magro, tão comum como tantos outros, que se diferenciava pelo estribilho repetido sem cansar: “Os ianques devem sair da Nicarágua. Ou a pátria livre ou a morte.”

Esse homem era Augusto César Sandino. Sete anos depois, esse “general de homens livres” e o seu Exército expulsariam os imperialistas da Nicarágua. Antes de assumir o poder, contudo, Sandino, foi assassinado pela reação interna. Era o início da dinastia Somoza. (Marion Frank)

A caminhada sandinista

No dia 8 de março, a Frente Sandinista de Libertação Nacional comunicava à imprensa nicaraguense que havia “justificado” o chefe de operações da Guarda Nacional, Reynaldo Perez Vega, com um tiro no meio da testa.

Seguramente, os 7.500 homens treinados por Washington, que constituem o efetivo do principal aparelho repressor montado por Anastasio Somoza, devem ter-se surpreendido com a audácia do comando sandinista, ao matar Perez Vega em plena Manágua, palco de uma das mais sangrentas caçadas antiguerreiras.

Há duas semanas, a Guarda Nacional reprimia com armas de guerra - tanques blindados, helicópteros militares, por exemplo - o início de uma insurreição popular na região indígena de Masaya, liderada pela Frente Sandinista. Esse primeiro levante das massas armadas foi derrotado militarmente. Mas, com certeza, marcou o princípio do fim dos 42 anos de exploração e opressão da ditadura dos Somoza. O próprio ditador, pressionado, já encaminhou ao Congresso um projeto de reformas que chega admitir a legalidade dos comunistas. Certamente, mais uma manobra para tentar ganhar tempo e enfraquecer a disposição de luta das oposições.

No início de 1977, 500 camponeses foram massacrados em Yelaya, ao norte do país, numa tentativa militar de suprimir as bases de apoio sandinistas. O troço guerrilheiro não tardaria: a 12 de outubro, a FSLN tomou o quartel general do porto de San Carlos, próximo à fronteira da Costa Rica; enquan-

to isso, patrulhas da Guarda Nacional foram atacadas por contingentes sandinistas, nas vilas de Ocotál, em Manágua e em Masaya, a terceira cidade da Nicarágua. Conta-se que o número de mortos entre a Guarda Nacional chegou a 115 contra apenas 14 da FSLN, “sem contar os companheiros que foram assassinados, logo após terem sido capturados ainda vivos”, declarou um militante da Frente.

O exército de Somoza, enraivecido com as cifras adversas, não hesitou em invadir o território da Costa Rica, sob o pretexto de perseguir uma coluna de sandinistas. Não se pode dizer que a invasão foi coroada de êxito - em território pátrio, o ministro de Defesa Charpentier quase se tornou numa das vítimas dos bombardeios somozistas, levando o governo da Costa Rica a se queixar ante a OEA.

Os sandinistas

Foi em 1961 que um grupo de intelectuais dirigidos por Carlos Fonseca Amador, ele mesmo proveniente de um ramo próximo à família Somoza, decidiu passar à clandestinidade para combater a ditadura. Encorajado pelo exemplo da revolução cubana e apoiado na herança do grande líder nacional, Augusto Sandino, a Frente Sandinista de Libertação Nacional conseguiu se implantar, apesar de todos os riscos, nas montanhas do norte do país, junto à fronteira com Honduras.

Divergências ideológicas dividem a

Permanece na ordem do dia a derrubada da ditadura de Anastasio Somoza.

A repressão generalizada que sustenta o regime da Nicarágua já mostra seus flancos quando oficiais graduados começam a retirar suas famílias do país, levando-as “para lugar seguro”.

Frente em várias facções. A “guerra popular prolongada” é a tática daqueles que refutam qualquer compromisso com a burguesia e não aceitam outra solução que não seja a luta armada. Uma segunda tendência, chamada “proletária”, acentuada organização política das massas, ao mesmo tempo em que se trava a luta armada. Por fim, os “terceiristas” são favoráveis a uma aliança mais larga, chegando a propor a união com os setores avançados da burguesia.

Na verdade, são essas discordâncias internas que levam a Frente Sandinista a se ressentir de um nível maior de organização e de uma liderança mais acentuada, desfalçada que está da direção de Carlos Amador, morto num tiroteio em novembro de 1976. Contudo, nicaraguenses das mais variadas tendências começam a se identificar com a luta dos guerrilheiros. A 14 de outubro de 1977, por exemplo, o Manifesto à Nação, assinado por sacerdotes, empresários e banqueiros representa um marco no esforço de aglutinar os insatisfeitos ao regime de Somoza. O mesmo se pode dizer do comunicado feito por Ernesto Cardenal, em novembro, onde o sacerdote e grande poeta nicaraguense admite ser membro da FSLN, “com muito orgulho”. Por fim, Gaspar Garcia Laviana, padre de origem espanhola, há nove anos na Nicarágua, acaba de publicar uma carta onde anuncia a sua filiação à guerrilha sandinista. Eis um trecho: “Eu vi a exploração desumana dos camponeses pelos proprietários protegidos pela Guarda Nacional; eu constatei como uma minoria da população se enriqueceu de forma estonteante, à sombra da ditadura de Somoza... Meus irmãos sucumbiram sob tortura, apenas porque reclamavam algo a que tinham direito: um país livre e justo, onde o roubo e o assassinato desapareceriam para sempre.”

O maior país da América Central

A Nicarágua, país do açúcar, do algodão, do café, e do tabaco, tem uma área de 130 mil km², transformando-a na maior das Repúblicas da América Central. Faz fronteira ao norte com Honduras, a leste com o mar das Caraíbas, ao sul com a Costa Rica e a oeste com o oceano Pacífico.

Segundo o censo de 1975, dos 2.160.000 habitantes, mais de 70% são analfabetos. 36% da força de trabalho se encontra desempregada. Os índices de mortalidade infantil alcançam 130 em cada 1.000 crianças. A educação universitária é acessível a somente 0,3% da população, enquanto os gastos militares superam quatro vezes aqueles dirigidos à saúde pública. Do total da população de Manágua, a capital do país, cerca de 87% de seus habitantes carecem dos serviços básicos, como água, serviços higiênicos, etc.



Eleições à francesa

A União da Esquerda pode virar a mesa

Por Letânia Menezes, de Paris especial para EM TEMPO.

Depois de domingo, dia 19, a democracia ocidental e cristã já não será a mesma na França. Mesmo que a União da Esquerda não assuma o governo, certamente ganhará a maioria dos votos. E a parcialidade do sistema eleitoral não será capaz de sustentar a direita num novo combate.

O que pensam as minorias

Menos preocupado com o número de seus deputados, talvez porque suas possibilidades sejam menores (a lista dos candidatos "Pelo socialismo, o poder aos trabalhadores", uma aliança da LCR, da Organização Comunista dos Trabalhadores e dos Comitês Comunistas pela Autogestão conseguiu apenas 0,9 por cento), Krivine se dedica a fazer uma análise mais geral. Em um artigo publicado no *Le Monde*, ele afirmava a impossibilidade das atuais instituições conseguirem sair do impasse por se tratar de "uma crise internacional do capitalismo de uma amplitude superior a todas as recessões sucessivas que surgiram depois da crise dos anos 30". E, em seguida, Krivine põe em dúvida inclusive a ideia largamente difundida pela direita, de que o PCF será o responsável pelo fim da sociedade liberal avançada tão querida a Valéry Giscard d'Estaing. "O governo social-democrata da Alemanha Federal ou a nova maioria parlamentar italiana, mesmo incluindo o Partido Comunista Italiano, não colocam em questão os fundamentos do modo de produção capitalista, eles não tem outras soluções a oferecer a não ser o sacrifício dos trabalhadores. A austeridade de direita ou de esquerda é um ponto obrigatório de todas as políticas reformistas da Europa".

Esta constatação, no entanto, não impediu que a LCR, através de seu jornal *diário Rouge*, se lançasse desde o início da campanha eleitoral a favor do voto ao PC e PS no segundo turno. O que não aconteceu com a *Lutte Ouvrière*, que deixou para depois do segundo turno a adoção de uma posição. Mas a LCR justifica sua posição por estar segura que sempre é melhor um governo de esquerda a um de direita. Do governo de esquerda, os trabalhadores podem cobrar suas promessas em defesa dos setores populares. Assim, a LCR aposta nesta cobrança e nas mobilizações do operariado: "PC e PS terão cada vez mais dificuldades e menos pretextos para tentar um compromisso com o presidente da República e se recusar a constituir um governo sem notáveis burgueses para satisfazer as reivindicações de quem os elegeram".

Nem todos os setores da extrema-esquerda, no entanto, estão de acordo com as posições dos trotskistas. Os maoístas, que sob a sigla União Operária e Camponesa pela Democracia Proletária (UOPDP), reunindo seus dois partidos, ganharam cerca de 0,5 por cento dos votos, se recusam a votar no segundo turno pela União de Esquerda. Para eles, a palavra de ordem correta é um "não" decidido tanto à "burguesia de direita" como à "burguesia de esquerda" e a abstenção no dia 19 de março.

Uma outra minoria que também é fundamental para a possível vitória da esquerda é a dos ecologistas. Reunidos no coletivo "Ecologia 78", eles atingiram 2,1 por cento no primeiro turno. Um percentual bastante inferior ao das eleições municipais, quando conseguiram 10 por cento. Mas assim mesmo, em Paris, um forte reduto da direita, a "Ecologia 78" fez 50 mil votos, ou seja 4,9 por cento dos sufrágios. Os eleitores ecologistas, numa votação com uma diferença tão pequena entre direita e esquerda, poderiam ser decisivos. Mas, apesar de não convocarem os eleitores para a abstenção, a "Ecologia 78" se recusa a tomar o partido da direita ou da esquerda. No entanto, acredita-se que, como ocorreu nas eleições municipais, a maioria dos ecologistas votará na esquerda.

O *Front Autogestionnaire*, que reúne o PSU e diversos grupos regionais e ecologistas, o mais votado na extrema-esquerda (cerca de 2 por cento), anunciou também sua desistência no segundo turno a favor da esquerda.

promover as transformações necessárias para a mais ampla democratização da vida nacional, servindo-se de funcionários que não representam diretamente os trabalhadores e que portanto podem empenhar e muitas vezes de forma trágica, como aconteceu no Chile - o conjunto do processo? Como é sumo "quebrar" (para usar a expressão de Lênin) a máquina do Estado sem recorrer abertamente à violência revolucionária?

Esta é a grande questão que se coloca não somente aos comunistas franceses, mas ao eurocomunismo de uma forma geral. Ela está no centro das divergências entre socialistas e comunistas e a ela voltaremos num próximo artigo. (Ricardo Abremo).

A falta de entusiasmo e total desmobilização que precedeu o primeiro turno das eleições legislativas na França lentamente começou a se modificar no início desta semana, após a assinatura de um acordo dos três partidos da União da Esquerda pelo voto unificado no segundo turno, a 19 de março. Com isso, a vitória da esquerda voltou a ser possível e a dinâmica do movimento popular foi relançada, na medida em que as bases da oposição ainda são bastante dependentes de suas direções e, apesar de firmemente decididas a tirar a direita do poder, como provou a eleição do dia 12 de março, estavam desorientadas com as divisões de seus dirigentes.

Em apenas três horas de negociações, realizadas na noite do dia 13, comunistas, socialistas e radicais de esquerda conseguiram um consenso que seis meses de divisões e disputas tinham tornado quase impossível. O Partido Comunista (PCF), responsável pela ruptura sobre a atualização do Programa Comum no dia 23 de setembro passado, foi quem teve que ceder desta vez. Apesar de Georges Marchais, secretário-geral do PCF, ter reafirmado logo após os resultados de domingo à noite, que um acordo deveria ser feito em cima da rediscussão do número de nacionalizações e da composição de um futuro governo de esquerda, estes pontos não constaram do texto na forma como exigia o PCF. A desistência dos comunistas no segundo turno, em favor do candidato de esquerda melhor colocado foi decidida sem que, aparentemente, os socialistas ou radicais de esquerda tivessem sido obrigados a fazer qualquer concessão (o número de nacionalizações não consta do acordo).

Enfim, o PCF aceitou um acordo na base de um texto que está muito aquém do avanço das discussões de 23 de setembro. A sua desistência esteve subordinada a uma "boa atualização" do Programa Comum e ao número de ministros no novo gabinete. O texto do acordo fez uma alusão ao governo, ao dizer que sua composição "respeitará a vontade do sufrágio universal" e sua atividade "será baseada na igualdade de direitos e de deveres, a deliberação e a solidariedade". Não fica definido, portanto, se o critério para a divisão dos ministérios será o resultado do primeiro turno - como exigia o PCF - ou o número de deputados eleitos no dia 19.

PC E PS em pé de igualdade

Os comunistas chegam ao final de 172 dias de polémicas, - dias que foram decisivos para diminuir o número de votos da esquerda -, sem garantias sobre a atualização e sem garantias sobre o número de ministros. Estranha tática. O que ganhou o PCF? Seguramente ele deve ter atingido algum objetivo, pois do contrário não teria cedido tão facilmente para fazer o acordo. Acredita-se que os comunistas ganharam duas coisas: primeiro, mantiveram seu eleitorado autônomo do resto da esquerda e conservaram a votação dos últimos anos (o que foi conseguido com seus 21,1 por cento); segundo, impediram que o PS crescesse de tal forma que passasse a ser a força dominante dentro da esquerda. Apesar de seu avanço, quase 4 por cento, o PS fica num percentual próximo ao PCF, o que o impedirá de dar cartas dentro da esquerda.

Toda a estratégia de François Mitterrand era aumentar a tal ponto a votação do PS que ele se tornaria o partido dominante no cenário político francês. O que não aconteceu e o deixou no mesmo plano do PCF ou das formações da direita como os gaullistas do RPR com 22,2 por cento ou a UDF (giscardianos, centristas e radicais de direita), com seus 19,1 por cento (milagrosamente aumentados para 21,5 por cento, segundo os últimos dados do mi-

explicitamente pelo Partido Comunista Francês.

Mas o motivo chave da necessidade da participação a mais ampla das massas na vida do país (e sobretudo em seus próprios locais de trabalho) é o caminho de mudança social proposto no programa comum: a "via pacífica para o socialismo". A via pacífica para o socialismo não é a via "legal", nem a via "eleitoral" - embora ela passe pelo respeito absoluto ao sufrágio universal, mesmo quando seu resultado for contrário ao Governo: ela é uma via de desenvolvimento da luta de classes que se baseia antes de tudo na ação organizada das massas. Mas por que então "via pacífica"? Porque ela rejeita categoricamente o recurso a uma guerra ci-

nistério do Interior que reduziu o percentual da esquerda de 50,6 para 45,1 por cento ficando a direita com os gloriosos 46,5 por cento).

O herói histórico, o personagem carismático da esquerda, é apenas um líder entre os demais. Mitterrand retorna ao regime comum. O PS é um partido com tanta necessidade dos comunistas quanto os comunistas do PS. A desunião da esquerda foi mais prejudicial para os socialistas que para o PCF, e assim, um equilíbrio se restabeleceu dentro da esquerda. Era esta finalmente a exigência não confessada de Marchais para fazer a união? É possível também que o PCF, tendo em vista a intransigente posição dos socialistas, não tenha querido assumir sozinho a derrota da esquerda e aceitou a desistência no segundo turno.

Mas, mesmo com o acordo dos comunistas, socialistas e radicais de esquerda e a desistência da extrema-esquerda (cerca de 4,0% dos votos) em favor dos candidatos melhor colocados, a vitória no segundo turno está praticamente garantida. Resta saber quantos votos perdidos durante seis meses de disputas poderão ser recuperados em cinco dias de campanha unitária, pois é preciso que a esquerda tenha uma margem de pelo menos dois por cento de votos a mais que a direita para compensar o tendencioso sistema eleitoral. Este sistema permite que metade dos 3,5 milhões de inscritos elejam 193 deputados em circunscrições com mais de 65 mil votos e a outra metade eleja 280.

A possibilidade de um impasse

Caso a vitória seja conseguida, não há dúvidas de que a diferença a favor da esquerda será de apenas três ou quatro deputados, o que dificultará bastante, do ponto de vista parlamentar, a aplicação de um programa político realmente inovador. Com uma maioria tão restrita, o que também deverá acontecer se a direita ganhar, o sistema seguramente ficará bloqueado. Principalmente se levarmos em conta que não existe entre os deputados da esquerda uma posição homogênea, podendo facilmente se prever profundas divergências.

É difícil imaginar um primeiro-ministro socialista - no caso da vitória da esquerda - propor na Assembleia Legislativa a nacionalização de um grupo industrial, com uma maioria reduzida e pronta a virar a casaca (os radicais de esquerda, cuidadosos defensores dos interesses burgueses votariam por uma nacionalização?). A sociedade se transforme continuamente e a política dos grandes partidos se mostra impotente para acompanhar essas mudanças. Seja a vitória da esquerda ou da direita, a maioria terá pouco poder de decisão. Mas como escreveu Alain Krivine, membro do birô político da Liga Comunista Revolucionária (LCR), trotskista, "a vitória da esquerda é importante, pois vai encorajar a mobilização dos trabalhadores".

Arlette Laguiller, da organização trotskista *Lutte Ouvrière*, apesar de reconhecer as vantagens de uma vitória da esquerda, preferiu durante sua campanha denunciar intensamente a manipulação do atual sistema eleitoral e a própria composição da nova Assembleia Legislativa. "O escrutínio uninominal em dois turnos, atualmente em vigor, caracteriza sem dúvida uma das leis eleitorais mais antidemocráticas até hoje existentes", escreveu ela no *Nouvel Observateur*. Segundo os cálculos de Arlette, "com um escrutínio proporcional, *Lutte Ouvrière* poderia ter uma dezena de deputados, enquanto que com o sistema atual seguramente não terá mais de dois ou três", com os 500 mil votos (cerca de 1,7 por cento) do primeiro turno para seus 471 candidatos.



Um programa não muito comum

A esquerda francesa tem boas chances de obter a maioria dos votos no segundo escrutínio das eleições legislativas que se realizam no próximo dia 19 de março. Existe mesmo a possibilidade de que, ganhando as eleições, a França possua, pela primeira vez nos últimos vinte anos um primeiro ministro e, conseqüentemente um gabinete de esquerda.

No entanto, as repercussões desta mudança de governo, de uma possível opção do povo francês por um governo de esquerda, são ainda imprevisíveis. Ao que tudo indica, se o líder socialista François Mitterrand for, em função de uma vitória eleitoral da esquerda, convidado a formar o Governo, ele cederá algumas pastas a representantes do Partido Comunista Francês. No entanto, é difícil, hoje, prever qual seria a orientação concreta de um tal governo. As negociações entre comunistas, de um lado, e socialistas e radicais de esquerda, de outro, em função da atualização do programa comum de governo, assinado em 1972, foram interrompidas em setembro do ano passado, e até agora não foram retomadas. Assim, mesmo que o povo francês, através do sufrágio universal, opte pelas grandes transformações econômicas, sociais e políticas contidas no programa comum, é possível que a cisão ocorrida no interior da esquerda francesa impossibilite a sua aplicação.

Por que a divisão?

Quais os motivos desta divisão? Trata-se simplesmente de problemas eleitorais, de uma disputa pré-palaciana em torno de ministérios que ainda não existem? Estas e outras explicações - próprias de quem reduz a luta entre as classes à concorrência entre chefes de partido - tem sido as razões avançadas pela imprensa brasileira e internacional para a divisão entre os partidos que compõem a União Popular, na França.

Evidentemente, uma tal ótica só obscurece os fatos e dificulta sua compreensão. Os motivos que levaram à divisão dentro da esquerda francesa concernem à própria natureza do programa comum (que se propõe a realizar as grandes transformações a que aspira a maioria do povo francês no quadro das instituições republicanas) e, além dele, a própria "via pacífica" de passagem ao socialismo e o "eurocomunismo".

Justamente por ser um assunto permanentemente distorcido pela imprensa e portanto desconhecido do público brasileiro (mesmo, em grande parte, do público universitário) é necessário que se compreenda, em primeiro lugar, os princípios essenciais do programa comum, para que se possa assim entender os motivos da divisão da esquerda

francesa. Nesta matéria, portanto, analisaremos estes princípios, para, posteriormente, poderemos examinar e avaliar as razões que estão impedindo a união entre as organizações políticas do povo francês, neste momento crucial de sua história.

Para que um programa?

A união é um combate: este é o título de um dos livros de Etienne Fajon, membro do Comitê Central do PCF e ex-diretor do jornal comunista *l'Humanité*. O que está por trás deste título? Fundamentalmente, a ideia de que, se, de fato, o socialismo é obra das massas, e se num país como a França os trabalhadores dividem-se politicamente entre dois partidos, a busca da unidade entre os trabalhadores passa pela unidade política entre suas organizações. Esta unidade, entretanto, não é uma unidade a qualquer preço, uma unidade onde o único objetivo é o de chegar ao Governo. Ao contrário, esta unidade tem três objetivos básicos.

Estimular ao máximo a intervenção direta das massas em todos os setores da vida nacional. A aplicação do programa comum desencadearia um processo permanente de participação dos trabalhadores tanto nas fábricas nacionalizadas (sobre as quais os próprios operários teriam a maior parte de responsabilidade na gestão) quanto naquelas ainda pertencentes ao setor privado (reforço das entidades sindicais e de base - como os comitês de empresa - nas próprias fábricas). Esta intervenção, que pressupõe também o reforço do poder municipal, é a condição essencial para a realização de um Plano democrático.

Retirar a economia da lógica monopolista de acumulação.

Hoje a economia francesa é dominada por um punhado de grandes monopólios. Para comunistas e socialistas, a existência destes grandes monopólios, e a submissão do atual governo a seus objetivos de classe, são as causas principais da crise econômica que se abate sobre o país e que já deixa um saldo de 1,8 milhão de desempregados. As subvenções, os créditos subsidiados, as tarifas diferenciais que beneficiam os grandes monopólios atingiram nada menos que 64 bilhões de francos (quase 200 bilhões de cruzeiros) em 1974; este montante corresponde a 6% da Produção Interna Bruta, 28% dos investimentos do conjunto das empresas e equivalente a 2,2 vezes o imposto recolhido pelas sociedades anônimas ao Estado, segundo dados fornecidos por Anicete Le Pors em seu livro "Les Béquilles du Capital" (As muletas do capital) publicado pelas edições Seuil. Além disso, em vários setores essen-

ciais da economia francesa (e notadamente a siderurgia), o fechamento de fábricas já se tornou uma realidade cotidiana.

O objetivo do programa comum é retirar toda esta energia material e humana da lógica do lucro e submetê-la a uma nova lógica, a das necessidades sociais. Para isso, os grandes monopólios sofreriam um processo de nacionalizações democráticas. As nacionalizações democráticas são importantes não somente por constituírem a condição material do plano econômico, mas por representarem um setor concreto onde, imediatamente, a intervenção das massas poderia desenvolver-se plenamente. Neste sentido, as "nacionalizações democráticas" são uma espécie de autogestão planejada e não têm absolutamente nada a ver com um processo burocrático de estatização.

Satisfazer as necessidades sociais básicas: A França é um país rico. No entanto, numa população de 50 milhões, 17 milhões de pessoas não ganham o bastante para satisfazer o conjunto de suas necessidades elementares (alimentação, transporte, saúde, habitação, etc.). Um assalariado entre três ganha menos de 2 mil francos (Cr\$ 6 mil). O salário mínimo na França é hoje de 1.700 francos (Cr\$ 5.100,00). Com a aplicação do programa comum o salário mínimo seria imediatamente aumentado para Cr\$ 2.200 francos (Cr\$ 6.600).

Como "quebrar" o Estado?

Estes são os três objetivos básicos do programa comum de governo. Eles representam três aspectos de uma política que só pode ser global: a exclusão de qualquer uma das partes levaria as outras, e conseqüente mente o processo revolucionário como um todo, ao fracasso. Nacionalizar os setores chaves da economia, sem promover a mais ampla intervenção das massas em todos os negócios do país, seria, na melhor das hipóteses promover um socialismo burocratizado.

Da mesma forma, assim como as nacionalizações não fazem sentido sem a democratização a mais ampla da vida nacional, esta pressupõe necessariamente o controle do Estado sobre os setores essenciais da vida econômica. Neste sentido, a França do Programa Comum seria bem diferente do "capitalismo social" que preconiza a social democracia internacional, notadamente a alemã e a sueca. A ideia básica da social democracia (onde se esconde a sua essência reformista) é a de querer usar o capitalismo - e por conseguinte também o Estado capitalista - para promover grandes reformas sociais. Esta ideia é incompatível com o espírito do programa comum e é rejeitada

Rearticulação partidária: abrindo polêmica com "Versus"



"Amigos do EM TEMPO:
É saudável que possamos, através da imprensa independente, abrir um amplo e fraterno debate acerca da rearticulação partidária no Brasil. Dentre os temas que na atualidade preocupam as oposições, esse talvez seja o mais emergente, e o que a mais curto prazo está a exigir posicionamentos e definições.
Versus, em editorial do nº 18 (fev./78), afirma que o jornal "passou não só a discutir profundamente a conjuntura nacional, suas opções, como também a se identificar com as correntes que entendem que só há uma maneira de construir uma democracia para nosso povo: pela construção de um Partido So-

cialista. E nesse sentido que estamos fornecendo aos nossos leitores as importantes entrevistas de Almino Affonso e de Edmundo Moniz..."
Antes de outras considerações, um reparo a um erro que espero tenha sido não mais que um escorregão de redação final. Seria muita presunção alguma corrente política entender que há uma maneira de construir uma democracia para o nosso povo. Mas é isso que está escrito, podem ler de novo. Jamais alguma coisa na história foi ou será feita pelas "correntes" para o povo, porque (nunca é demais lembrar) ele mesmo é que faz a sua história, através da luta de classes.
O que os companheiros enten-

dem por "democracia para nosso povo"? O povo, que eu saiba, é um conjunto dividido em classes e setores de classes. Que democracia pode satisfazer ao mesmo tempo a interesses antagonísticos? Sempre vai ser democracia para uns, e não-democracia para outros.

Mas admitamos que tenha havido aí um novo escorregão de redação, que os companheiros de Versus só não tenham sido precisos, e que eles entendam por povo os trabalhadores e seus aliados. Ainda assim resta uma indagação: de qual democracia estão falando que os trabalhadores precisam? Da democracia burguesa, com vigência de liberdades formais, mas que para os trabalhadores continua não sendo democracia? Ou da democracia em que realmente a maioria dá as cartas da política, da economia e da ideologia, que só se viabiliza se o poder de Estado estiver a serviço dos trabalhadores, e cujo nome é socialismo?

Essa questão não admite ambiguidades. Só são consequentes aqueles posicionistas que entendem que a solução profunda dos problemas dos trabalhadores está na conquista de um governo sob hegemonia deles, e que hoje trata-se de acumular forças nessa direção, lutando por liberdades democráticas (ou seja, por "mais" democracia burguesa), sem entretanto embarcar em canoas liberais ou reformistas.

A partir daí temos parâmetros para abordar a questão do PS. Versus se identifica com as correntes que lutam pela construção de um Partido Socialista. Mas qualquer PS serve? Se não, por que tipo de PS se deveria lutar?

Dentre as liberdades democráticas, a conquista da plena liberdade de organização partidária e da anistia ampla, geral e irrestrita sempre foram bandeiras de especial interesse das oposições, para que possam manifestar-se livremente em todos os planos, inclusive no institucional.

Ora, nenhum PS surgido do atual quadro político significará a resolu-

ção desse problema, simplesmente porque as oposições não dispõem de forças para impor essas reivindicações. Portanto, antes de mais nada o PS terá que se definir claramente pela liberdade de organização partidária e pela anistia ampla, geral e irrestrita, sacramentando assim sua representatividade social apenas relativa e seu caráter transitório.

Decorrente desse ponto, é evidente que PS nenhum poderá se considerar o partido dos trabalhadores, capaz de vanguardá-los na conquista do socialismo. No máximo ele poderá ser um canal, melhor do que é hoje o MDB, para a expressão e ressonância, a nível institucional, dos anseios posicionistas mais consequentes. Para tanto, ele precisará ter um caráter de frente, abrindo diferentes facções com pleno direito de expressão externa e interna no partido.

Sob essas condições é válido participar da estruturação de um PS, porque amplia-se o espaço dos que lutam pelas liberdades democráticas na perspectiva dos trabalhadores. Mas há uma diferença entre simplesmente propor um PS, de um lado, e exigir liberdade de organização e expressão para as oposições mais consequentes, de outro, sabendo que apenas muito parcialmente ela se efetivará através daquele partido.

Entretanto, considerar que a construção de um PS é a única maneira de se construir a democracia, como propõe Versus sem maiores explicações, é uma formulação não só vaga como errada, tanto porque a luta pelas liberdades não se reduz à articulação de um PS, por melhor que ele seja, como porque mesmo o melhor PS possível estará longe de significar a conquista da liberdade de organização partidária e a constituição de um partido verdadeiramente socialista representativo dos trabalhadores.

Num mundo repleto de "socialistas" que se propõem tão somente a "harmonizar" a convivência do capital com o trabalho, semear ilusões significa juntar-se a eles, apesar das melhores intenções.
W.B. da Silva - São Paulo (SP)

Aparte

Cartas, críticas, sugestões, apartes, etc, para: rua Mateus Grou, 57 - Pinheiros, São Paulo - CEP: 05415. A redação (por motivo de espaço) se reserva o direito de publicar apenas trechos dos textos recebidos. Mas solicita que os correspondentes façam um esforço para não ultrapassar 50 linhas de texto datilografado, na base de 70 toques por linha. E mais: solicita-se que os correspondentes dêem seus nomes e endereços completos.

Como encaramos a questão do Estado?

"Caros amigos:
O jornal, tanto aqui na Suécia como pode constatar em Paris, causou verdadeira sensação, pois um dos nossos maiores problemas de informação era no que se referia à luta da classe operária, dos trabalhadores em geral.

No meu entender o quadro político geral apresentado pela proposta editorial é correto, merecendo apenas alguns reparos. É o caso, por exemplo, desta passagem: "Torna-se evidente o profundo antagonismo que coloca de um lado o Estado e, de outro, os trabalhadores e demais camadas populares...". Acredito que se trata de uma colocação perigosa, pois transfere o "profundo antagonismo" existente entre os trabalhadores e as demais camadas populares e o sistema, nele enquadrado o modelo político, econômico e social, para um antagonismo puramente aparente entre força trabalhadora e Estado.

Este é um velho truque do imperialismo, burguesia monopolista brasileira a ele aliada e latifúndio: transferir para o Estado os antagonismos fundamentais. O antagonismo com o aparelho do Estado é consequência e não causa, visto que é a política econômica dos monopólios que organiza o aparelho de Estado para por em prática esta política.

Ao que parece, esta visão é hoje dominante entre uma gama de sociólogos (os "deles") que pretende, inclusive, mostrar como fundamental a contradição dos trabalhadores com uma chamada "burguesia de Estado".

Outra correção, a meu ver, merece esta visão: "Para manter o controle do aparelho estatal, o regime veda aos trabalhadores qualquer participação política, reduzindo-os exclusivamente à condição de força produtiva". O regime veda qualquer participação política dos trabalhadores não só para manter o controle do aparelho estatal mas

principal e fundamentalmente para aplicar o modelo político e econômico. É para manter a alta taxa de exploração da classe trabalhadora em benefício dos monopólios que tentam afastar os trabalhadores de uma atuação política. Tanto isso é verdade que, por exemplo, na França, Itália e Portugal, atualmente, o proletariado não tem o controle do aparelho estatal e, contudo, tem uma participação política a nível de Estado.

A questão Estado é de suma importância hoje em dia pois, se se considera uma força consequente, pode-se cair no projeto social-democrata que é o de democratizar o Estado. É o processo chileno deixou bem claro o problema. Não se trata de participar do aparelho do Estado mas de transformar este aparelho. Não se trata de ter controle deste aparelho, mas de modificá-lo radicalmente.

Lógico que na etapa atual o que se propõe é uma democracia burguesa. Mas mesmo esta democracia não se limita ao meio Estado, mas a todo um arcabouço jurídico, político e econômico que vai mais além do simples aparelho de Estado. O que importa agora é quebrar com o poder dos monopólios nacionais e imperialistas e o latifúndio. A partir daí o aparelho de Estado obrigatoriamente terá de se reorganizar segundo a correlação de forças no seio da sociedade, respondendo, é verdade, aos interesses da força hegemônica.

Assim, podemos ver como esta tese de que não se permite a participação política dos trabalhadores para simplesmente manter o controle do aparelho de Estado é falsa, no fundamental, se observarmos os regimes social-democratas na Europa. Aqui, a nível de Estado, se permite a participação política, mas não a nível de contestação do sistema e de soluções de problemas afetados diretamente ao Capital".
Arutana Cobério - Lund (Suécia)

"Um resumo pobre, bem pobre..."

"Companheiros:
O artigo Gramsci GR, (EM TEMPO nº 1, pág. 8) pretende ser o resumo de um texto de Perry Anderson. Como artigo-resumo é pobre, bem pobre. Senão vejamos: a questão da hegemonia é empobrecida ao extremo. Precedida de meras referências à Oriente, Ocidente, Sociedade Civil, Estado, "guerra de posição", "guerra de movimento"; o conceito de hegemonia vem apresentado como tendo sido elaborado pela III Internacional e transferido para a Europa Ocidental - por Gramsci. Flávio Andrade, o autor, conserta-se um pouco, ao falar mais tarde em "perigos subjacentes à extensão do conceito: Na realidade, existem dois conceitos: o de Gramsci e o da Internacional.

Gramsci coloca questões distintas. Mas, ainda que Flávio pudesse deixar passar despercebida essa questão, ele não poderia efetivamente dizer que Gramsci foi o primeiro a usar esse conceito pensando na burguesia e o proletariado. No texto de Anderson, pág. 18, está escrito: "No 4º Congresso, em 1922, o termo hegemonia foi - ao - se parece pela primeira vez - estendido à denominação da burguesia sobre o proletariado". O resumo omite isso.

Temos nossas dúvidas se na medida em que não depositou a necessária ênfase na diferença estrutural entre as posições da burguesia e do proletariado o resultado foi abrir o espaço para posteriores interpretações de seu conceito de hegemonia num silogismo classicamente reformista. Será mesmo? Será que uma obra "rigorosa" eliminaria a interpretação reformista? Lembremos de uma única passagem de Garaudy (num livro intitulado 'Marx') em que ele cita uma intervenção de Marx para provar que se podia passar ao socialismo pacificamente. E que não digam 'sim!', mas isso é coisa de Garaudy, pois o que queremos demonstrar é que nenhuma obra, por mais rigorosa que seja, pode impedir leituras reformistas.

Isso não se deve apenas às 'ambiguidades' de Gramsci. Ambiguidades essas, aliás, que não aparecem no 'resumo', como não aparece a definição gramsciana de hegemonia ou qualquer outra. E sem isso o artigo carece de qualquer possibilidade de contribuir eficazmente para o debate.

Após falar no modo pelo qual o PC alemão enfrentou a conjuntura de 1920-1, o resumo faz um paralelo com o Brasil afirmando que as 'ações parciais' se desenvolveram 'num estilo em alguma medida semelhante ao militarismo brasileiro no final dos anos 60'. Aqui está um dos contrabandos ideológicos do resumo. A identificação é grosseira. Comparar realidades tão distintas não é próprio de quem pretende esclarecer questões, muito pelo contrário. Não se trata aqui de fender o 'militarismo' e sim lembrar que essa questão merece uma explicação feita com 'mais seriedade e espírito crítico', como gosta o Flávio. Logo após essa referência ao 'militarismo' vem a seguinte frase: 'no que inclusive nosso gramscianismo atual parece repetir a história de modo intrigante'. Que significa isso? Não pode ser que o 'nosso gramscianismo' toma o militarismo e suas consequências como objeto de análise, como Gramsci o fez com o esquerdismo alemão. Não pode ser isso, porque aí nada haveria de intrigante. Onde, há algo intrigante que o autor do resumo não explicou e que o torna 'ambíguo'. Ainda com respeito ao esquerdismo alemão o resumo comenta que ele foi condenado pela Internacional; e complementa: 'Gramsci iniciou o seu trabalho teórico no bojo dessa autocritica'. Só aí? E os conselhos de fábrica?

Mais se poderia falar sobre o resumo. Acrescentaremos, porém, uma última referência que remete à dívida que temos para com Gramsci e a necessidade de que seus escritos sejam tomados com 'maior seriedade e espírito crítico'. Ora, espírito crítico deve-se ter com qualquer produção intelectual e não apenas com Gramsci. Quanto à seriedade como condição de evitar as deformações reformistas, aí está outro grande contrabando ideológico do resumo (resumo?): a questão da leitura de Gramsci é uma questão política.

São nossas questões políticas que farão com que o trabalho com a obra gramsciana seja rica ou pobre. Não é uma questão de seriedade, transformada em garantia de que a leitura não possa ser instrumental; pois se fosse apenas uma questão de seriedade isso significaria a possibilidade de uma leitura neutra 'científica' (...).
Jorge Lucas - Campinas (SP)

A "defesa de Stalin" em Bettelheim

"Redatores do EM TEMPO:
Tal como os dirigentes soviéticos mistificaram a análise do período stalinista sob o manto do "culto à personalidade", que interpretava as contradições da sociedade soviética como frutos da ação malévol de um único indivíduo, certas posturas políticas, ainda hoje, ficam presas ao mesmo esquema ideológico dos Kruschevs, - Breznev, Suslov e tantos outros representantes do marxismo oficial, de quem se pretendem críticos.

É o caso, por exemplo, da crítica que João Machado (EM TEMPO nº 1 e 3) faz a Charles Bettelheim quando, analisando seu último livro, qualifica-o como "defensor de Stalin". Bom, mas porque defensor de Stalin e não, eventualmente, do stalinismo? Essa personalização da história não é gratuita; denuncia a filiação desse tipo de crítica ao esquema teórico-político do qual o stalinismo não foi senão o representante mais extremado, cujas origens remontam à II Internacional, e cujo papel principal constitui em escamotear a luta de classes no período de transição para o socialismo.

O artigo de João Machado não escapa desse quadro de análise. Ao fim e ao cabo, o berço de nascimento do stalinismo estaria em determinações puramente econômicas (atraso), caos que originaram a formação (?) de uma burocracia que ganhava espaço pela repressão. Acaba-se por reduzir as contradições sociais da URSS e seus efeitos (a repressão maciça, o stakanovismo, o papel da III Internacional) aos "desvios" impetrados por essa burocracia que em última instância permaneceu submissa aos desejos (maldosos) do secretário-geral.

A coisa fica ainda mais complicada quando o autor tenta "provar", pelas próprias palavras de Bettelheim, a defesa "com todas as letras" que este faria de Stalin, quando classifica-o de "continuador de Lênin". O equívoco (que falaremos mais abaixo) de Bettelheim - sobre este ponto não constitui a essência de sua análise, que fornece o instrumental para a crítica revolucionária não apenas do stalinismo, mas a toda uma concepção economicista e mecanicista do marxismo que ainda domina o movimento socialista mundial.

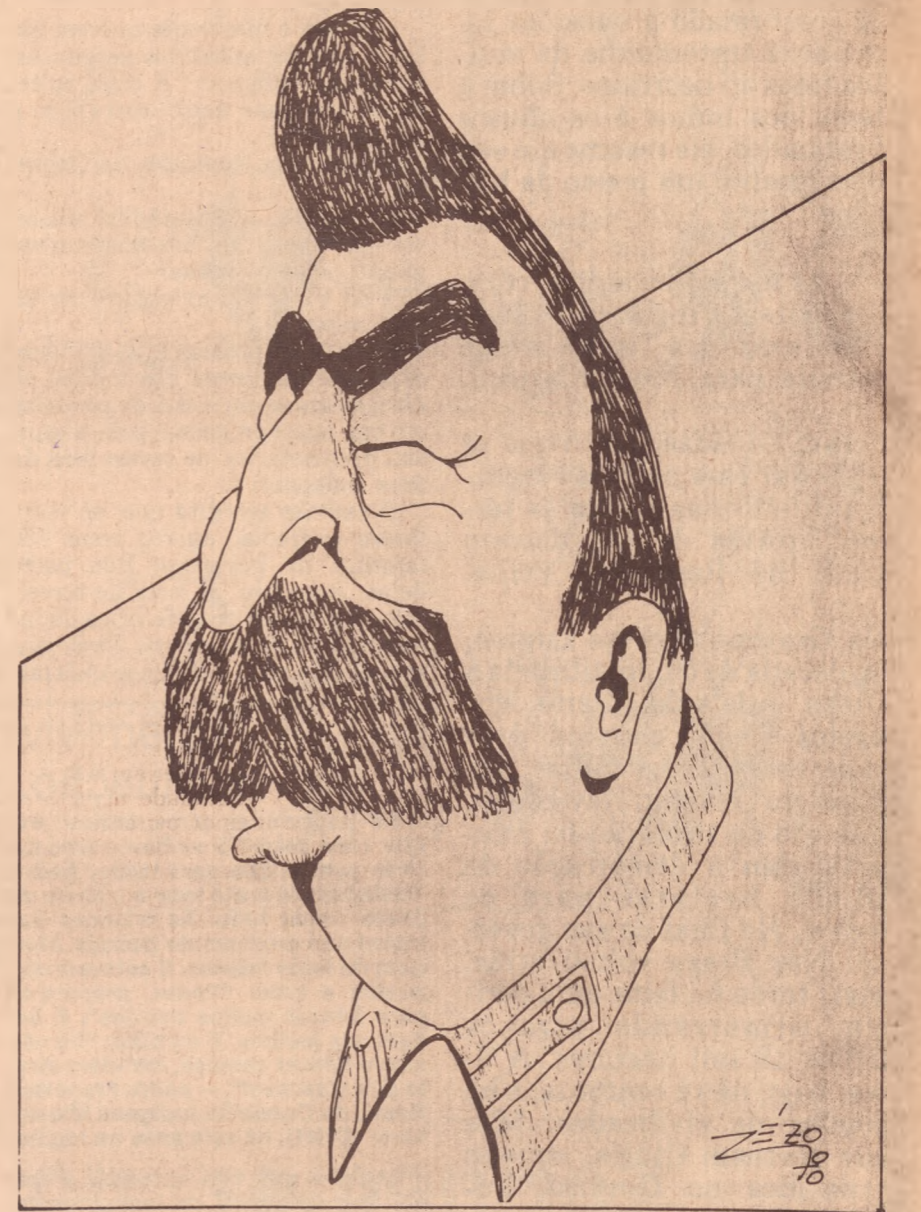
Na análise de João Machado, por trás de uma crítica pretensamente radical ao stalinismo (o que impli-

caria buscar as raízes últimas de sua determinação) está uma concepção evadida por uma dualidade contraditória que determina, por um lado: a) a fidelidade às bases sociais do regime dirigido por Stalin, o que supõe uma comunhão das mesmas teses básicas: primado das forças produtivas sobre as relações de produção (forças produtivas-técnica); redução das relações de classe às formas jurídicas de propriedade dos meios de produção; "abolição" das classes e da luta de classes no período de transição; e, ao mesmo tempo, b) uma crítica virulenta às formas como esses pressupostos se materializaram e se afirmaram historicamente, passando a ser entendidos como desvios, degenerescência de uma linha geral essencialmente revolucionária.

Uma superação radical e revolucionária do stalinismo passa por uma "de puração" de um certo marxismo cuja linha determinante é o economicismo (redução das condições sociais à instância econômica) e que em função disso se tornou, nos dias de hoje, a última palavra da dominação ideológica do movimento operário pela burguesia. O principal mérito de Bettelheim constitui o desenvolvimento e o avanço da teoria marxista pela análise crítica do processo revolucionário da URSS, que permite avaliar e avançar sobre a experiência de lutas do proletariado soviético.

A grande insuficiência de Bettelheim está na confusão que estabelece na questão da possibilidade da construção (integral) do socialismo na URSS, onde surge a afirmação de ter Stalin, ao defender essa linha, aparecido como o "continuador de Lênin".

A derrocada do processo revolucionário mundial na década de 20, colocou para a direção do PC russo questões novas, não previstas no sistema teórico original dos bolcheviques e que nos anos seguintes se polarizaram numa falsa oposição esquerda/direita. A questão central desse período é justamente a autonomia (relativa) da revolução russa face à revolução internacional, revelada pelo seu fracasso na Europa. Essa situação foi oportunisticamente explorada pela composição centro-diretista do Partido Bolchevique, no sentido de subordinar os interesses do proletariado mundial ao Estado Soviético; mas também foi negada pateticamente pela oposição de esquerda (trotskistas e zi-



novievistas), cujas críticas não rompiam o esquematismo teoricista.
A ala centro-diretista do Partido (stalinistas e bucharinistas) teve uma compreensão empírica da emergência de uma nova fase da revolução (provocada pelo colapso da revolução na Europa) e a necessidade de levar adiante o processo de construção do socialismo, e direcionou, com a fórmula do "socialismo num só país" a um caminho que seria o início de um longo processo de abandono do internacionalismo proletário. Não há senão descontinuidade dessa linha como pensamento e a prática de Lênin.
Esse equívoco de Bettelheim, que

uma leitura literal pode apressadamente fazer uma associação com a defesa do stalinismo, não encobre a importância histórica e a essência de sua obra para a prática política revolucionária, que consiste no desenvolvimento das formas que se reveste a ideologia burguesa no seio do marxismo e seu papel político principal: a dissimulação da existência de classes na URSS, cuja dinâmica historicamente possibilitou a constituição, sob novas formas, de relações de produção capitalista e a consequente reprodução ampliada de seus agentes: a burguesia e o proletariado.
Cláudio Antônio - São Paulo (SP)

VALE TUDO EM TERRA ALHEIA



Os índios de Rio das Cobras, no Paraná, além de confinados em apenas 10% da área a eles "reservada", estavam sendo pressionados por intrusos colocados em suas terras para fazer o serviço de grupos econômicos. Depois de ameaçados e roubados, os índios (cerca de 900 caingangues e 300 guaranis) deliberaram enfrentar seus inimigos, entre os quais se incluem funcionários da FUNAI.

Reportagem de Paulo Marins
Fotos de Alberto Viana

Sucursal de Curitiba

Viagem ao local do conflito

"Laranjeiras do Sul", Paraná — Casados de esperar providências das autoridades, 1.100 índios do posto de Rio das Cobras, a 120 quilômetros de Foz do Iguaçu, começaram a fabricar arcos e flechas para expulsar os invasores que, nos últimos anos, ocuparam mais da metade dos oito mil alqueires de reserva, com a ajuda de jagunços... (O Globo, 8/outubro/78).

"Rio das Cobras, Paraná — Todas as comunicações através de rádio entre a Delegacia da Funai com seus postos estão sendo interceptadas, provavelmente por madeirais. Em Rio das Cobras, os índios prometem um levante contra posseiros. Ameaças de vida estão sendo feitas diariamente a funcionários da Funai, índios e ao próprio delegado, por jagunços e posseiros que são evasões da região pelos índios". (Folha de Londrina, 17/fevereiro/78)

Para se entender a questão de rio das Cobras, envolvendo 16.800 hectares de terras dos índios, é preciso conhecer a região, antigo Território de Iguaçu, hoje parte do Estado do Paraná, zona de ocupação recente, só de matas há 30 anos atrás. Isso atraiu não só os colonos sem terras de outras regiões, como do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, mas grandes grupos e também aventureiros, procurando riqueza fácil. Por uma simples razão: terras férteis e produtivas, muita madeira em cima, como a maior reserva de pinheiros do mundo. E a posse da terra, mais os títulos expedidos tanto pelo Governo Federal como do Estado, geraram toda ordem de conflitos. Daí apareceram os jagunços, pistoleiros profissionais, que resolviam as questões à bala, antes de longas querelas na justiça, a mando de poderosos. Por isso, a região toda, da qual o município de Laranjeiras do Sul, criado apenas em 1951, é parte, tem fama de ser terra de "bandido", onde as questões sempre se decidiram na ponta do revólver.

Um dos mais antigos habitantes de Laranjeiras do Sul é o advogado Xenofonte Lopes, já acostumado a questões judiciais e testemunha de muitos fatos ali ocorridos. Sobre a terra dos índios e os abusos praticados, ele resume em seu depoimento um pouco da história:

— As terras dos índios, compreendiam a região que vai da Picada do Juca Tigre à antiga estrada para Foz do Iguaçu.

Foram "doadas", se é que se pode dar esse nome ao legítimo direito dos índios às terras, através de um decreto ainda na República Velha.

No Governo Moyses Lupion, na década de 50, foi titulada a Gleba Adelaide. Parte dos títulos foram cair na área onde estavam os índios. No início do Governo Ney Braga, esse ato de titulação foi anulado, com a demarcação de 16.800 hectares para os índios. No final de seu governo, Ney Braga voltou atrás. Mais tarde foi feita uma pericla, demarcando para os índios 19 mil hectares. A área, hoje, não é contínua, e há bolsões de civilizados. Mas que possuem títulos, aqueles expedidos no Governo Lupion, são apenas 19 pessoas.

Atualmente, a área vai do rio das Cobras até o rio União, limitando-se ao Norte com a rodovia para Foz do Iguaçu, a BR-277.

A alguns quilômetros, na estrada que vai para Quedas do Iguaçu e à Usina de Salto Osório, está a sede do Posto Indígena de Rio das Cobras. Um carro da Polícia Militar do Estado à entrada. Estranhos são indesejáveis. Transmissores de rádio e armas. Na noite anterior, 4 de março, às 20h30m, dois tiros foram disparados contra os soldados que guardam ao acesso do Posto de Comando da Operação Laranjeiras, desencadeada após a revolta dos índios, que começaram a expulsar, por conta própria, os posseiros e intrusos de suas terras. A Polícia chegou depois para completar a "limpeza" da área.

Os autores dos disparos fugiram num fuque, na escuridão, em direção ao trevo da BR-277. Não foram mais localizados. Supõe-se ter sido ameaça de pistoleiros, a mando de grupos que introduziram colonos na região e que os enganaram: trocaram terras legítimas por um pedaço de papel e posse, simples posse, na terra dos índios.

A violência é uma característica na região. Há quatro dias foi morto o chefe da Patrulha Rodoviária Federal, embora nada tenha a ver com o problema de terras, mas mostra como se fazem as coisas no Oeste do Paraná.

Os índios já haviam avisado na estrada que hoje iria haver uma reunião muito importante para decidir sobre os rumos a tomar. Um deles, Dival Olíbio, acompanha os repórteres. Mas à entrada, há consultas, desconfiança, os soldados fazem perguntas antes de permitir o acesso. Passa por ali um tenente da Polícia Militar e dá autorização. Depois dos tiros da noite anterior, quem passa pela estrada tem que se identificar. Principalmente para entrar dentro do posto.

"OPERAÇÃO LARANJEIRAS"

No posto, desconfiado, o capitão Vilmar Brasil, comandante da Cia. de Guarapuava e o comandante da "Operação Laranjeiras", diz que já passou o Comando. Mas devido à insistência, veste uma camisa e o calor aumentou nesta tarde de domingo — com um revólver à mão, leva os repórteres até seu escritório, deposita a arma na mesa, e pergunta:

— O que é que vocês querem saber? — e logo, antes das perguntas, continua, enfático: "A coisa se resume em duas aqui: corrupção e pistoleiros".

Consulta os relatórios da Operação.

— Capitão, onde estão os posseiros? Disseram que eles estavam vagando pelas estradas?

— Se vocês viram algum por aí, me contem.

De fato, os posseiros ou intrusos, expulsos das terras dos índios, ou abrigaram-se em casas de parentes ou em suas próprias, pois alguns são proprietários de terras fora da área indígena.

O capitão acredita que, ao todo, foram retiradas, agora, umas 150 famílias de posseiros. Boa parte deles "adquiriu" a terra de terceiros, ou grandes proprietários de indústrias ou madeireiros. Casos dos grupos Marochi e Hilmar Adams.

Quem vive e enfrenta a situação. Que dizem?

Eu perguntava p'ros índios. Por que você bebe? E vinha a resposta: "Nós somos que nem burro, padre. Trabalhamos o dia todo e o chefe do posto vende tudo. As crianças dos índios não morriam de doença. Morriam de fome mesmo. E estavam dispostos a tudo: "Padre, prepare-se para benzer muitos caixões". E batiam nos joelhos. E eu dizia: "Eu não quero benzer caixões, mandem direito p'ra Cascavél". — padre Francisco Sozzi, do Conselho Indígena Missionário (CIMI), há seis anos na região.

"Aqui é que vim aprender o que era "picaretagem" de terra, corrupção e papagaio na ponta de revólver" — Isaac Antonio Bavaresko, chefe do Posto Indígena de Mangueirinha.

"Era a própria Funai, através do chefe do posto, quem arrendava as terras e tinha participação" — advogado Xenofonte Lopes, um dos mais

A corrupção funcionava na base do "compromisso particular de compra e venda". Um simples papel, que não dá direito a nada (os 19 que possuem títulos são do tempo de Lupion, da Gleba Adelaide, demarcada, em parte, sobre a terra dos índios. Um desses titulados é o atual prefeito de Catanduvas).

Interessante que o BRDE (Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul), Banco do Estado do Paraná e Banco do Brasil, todos órgãos oficiais, concederam empréstimos para os posseiros, na base da "cédula" (ou cláusula) pignoratícia, sem a certidão negativa da Funai, documento obrigatório.

Entre os que favoreceram prática de atos ilegais nas terras dos índios estão dois ex-chefes do posto, funcionários da Funai: Leozidio Fermal e, depois, Leonardo Machado, que continuou com as mesmas práticas, dentre outras: 1) lucro na exploração de pinheiros nas terras indígenas; 2) arrendamento ilegal de terras para plantio por parte de posseiros. Tanto Leozidio como Leonardo já não são mais funcionários da Funai e corre inquérito a respeito. Sobre eles, há fatos com riquezas de detalhes contados pelos índios.

GRUPOS ECONÔMICOS

Mas os grandes grupos, além da corrupção dos ex-funcionários do órgão oficial, que se omitia quando estes fatos ocorriam, foram responsáveis pela revolta dos índios que, cansados de esperar solução legítima para seu caso, resolveram agir diretamente na questão.

O Hilmar Adams comanda um desses grupos com "transações" nas terras dos índios. O Adams é natural de Cerro Largo, Rio Grande do Sul, é técnico agrícola, tem 34 anos e reside em Cascavél. O sequestro de um índio, o guarani Jerônimo, ocorreu por sua conta. Foi a seu mando que Sebastião Pereira, vulgo Baguá, José e Alex de tal, sequestraram Jerônimo e o torturaram, só o devolvendo depois que os índios pegaram um posseiro como refém, dando prazo para Jerônimo aparecer.

Uma das transações de Adams na terra dos índios foram 320,4 hectares, parte do lote 2, gleba 3, na Colonia Guarani, cadastrada no Incra sob nº 721 (há muitos casos de "cadastramento" de terras no Incra, terras estas situadas na faixa destinada pelo mesmo Governo Federal para os silvícolas). Pois foi nessa transação que Adams carreu 715 mil 800 cruzeiros, através do BRDE. Mesmo com a falta da certidão negativa da Funai, que é obrigatória.

Outro grande grupo, com interesses na terra dos índios, é o da Madeireira Marochi, localizada à BR-277, em Laranjeiras do Sul. É de propriedade de Gederlina e Manoel Marochi. A Madeireira Marochi mantém pistoleiros profissionais e jagunços.

Foi por tudo isso, que dentro do que diz o Estatuto do Índio, a Funai requisitou força policial, já que os índios reagiam ao roubo de suas terras e pinheiros e estavam dispostos a fazer justiça (que não vinha) pelas próprias mãos.

Lucro na extração de pinheiros e arrendamento ilegal de terras, eis uma constante na área dos índios, com a presença de grupos como pistoleiros profissionais e jagunços" — capitão Vilmar Brasil, da Polícia Militar do Paraná, comandante do pelotão enviado ao Rio das Cobras.

"Se posseiro voltá, nós fazemos tudo de novo" — o caingangue Dival Olíbio, 24 anos.

"Esta área era medida pra nós. Se fôr nossa, as autoridades têm que se incomodar. Se não fôr, também. Só essas roças não vai pagar a devassa que eles fizeram. Isso era só mato, agora só é campo. Não paga nem a metade dos pinheiros que eles roubaram. Se eles teimarem, nós brigamos de novo. Ai é prá valer" — Valdomiro Pires de Lima, cacique dos guaranis, também conhecido como Karay Tú Pá.



Um encontro dos índios com o representante de Funai (que tenta dar-lhes um recado...)



Reunião (e rebelião) no Rio das Cobras.



Cacique Karay Tú Pá... e o Cacique Waldomiro.

Os índios de Rio das Cobras, (quase 900 caingangues e uns 300 guaranis) vivem em situação de extrema miséria. Suas terras estão ocupadas pelos intrusos, e eles não recebem qualquer tipo de assistência. Em suas casas, normalmente de um só compartimento e chão batido, há muitos insetos e doenças.

Sob o sol no fim de tarde, enquanto alguns jogam futebol e outros ficam indiferentes, começa uma reunião desses índios. Eles vão se aglomerando. Falam baixo e em tupi. Eles costumam discutir suas questões assim, em assembleia. O cacique é eleito. Alguns ficam muitos anos no posto. Quem está falando é o cacique caingangue Argemiro Fernandes, 44 anos, 12 deles como chefe. Discutem sobre tudo, desde questões pessoais dos índios até as comuns. Como a próxima colheita. Segundo cálculos imprecisos, apesar da seca na região, o valor da produção na terra é de Cr\$ 5 milhões. A Funai, em Curitiba, fez um acordo com os advogados dos posseiros, que irá dividir meio a meio, 50% para os posseiros e 50% para os índios. Mas não os consultou.

Isaac Bavaresko, 60 anos, 49 dos quais passaram entre os índios, aparece na reunião. Isaac trabalha para a Funai no vizinho Posto de Mangueirinha, onde também se registrou uma situação tensa, quando um grupo econômico — Slavico — entrou em ação, disputando um terço das terras dos índios de lá. Dada sua experiência, Isaac foi agora deslocado para o Posto do Rio das Cobras. Ele tem tomado atitudes favoráveis aos índios, segundo os próprios índios, e exatamente por isto sua cabeça foi posta em leilão pelos pistoleiros profissionais a mando dos poderosos empresários interessados na área.

Isaac fala assim aos índios reunidos: — É preciso que vocês se unam. Nós não podemos fazer milagres. Vocês, agora, tem de cuidar da terra. Trabalhar, mostrar que índio não é safado, provar para a sociedade lá fora quem vocês são. Lá fora também tem duas so-

ciudades: a boa e a má. A má que quer tomar o que é dos outros. — (Diz algumas palavras em tupi e levanta os braços para o céu, o que provoca risadas dos índios) e continua: "Quem trabalha come, quem não trabalha não come...")

PALAVRA DE CACIQUE

Terminada a reunião, o cacique Argemiro Fernandes, dos caingangues, informado de que a Funai pretende dividir a colheita com os posseiros (a colheita está marcada para iniciar na próxima terça-feira, dia 14), dá seu depoimento:

— Eu não vou concordar em dividir. É a comunidade dos índios que não quer. Não é nada deixar um pouco de roça p'ra nós, depois que ficaram tão poucos pinheiros na área. Mas num ponto estamos satisfeitos: não tem mais branco em nossas terras. Há uns 40 anos, estavam tudo intrusado. Nós já fizemos o que podíamos.

Essas roças se espalham por toda a área. São de soja, milho e arroz, muito prejudicadas pela seca. O caingangue Dival Olíbio vai apontando na estrada: "Aquele ali é a plantação do cacique, aqui é a nossa escola, ali era casa de branco que nós tomamos".

E entre uma fotografia e outra, vai contando um episódio de como retiraram os posseiros, depois com a ajuda da Polícia Militar. Um deles, José Pimentel, cuja filha trabalha no posto, costumava dizer: "Se alguém chegar em casa eu mato". Olíbio diz, então: "Ai nós chegamos lá. Ele tava tirando milho da roça do índio. Veio esperar a gente de espingarda na mão. A família toda de foice. Ai nós dissemos p'ra ele ir embora, que já tinha recebido uns seis avisos. E ele, nada. Ai nós dissemos de novo: "Vai conversar com o chefe do posto. P'ro seu próprio bem". Ele continuou no mesmo papo. Ai um índio acertou uma pedrada na cabeça dele. O osso chegou a enterrar no canto da testa. Ai



KARAY TÚ PÁ

Valdomiro Pires de Lima, ou Karay Tú Pá, tem 48 anos e é o cacique dos guaranis.

Para se atingir a casa de Valdomiro não é fácil. Mas ele é personagem muito importante na questão dos índios. Ele é cacique há 20 anos, e embora não saiba ler e escrever, parece ter consciência de seus direitos. Tanto que foi três vezes a Brasília denunciar o que os intrusos faziam nas terras dos índios e os desmandos de Leonardo Machado. Ou do ex-chefe de posto, Leozidio Fermal. E uma estrada carroçável que chega até o "palácio" do cacique guarani, uma casa de madeira, com duas peças e chão batido.

O Karay Tú Pá é muito claro sobre as terras que são dos índios: "Esta área era medida p'ra nós. Se fôr nossa as autoridades tem que se incomodar: se não fôr, também. Só aqui na área guarani havia 150 intrusos. Até a Polícia Federal chegou aqui. Pedeu p'ra nós se calmar. Depois limparam a área, graças a Deus! Agora tamo sossegado".

Só nessas terras, a Madeireira Marochi e o Idolino Piazzento grillaram 300 pinheiros. E por isso que Karay Tú Pá diz que os índios não vão aceitar dividir a colheita que está próxima, apesar do acordo que a Funai fez em seu nome (dos índios) com os posseiros.

— Nós não imo aceitar dividir a colheita. Só essas roças não vai pagar a devassa que eles fizeram. Isso era só mato (e aponta). Agora só é campo. Não paga nem a metade dos pinheiros que eles roubaram. Se eles teimarem, nós brigamos de novo. Ai é p'ra valer!

EM TEMPO:

ESPECIAL : Magalhães Governador: Questão Operária, Questão de Polícia. (Pág. 5)
A CHACINA DA USIMINAS.